

**Fundação Pedro Leopoldo**  
**Mestrado Profissional em Administração**

**Meta-Avaliação como instrumento de aperfeiçoamento do processo de  
avaliação interna de uma IES**

**Rodrigo Renan**

**Pedro Leopoldo**  
**2019**

**Rodrigo Renan**

**Meta-Avaliação como instrumento de aperfeiçoamento do processo de  
avaliação interna de uma IES**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração da Fundação Pedro Leopoldo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Administração.

Área de concentração: Gestão em organizações

Linha de pesquisa: Inovação e Organizações

Orientador: Profa. Dra. Maria Celeste Reis Lobo de Vasconcelos

**Pedro Leopoldo**  
**Fundação Pedro Leopoldo**  
**2019**

370.1523 RENAN, Rodrigo

R483m

Meta-Avaliação como instrumento de aperfeiçoamento do processo de Avaliação Interna de uma IES/  
Rodrigo Renan.

- Pedro Leopoldo: FPL, 2019.

127 p.

Dissertação Mestrado Profissional em Administração.  
Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo – FPL, Pedro  
Leopoldo, 2016.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Celeste Reis Lobo de  
Vasconcelos.

1. Instituições de Nível Superior. 2. CPA.

3. Avaliação Institucional.

4. Meta-Avaliação.

I. VASCONCELOS, Maria Celeste Reis Lobo de, orient.

II. Título.

CDD: 370.1523

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**Ficha Catalográfica elaborada por Maria Luiza Diniz Ferreira – CRB6-1590**

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Título da Dissertação: “Meta-Avaliação como instrumento de aperfeiçoamento do processo de avaliação interna de uma IES”.

Nome do Aluno: **RODRIGO RENAN**

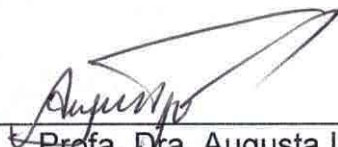
Dissertação de mestrado, modalidade Profissionalizante, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade Pedro Leopoldo, aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:



\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Maria Celeste Reis Lobo de Vasconcelos – FPL Educacional - Orientadora



\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Eloísa Helena Rodrigues Guimarães - FPL Educacional.



\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Augusta Isabel Junqueira Fagundes – UEMG

Pedro Leopoldo (MG), 27 de junho de 2019.

## AGRADECIMENTOS

Primeiro de tudo, gostaria de agradecer a Deus – inteligência Suprema, causa primária de todas as coisas. Obrigado pela dádiva da vida, por me guiar e iluminar, pela resiliência frente aos obstáculos e por não me permitir desanimar com as dificuldades. Obrigado pelos sonhos e pela possibilidade de realizá-los.

Agradeço à espiritualidade amiga, pelos bálsamos de estímulo e fé e pela voz “invisível” que não me permite desistir e sempre continuar. Obrigado pelo constante crescimento!

A minha esposa Viviane e aos meus filhos Pedro e Filipe a oportunidade de trabalhar o companheirismo, a dedicação e a compreensão. Vocês são a razão do recomeço, da espera e da esperança! Obrigado por sempre me motivarem, por darem sentido e tornarem a minha vida mais completa.

Aos meus pais pelo exemplo e pela honestidade, pela ética em tudo. Pai, mesmo que sua razão não permita entender esse momento, saiba que guardo na alma as nossas conversas sobre o futuro, sobre família e o quanto é importante aprender. Mãe, obrigado pelas orações, por me ensinar a ter fé inabalável, a ter alegria com as coisas simples, em conversar muito e fazer amizades. Em tentar ser útil sempre.

Aos meus irmãos Adriana e Ronald, obrigado pelo convívio, por todo apoio, por sempre estarem por perto nos momentos bons e ruins e pela certeza de que tudo vale a pena! Amo muito vocês!

Agradeço aos meus cunhados e aos meus sogros o convívio, o aprendizado e a amizade.

Agradeço à professora Dra. Maria Celeste Reis Lobo de Vasconcelos, pela orientação, competência, profissionalismo e dedicação tão importantes. Tenho certeza que não chegaria neste ponto sem o seu apoio.

A banca examinadora, Professoras Dra. Eloísa Helena Rodrigues Guimaraes e Dra. Augusta Isabel Junqueira Fagundes que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar com esta dissertação. À Professora Eloísa, minha primeira professora na FPL, agradeço pelas dicas valiosíssimas ao trabalho.

Aos Professores do Mestrado pela dedicação, competência, apoio e todo conhecimento compartilhado. À Jussara, mais que secretária, verdadeiro alicerce dessa valorosa instituição.

Aos colegas de Mestrado da FPL pelo companheirismo, determinação, amizade e incentivo para superar cada etapa.

Agradeço à toda a equipe da faculdade Pitágoras e da Kroton Educacional pela realização desse trabalho, pelo discernimento, aprendizado e oportunidade de conduta profissional.

Por fim, a todas as pessoas que torceram por mim, que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta dissertação, meu reconhecimento e muito obrigado.

## Resumo

### **Meta-Avaliação como instrumento de aperfeiçoamento do processo de avaliação interna de uma IES**

A evolução total das matrículas no ensino superior dos cursos de graduação do país chegou a crescer 144,8% em 16 anos. Esforços do MEC para se equiparar a qualidade frente a tamanha quantidade foram evidenciados por meio da criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, em 2004, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação superior, orientar a expansão dessa oferta e assegurar um processo nacional de avaliação dessas instituições. Dentre os procedimentos de avaliação instituídos está a avaliação interna ou auto avaliação – processo contínuo que visa observar as potencialidades e fragilidades das Instituições de Ensino – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) com a participação efetiva dos diretores da IES, coordenadores de cursos, funcionários técnico-administrativos, docentes e discentes. Apesar dessa avaliação interna ser conduzida da forma prevista na legislação vigente, a mesma pode perder-se em objetividade – sofrer influência – uma vez que os que julgam estão envolvidos no processo, além de terem formulado e executado o programa. Para analisar o processo avaliativo interno, objetivo principal desse trabalho, foi sugerida uma avaliação da avaliação, ou Meta-avaliação, cuja realização exige uma pesquisa acurada sobre a documentação produzida pela CPA e cujos resultados podem aperfeiçoar esse processo de avaliação interna. Esse estudo de caso descritivo foi realizado nas seis unidades da Faculdade Pitágoras de Belo Horizontes e a coleta de dados foi feita por meio de um questionário enviado com uma lista de verificação de padrões aplicados a 31 membros das CPA's das unidades, além de um debate sobre os itens conflitantes. Os dados quantitativos e qualitativos foram analisados à luz do modelo desenvolvido pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* – JCSEE. O resultado do estudo revelou que a metodologia da Meta-avaliação se mostrou útil não só para se verificar a qualidade e utilidade de um processo avaliativo já desenvolvido, como também permitiu subsídios para revisão e aprimoramento da própria conduta avaliativa. Concluiu-se que o impacto da meta-avaliação é positivo, ao permitir verificar a autoavaliação como um processo contínuo de autoconhecimento da instituição, servindo de base para as necessárias tomadas de decisões pedagógicas e administrativas, aperfeiçoando o processo de avaliação interna de uma IES.

**Palavras-chave:** Instituições de Ensino Superior; CPA; Avaliação Institucional; Meta-Avaliação.

## Abstract

### **Meta-Evaluation as an instrument for the improvement of the internal evaluation process of an HEI**

The total evolution of enrollments in higher education did reach 144.8% in 16 years. Efforts of the MEC to match the quality against such a large amount were evidenced through the creation of the National System of Evaluation of Higher Education - SINAES, in 2004, with the objective of improving the quality of higher education and the national process of evaluation of institutions. Among the evaluation procedures instituted are the internal evaluation or self assessment - a continuous process that aims to observe the potentialities and weaknesses of the Teaching Institutions - coordinated by the Self Assessment Commission (CPA) with the participation of the HEI directors, coordinators of courses, technical staff, teachers and students. Although this internal evaluation is conducted in accordance with current legislation, it can be lost in objectivity - be influenced - since those who judge are involved, in addition to formulating and executing the program. In order to analyze the conduct of this process, an evaluation evaluation was suggested, or Meta-evaluation, whose realization requires an accurate research on the documentation produced by the evaluation. This descriptive case study was carried out in the five units of the Pitágoras Faculty of Belo Horizonte and data collection was done through the application of a questionnaire of standards used to 31 respondents of the units, as well as a debate on the conflicting items. Quantitative and qualitative data were analyzed in light of the model developed by the Joint Committee on Standards for Educational Evaluation (JCSEE). The result of the study revealed that the methodology proved useful not only to verify the quality and usefulness of an evaluation process already developed, but also allowed the evaluation and improvement of the evaluative behavior itself. It was concluded that the impact of the meta-evaluation is positive, allowing to verify the self-assessment as an ongoing process of self-knowledge of the institution, serving as the basis for the necessary pedagogical and administrative decision-making, improving the internal evaluation process of an IES.

**Keywords:** Institutions of Higher Education; Institutional Evaluation; Meta-Evaluation.



## Lista de Tabelas

TABELA 1 - Distribuição dos padrões de avaliação por atividade .....	37
TABELA 2 - Estratégia de análise de dados .....	59
TABELA 3 - Lista de verificação dos padrões utilizados com respostas.....	62
TABELA 4 - Indicadores divididos por dimensões e eixos do SINAES .....	77
TABELA 5 - Metas de participação dos respondentes por unidade e respectivos cursos, turmas / período (semestre).....	<b>Erro! Indicador não definido.</b> 5

## Lista de Abreviaturas e Siglas

ACE	Avaliação das Condições de Ensino
ACG	Avaliação dos Cursos de Graduação
ACO	Avaliação de Condições de Oferta
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANOP	auditoria de natureza operacional
AVALIES	Avaliação das Instituições de Ensino Superior
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior
CFE	Conselho Federal de Educação
CFN	Corpo de Fuzileiros Navais
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENC	Exame Nacional de Cursos
GERES	Grupo Executivo para Reformulação do Ensino Superior
HBB	Programa Habitar Brasil
ICG	Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JCSEE	Joint Committee on Standards for Educational Evaluation
LDB	lei de Diretrizes e Bases da Educação
MB	Marinha do Brasil
MCidades	Ministério das Cidades
MEC	Ministério da Educação
NPS	Net promoter Score
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PAUIB	Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras
PDI	Projeto de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
RAI	Relatório de autoavaliação institucional

RAIES	Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior
SEMESP	Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SNA	Sistema Nacional de Avaliação
TRI	Teoria de Resposta ao Item

## Sumário

1	Introdução .....	10
1.1	Objetivo geral .....	13
1.2	Objetivos específicos .....	13
1.3	Justificativa .....	14
2	Referencial Teórico .....	16
2.1	A avaliação institucional das IES no Brasil .....	16
2.2	Objetivos principais da avaliação .....	21
2.3	O processo de auto avaliação interna .....	25
2.4	Meta avaliação: definições e objetivos .....	28
2.4.1	<i>Estrutura e importância dos padrões de avaliação</i> .....	30
2.4.2	<i>Padrões de utilidade</i> .....	31
2.4.3	<i>Padrões de viabilidade</i> .....	31
2.4.4	<i>Padrões de adequação</i> .....	32
2.4.5	<i>Padrões de precisão</i> .....	33
2.4.6	<i>Padrões de responsabilização</i> .....	33
2.4.7	<i>Aplicação dos padrões</i> .....	34
2.4.7.1	<i>Conhecimento da estrutura e uso dos padrões de avaliação</i> .....	34
2.4.7.2	<i>Consciência dos objetivos da avaliação</i> .....	35
2.4.7.3	<i>Contexto e clareza da avaliação</i> .....	36
2.4.7.4	<i>Aplicação dos padrões</i> .....	36
2.4.7.5	<i>Decisão quanto aos resultados</i> .....	38
2.4.8	<i>Exemplos de aplicação de Meta Avaliações</i> .....	38
2.4.8.1	<i>Parâmetros e paradigmas em meta-avaliação: uma revisão exploratória e reflexiva</i> .....	39
2.4.8.2	<i>Meta-avaliação: uma década do Processo de Avaliação Institucional do SINAES</i> .....	40

2.4.8.3 <i>Meta-avaliação: estudos e proposições metodológicas a partir da avaliação de políticas de urbanização de assentamentos precários</i> .....	42
2.4.8.4 <i>Meta-avaliação: caminhos para o aperfeiçoamento de práticas avaliativas no sistema de ensino naval</i> .....	43
2.4.8.5 <i>Meta-avaliação de Auditorias de Natureza Operacional do Tribunal de Contas da União</i> .....	44
2.4.9 Marco teórico .....	45
3 Metodologia.....	47
3.1 Caracterização da pesquisa .....	47
3.2 Unidade de análise e observação .....	52
3.2.1 <i>Descrição da Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte</i> .....	53
3.3 Procedimento de coleta.....	56
3.4 Estratégia de análise e tratamento dos dados.....	58
4 Apresentação e Discussão dos Resultados .....	60
4.1 RAI - Relatório de Auto avaliação Institucional .....	60
4.2 Estudo meta-avaliativo .....	61
4.3 Apresentação do estudo meta-avaliativo.....	63
4.3.1 Padrões de utilidade.....	64
4.3.2 Padrões de adequação .....	73
4.3.3 Padrões de precisão .....	81
4.4 Contribuições da meta avaliação ao processo de avaliação interna.....	89
4.4.1 Análise das entrevistas sobre as divergências .....	91
5 Considerações finais .....	99
5.1 Limitações.....	102
5.2 Recomendações .....	103
5.3 Contribuições .....	103
Referências.....	105
Apêndice A – Email encaminhado aos 31 participantes – CPA e Diretorias.....	111

Apêndice B – Transcrição da reunião realizada com os 26 participantes – CPA e Diretorias .....	115
--	-----

## 1 Introdução

O aumento dos cursos de graduação no Brasil é um destacado fenômeno nos últimos anos e que chama a atenção de toda a sociedade.

Dados do Mapa do Ensino Superior no Brasil de 2018, do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior - SEMESP apontam que em 16 anos, a evolução total das matrículas no ensino superior dos cursos presenciais e a distância, nas IES públicas e privadas do país, chegou a crescer 144,8%. Em 2016 havia cerca de 6,06 milhões de alunos em instituições privadas (76%) e 1,99 milhão de alunos matriculados nas IES da rede pública (24%), totalizando 8,05 milhões de matrículas. No ano anterior, esse total era de 8,03 milhões de matrículas, das quais 1,95 milhão na rede pública e 7,84 milhões em IES privadas. (SEMESP, 2018)

Esforços do MEC para se equiparar a qualidade frente a tamanha quantidade foram evidenciados através do surgimento, em 2004, do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES. O objetivo foi melhorar a qualidade da educação superior, orientar a expansão dessa oferta e assegurar um processo nacional de avaliação das IES, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. (Brasil, 2004)

Assim, a avaliação dessas IES, de acordo com Art. 3º da Lei Nº 10.861/2004, tem por objetivo identificar o perfil e o significado de atuação da instituição, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais (BRASIL, 2004):

- I - missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II - política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão;
- III - responsabilidade social da instituição;
- IV - comunicação com a sociedade;
- V - políticas de pessoal;
- VI - organização e gestão da instituição;
- VII - infraestrutura física;
- VIII - planejamento e avaliação;

- IX - políticas de atendimento aos estudantes;
- X - sustentabilidade financeira.

Os resultados e análises dessa avaliação constituem subsídio para todos os processos de regulação e supervisão da educação superior, cuja supervisão está a cargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. (BRASIL, 2004, art. 8º)

Conforme o SINAES, os procedimentos de avaliação são (BRASIL, 2004):

- a) Avaliação Interna ou auto avaliação, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES;
- b) Avaliação Externa in loco de IES ou curso de graduação, realizada por comissões designadas pelo INEP;
- c) Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

A avaliação institucional de uma IES deve acontecer de modo global, de forma que processos, ações e resultados sejam analisados de forma histórica e socialmente contextualizada, envolvendo múltiplas observações e a utilização de instrumentos e critérios coerentes com o objeto examinado ao longo do processo, levando em conta suas características e particularidades. (BRASIL, 2004)

Toda avaliação traz em sua essência uma concepção diagnóstica. Por meio da avaliação é possível saber se os objetivos traçados foram atingidos de forma parcial ou integral, se as ações realizadas e os serviços prestados promoveram resultados satisfatórios às demandas dos envolvidos ou beneficiados (Luckesi, 2010).

Segundo Belloni (2003, pág. 15), a avaliação é “um processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas que permite compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações, com vistas a estimular seu aperfeiçoamento”.

Ao se aprofundar a discussão sobre o processo de avaliação interna ou auto avaliação de uma IES, pretende-se consolidar a importância desse valioso instrumento de



gestão e planejamento, e as possibilidades que o tema pode gerar com o conhecimento dessas práticas, dos instrumentos utilizados e dos processos de articulação das informações coletadas. A avaliação deve funcionar como um julgamento de valor sobre a realidade, tendo em vista uma tomada de decisão (Luckesi, 2010).

A avaliação interna, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação - CPA e com a participação efetiva dos diretores da IES, coordenadores de cursos, funcionários técnico-administrativos, docentes e discentes, é um processo contínuo que visa observar as potencialidades e fragilidades das Instituições de Ensino, conhecendo a realidade e compreendendo os significados de suas atividades para fortalecê-las, subsidiando assim tomadas de decisão.

Apesar da avaliação interna ser conduzida da forma prevista na legislação vigente e propiciar a possibilidade de reflexão, aprendizagem e compreensão sobre a atividade realizada dentro da instituição, a mesma pode perder-se em objetividade, sofrer influência, uma vez que os que julgam estão envolvidos no processo, além de terem formulado e executado o programa.

Nesse sentido, visando uma rediscussão, verificação da utilidade e a condução adequada dessa avaliação, a mesma pode ter uma aferição independente, verificada por meio de meta-avaliações.

Meta-avaliação é definida como a avaliação de uma avaliação e sua realização exige uma pesquisa acurada sobre a documentação produzida pela avaliação, assim como seus estágios, sua receptividade entre os interessados e participantes, os possíveis conflitos de interesse entre as partes envolvidas, enfim, sobre uma longa lista de acontecimentos e informações. (Joint Committee on Standards for Educational Evaluation<sup>1</sup>, 1994).

---

<sup>1</sup> Criado em 1975, o Joint Committee on Standards for Educational Evaluation (Comitê Misto sobre Diretrizes para a Avaliação Educacional) é uma coalizão de importantes associações profissionais nos Estados Unidos e no Canadá, preocupada com a qualidade da avaliação. Desde 1981 o JCSEE publica, em um intervalo aproximado de 10 anos, os Padrões para Avaliações de Programas e Projetos Educacionais, além de estar envolvido na revisão e atualização de seus padrões publicados. Também promove capacitação de formuladores de políticas, avaliadores e

Partindo de uma metodologia desenvolvida com o lançamento da obra: *The Program Evaluation Standards: how to assess evaluations of educational programs*, o JCSEE utiliza categorias analíticas que abordam os princípios e as diretrizes que o processo avaliador deve atender para que possa ter legitimidade política e técnica e produzir informações exatas e válidas (JCSEE, 1994).

Categorias como utilidade, viabilidade, adequação, precisão e responsabilização – cada uma composta por um conjunto de padrões que serão explicados e detalhados nesse trabalho – instigam a pesquisar se os resultados da avaliação interna de uma IES têm contribuído para o aperfeiçoamento dessa prática e programa de avaliação. Nesse sentido, essa pesquisa pretende responder a seguinte pergunta:

### **Em que medida a Meta-Avaliação pode aperfeiçoar o processo de avaliação interna de uma IES?**

Para responder a esta questão, foram definidos o objetivo geral da pesquisa e os objetivos específicos.

#### **1.1 Objetivo geral**

Analisar em que medida a meta-avaliação pode aperfeiçoar o processo de avaliação interna de uma IES.

#### **1.2 Objetivos específicos**

- 1) Apresentar a trajetória de implantação dos sistemas avaliativos educacionais no Brasil;

---

educadores no uso dos padrões e atua como uma câmara de compensação na literatura de padrões de avaliação.

Maiores detalhes sobre a história, metodologia e orientações para aplicação desse comitê serão apresentados no capítulo 2.3 dessa dissertação.

- 2) Descrever o modelo de meta-avaliação, seguindo o programa elaborado pelo JCSEE - *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (Comitê Misto sobre Diretrizes para a Avaliação Educacional);
- 3) realizar um estudo meta-avaliativo de uma avaliação interna já concluída, a partir do seu relatório final de auto avaliação institucional;
- 4) Investigar quais as contribuições da meta-avaliação ao processo de avaliação interna de uma IES.

### **1.3 Justificativa**

A pesquisa tem relevância do ponto de vista teórico e prático ao contribuir para uma compreensão mais exaustiva da avaliação da educação superior no Brasil e a metodologia do modelo de Meta-Avaliação, tema ainda pouco explorado no nosso país.

Com ela, empresas e seus esforços para se equiparar a qualidade das IES frente à tamanha quantidade de novos cursos criados no Brasil – orientando a expansão dessa oferta – serão direcionados a busca por resultados e estratégias, como forma de ganhar a atenção de seus diferentes públicos, compreendendo o que influencia a percepção de valor de cada um.

Segundo Frauches (2014), “...as próprias IES, talvez, por verificarem que os instrumentos de avaliação do INEP/MEC não contemplam indicadores e critérios específicos, que levem em real consideração a auto avaliação institucional, passaram, na sua maioria, a elaborar relatórios meramente burocráticos, para o cumprimento do ritual de inserção anual do relatório no e-MEC.”

Assim, a análise de um processo de auto avaliação institucional, com base na meta-avaliação e suas categorias, é fundamental para que se discuta sua relevância, sua qualidade e os aspectos que necessitam ser revistos. Deve funcionar como um processo de autoconhecimento e de autocritica da instituição, e de auxílio para o planejamento e a tomada de decisões quanto às suas diferentes atividades, sejam elas pedagógicas e ou administrativas.

Do ponto de vista acadêmico, ao focar esse tema objetiva-se produzir um conhecimento sobre a real contribuição da autoavaliação e da meta-avaliação e, ao mesmo tempo, fornecer subsídios às instituições de ensino para futuro desenvolvimento e aperfeiçoamento dos seus programas de ensino, extensão e gestão.

A motivação pessoal se deve à trajetória profissional do pesquisador na implantação de diversas IES pelo Brasil, na adequação e estruturação de suas atividades à luz dos critérios do MEC, e aos desafios de fazer valer as análises e reflexões acerca dos processos avaliativos, externos e internos, viabilizando sua aplicabilidade.

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos. O primeiro é constituído pela introdução, que apresenta o tema da avaliação institucional, destacando-se o problema de pesquisa a ser respondido. Em seguida foram estabelecidos o objetivo geral e os objetivos específicos do trabalho, passos que permitem responder à questão central. Procede-se, então à justificativa para a realização do trabalho, abordando-se sua importância e relevância sob aspectos acadêmicos e profissionais. O segundo capítulo revela o referencial teórico, expondo os principais conceitos e abordagens acadêmicas necessárias para conduzir o estudo sobre a avaliação institucional. Tal capítulo foi dividido em seções que apresentam a incursão nos temas: avaliação institucional das IES no Brasil, objetivos principais da avaliação, o processo de auto avaliação interna e meta avaliação – definições e objetivos. O terceiro capítulo explicita a metodologia adotada, caracterizando a pesquisa, a população e amostra adotados, procedimentos de coleta e análise dos dados. O quarto capítulo apresenta e analisa os resultados encontrados e o quinto e último capítulo é reservado às conclusões obtidas através da análise de resultados, bem como suas limitações e sugestões para futuros estudos.

## **2 Referencial Teórico**

Este capítulo apresenta um panorama histórico das implantações das avaliações institucionais – externas e internas – das Instituições de Ensino Superior no Brasil, com base na revisão da literatura existente, apresentando os principais conceitos e modelos.

### **2.1 A avaliação institucional das IES no Brasil**

As instituições de Ensino Superior - IES são aquelas responsáveis pelo ensino de nível profissional, e devem ser credenciadas com base nos critérios estabelecidos pelo MEC. O Ensino Superior se instalou no Brasil desde os tempos do Império, sendo transformado gradativamente através de fases imputadas pela autonomia e a promulgação de leis e decretos que regularizavam e gerenciavam o seu funcionamento. As leis iniciais bem como as atuais indicam a responsabilidade da União no funcionamento do Ensino Superior, bem como a sua supervisão e como elas devem proceder.

Segundo Cavalcante (2000), a educação superior tem como finalidades:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. Promover a divulgação de conhecimento culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

- V. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração.
- VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados a comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. Promover a extensão, aberta a participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

As IES estão constituídas de forma a considerar os cursos como sequenciais de formação específica e de complementação de estudos. Os vários níveis de estudos implicam na constituição do conhecimento como partes com suas especificidades sendo estes regulados por regras específicas atribuídas para suas organizações acadêmicas e questões administrativas. Cada uma delas tem suas especificidades, dificuldades e modos de atuar em acordo com o desenvolvimento de seu PDI.

As IES do Brasil são reguladas e acompanhadas de perto pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, que realiza estudos e pesquisas educacionais para formular diversas políticas na área, “com o intuito de subsidiar o desenvolvimento econômico e social do país” (Brasil, INEP, 2007). Atualmente o instituto é responsável pelo eixo central de atividades e avaliações em praticamente todos os níveis educacionais, e a avaliação do Ensino Superior reveste-se de um importante instrumento de aperfeiçoamento e melhoria da qualidade do ensino.

O sistema de avaliação do ensino superior no Brasil teve início em 1977, com o processo de Avaliação da Educação Superior no País conduzido pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior - CAPES. Era um tempo em que as articulações mecanicistas e tecnicistas eram obrigatórias como um instrumento de controle e determinismo (BARREYRO & ROTHEN, 2008), principalmente a partir da lei 5.540/68, a lei da Reforma do Ensino Superior no período militar.

Na década de 60, identificou-se no golpe militar muitas questões que divergiam com o planejamento educacional, oportunizando o surgimento de grupos e instituições que começaram uma ampla discussão educacional. As maiores substâncias sobre o tema foram criadas em 1983, com o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU). Tinha o intuito de discutir temas como gestão, produção e disseminação de conhecimentos, a partir de questionários aplicados a estudantes, dirigentes e docentes de universidades.

O PARU propunha, então, um diagnóstico da educação superior a partir do impacto da lei 5.540/68, que apresentava mudanças na "estrutura administrativa; na expansão das matrículas e à sua caracterização; na relação entre atividades de ensino, pesquisa e extensão; nas características do corpo docente e técnico administrativo e em sua vinculação com a comunidade". (BRASIL, 2003)

O PARU, por sua natureza ter influência de pesquisadores e professores, foi considerado um programa diferente que realmente discutia as influências da sociedade no Ensino Superior e vice-versa. Abordava desde gestão das instituições até produção do conhecimento, visando uma nova política para o Ensino Superior.

Segundo Zandavalli (2009), sob a ótica do PARU, a nova universidade deveria:

- Reformular o Conselho Federal de Educação<sup>2</sup>;
- Consolidar a autonomia interna das universidades;
- Alterar os mecanismos de financiamento;
- Democratizar o acesso ao Ensino Superior;
- Fortalecer a pesquisa científica e a pós-graduação; e
- Ajustar o ensino de graduação às necessidades presentes e futuras do País;

Na organização desses parâmetros já estava indicada a necessidade de se instituírem parâmetros avaliativos, principalmente com padrões qualitativos para o Ensino Superior. Este propósito foi concretizado em 1986, através da execução do relatório

---

<sup>2</sup> Criado em 1962, era um órgão colegiado vinculado ao Ministério da Educação que exercia funções regulatórias. Em 1994 foi substituído pelo Conselho Nacional de Educação

do Grupo Executivo para Reformulação do Ensino Superior – GERES, BESE (2007). Nesse relatório, a proposta de indissociabilidade entre ensino e pesquisa é apresentada, visando à qualidade de concepções para o ensino superior.

Tendo a contribuição constante da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), CAPES e da ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), a possibilidade de avaliação como complemento a uma insuficiência realizada pelo estado foi ganhando força como a saída dos limites burocráticos. É aí que a proposta de um sistema de avaliação começa a tomar forma, conduzida pela Secretaria de Educação Superior do MEC. (Brasil, 2004)

O primeiro deles foi o PAUIB – Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras, que propunha uma sistemática de avaliação institucional, tendo como instrumento de medição o uso de indicadores de desempenho. (BARREYRO e ROTHEN, 2008)

O PAIUB começou a ser discutido nos anos 80, a partir de uma proposta feita pela ANDIFES ao MEC, e em 1993 começou a funcionar de acordo com o Documento Básico de Avaliação das Universidades, produzido por associações e instituições de representação de ensino. Esse documento descrevia os critérios a serem abordados nas avaliações. (Zandavalli, 2009)

A justificativa para a avaliação das IES era feita de forma a pensar no aperfeiçoamento contínuo do desempenho acadêmico, bem como constituir uma ferramenta para o planejamento e gestão universitária, facilitando a prestação de contas na sociedade. (BARREYRO e ROTHEN, 2008)

Os princípios levados em consideração na elaboração do PAIUB e em sua proposta de avaliação institucional foram a produção acadêmica, a administração, o ensino e a extensão, o caráter institucional, a intensa participação da comunidade acadêmica, articulação e avaliação interna, integração e intercâmbio de experiências de avaliação e a natureza contínua e sistemática visando o aprimoramento e revisão permanentes.

Nos primeiros seis meses foram adicionadas 71 instituições ao PAIUB, porém, como o programa não foi bem acolhido na gestão de Fernando Henrique Cardoso (que optou



por valorizar o Exame Nacional de Cursos), o programa foi enfraquecendo e a partir de 1997 nada tinha do original, sendo, porém, utilizado como comparativo de atividades e referência para outras propostas. O PAIUB ainda é citado como exemplo de avaliação democrática e educativa e sobre as discussões propostas pela Revista Avaliação e a Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES). (BARREYRO & ROTHEN, 2008)

Em 1996, pelo Decreto 2.026, foi implantado o SNA – Sistema Nacional de Avaliação e o Exame Nacional de Cursos – ENC, diferenciando o sistema de avaliação institucional. Conhecido mais tarde como Provão, era realizado anualmente e tinha caráter obrigatório para todos os estudantes concluintes dos cursos de graduação, condicionando sua realização ao recebimento dos diplomas pelos alunos. (Zandavalli, 2009)

Tal mudança ia de encontro à nova regulamentação da LDB - lei de Diretrizes e Bases da Educação, publicada em 1996 no governo Fernando Henrique Cardoso, que alterava os parâmetros e as discussões sobre qual deveriam ser os objetivos dos provões e os efeitos das avaliações sobre as instituições de Ensino Superior, via publicação pelo INEP/MEC. Segundo BESE (2007), foi a partir do ENC que se observou que o exame avaliava de forma fragmentada o contexto, acabando por executar exatamente uma classificação entre as instituições, diferente do propósito inicial.

A partir dos anos 2000 a autoavaliação institucional segue cada vez mais a lógica do mercado, tornando mais difícil as aplicações de táticas e do desenvolvimento de políticas de avaliação (BESE, 2007).

Diante dessas questões, em 2001, através da Lei 10.172, entra em vigor o Plano Nacional de Educação (PNE) que muda as regras de organização e avaliação de cursos e das Instituições de Ensino Superior no Brasil. Neste momento, a antiga Avaliação de Condições de Oferta (ACO) passou a ser denominada de Avaliação das Condições de Ensino (ACE).

Com a necessidade de se discutir qualidade, inovação, acesso e questões sociais tudo de uma vez e de forma combinada e com objetivos – a princípio menos educacionais, surge, em 2003, a base de discussão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES que tinha por objetivo assegurar a avaliação como instrumento de política educacional e de participação e ética na educação superior, e a avaliação institucional como instrumento de regulação.

O SINAES foi instituído pela Lei n.º 10.861/2004 e passa, a partir de 2004, a constituir-se como o novo sistema de avaliação da educação superior em todo o território brasileiro (Brasil, 2004). Ele tem como princípios:

- A responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- O reconhecimento da diversidade do sistema;
- O respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
- A globalidade institucional pela utilização de um conjunto significativo de indicadores considerados em sua relação orgânica;
- A continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional para cada instituição e o sistema de educação superior em seu conjunto.

## **2.2 Objetivos principais da avaliação**

O SINAES tem como coordenação e sistematização a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, designada pelo Presidente da República e vinculada ao Ministério da Educação. Ao INEP cabe operacionalizar os processos coordenados pela CONAES e às Comissões Próprias de Avaliação – CPA's – instituídas dentro de cada IES, a responsabilidade pela condução dos processos de avaliação interna da instituição e a sistematização e prestação das informações solicitadas pelo INEP.

Seus componentes são responsáveis por originar políticas norteadoras da educação superior no Brasil, levando em consideração o que acontece nas instituições educacionais sob a ótica e instrumentos de três instâncias: avaliação institucional, através da Avaliação das Instituições de Ensino Superior (AVALIES); avaliação de

curso, através da Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e o desempenho dos estudantes ingressantes e concluintes, a partir informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

As informações obtidas são utilizadas para orientação institucional dos estabelecimentos de ensino superior e para embasar políticas públicas. Os dados também são úteis para a sociedade, especialmente aos estudantes, como referência quanto às condições dos cursos; da gestão das instituições; da política de ensino, pesquisa e extensão; responsabilidade social e corpo docente. (Brasil, 2004)

Segundo Brito (2008), o SINAES surgiu de forma a compreender tanto as soluções que seriam parte de todos os cenários, quanto aquelas que eram particulares de cada instituição. Dentro desse contexto avaliativo, destaca-se como objetivos da avaliação da graduação brasileira:

- Identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas à organização didático pedagógica, corpo social e instalações físicas;
- Verificar a articulação entre PDI, Projeto pedagógico de curso, currículo, vocação institucional e inserção regional;
- Analisar a aderência às Diretrizes Curriculares Nacionais;
- Propiciar o planejamento e o desenvolvimento de habilidades e competências a fim de preparar o estudante para exercer determinada atividade profissional, bem como a instituição e a sociedade, para exercer seus respectivos papéis.

Sob a responsabilidade do INEP – que elabora os instrumentais de avaliação e gerencia as equipes de avaliadores – os processos avaliativos não somente fundamentam, mas também subsidiam a consequência destes ao se buscar compreender como estes futuros profissionais são formados e como estão realmente sendo executados os projetos e planejamentos com base nas diretrizes curriculares.

Nessa perspectiva, chamada emancipatória, a avaliação não se apresenta somente como prática produtora de juízos de fatos, de coleta de informação,

medida e controle de desempenho. Seu processo requer reflexão tanto sobre a prática quanto sobre o objeto e os efeitos da avaliação, o que só pode ser feito através de juízos de valor. (SINAES, 2004, pg.15)

A avaliação indica quais índices e consequências podem ser consideradas em relação aos resultados, e o leque de possibilidades do que se deve ou não ser feito em relação a obtenção de índices e resultados desejados. Como efeito prático, autorizações de cursos passam a depender de relatórios e de conceitos de curso, das notas da organização didático-pedagógica, titulação e participação do corpo docente e tutorial, além de sua infraestrutura. São avaliados os cursos, os alunos, os professores, há uma avaliação didático pedagógica do ensino, e estes tópicos avaliados se relacionam com os apontamentos considerados pelos agentes avaliadores em questão.

Segundo Brito (2008, p. 845): “compete ao avaliador de curso, na visita in loco, verificar a compatibilidade entre a ênfase, a realidade social e o perfil do profissional graduado pela IES”.

O relatório final do INEP / SINAES, após análise dos dados sobre o ensino superior mostra a complexidade da avaliação, com considerações das metas para o desenvolvimento educacional - fixadas pelo MEC:

- A melhoria da qualidade do ensino de Graduação;
- O revigoramento das atividades de extensão nas instituições de Ensino Superior;
- O fortalecimento dos níveis de integração da universidade com a educação básica;
- A implantação de um sistema de acompanhamento e avaliação das instituições;
- A reformulação do CFE;
- A consolidação da autonomia interna das universidades;
- A alteração dos mecanismos de financiamento;
- A democratização do acesso ao ensino superior;
- O fortalecimento da pesquisa científica e a pós-graduação;

- O ajuste do ensino de graduação às necessidades presentes e futuras do país;

Outros ajustes foram e ainda são feitos conforme a reflexão acerca das prioridades e dos resultados apresentados. Dias, Horiguela e Marchelli (2006) abordam as questões de avaliação do Ensino Superior sobre um outro ângulo, onde os critérios de qualidade devem ser mais abrangentes e complexos, uma vez que a qualidade de ensino foi ficando então cara para o indivíduo. Porém, mesmo com a questão qualitativa se tornando necessidade de prestação de contas à sociedade, fazendo com que fosse cada vez mais necessário investir em instrumentos para avaliação do ensino, os autores refletem sobre as questões acerca da avaliação e as metodologias nelas empregadas:

Mesmo que as preocupações com a qualidade da oferta possam ser observadas nas políticas formuladas para o Ensino Superior no Brasil, a necessidade de expandir a demanda tem sido praticada mais com a ampliação quantitativa das vagas e o credenciamento de cursos, do que com a melhoria das condições de acesso da população ao sistema. (Dias, Horiguela & Marchelli, 2006, p. 448)

Segundo Maccarl e Rodrigues (2003), é importante que a educação seja permeada por atos muito mais que pedagógicos. Uma instituição depende do equilíbrio que deve ser realizado entre as dimensões existentes, e que para isso é necessário fazer a gestão dessas dimensões de forma a compreender o que é importante do ponto de vista pedagógico quanto do ponto de vista empresarial ou mercadológico. Dessa forma pode-se aprender a realizar a gestão de todos os aspectos que são importantes para a instituição.

Com a institucionalização do SINAES atuante nessas 3 formas: AVALIES, ACG e ENADE, pensou-se estar mais completo o sistema avaliativo. Atualmente se realizam atividades que buscam identificar e qualificar as realidades internas e externas das instituições. Há a necessidade, inclusive de mercado, de estabelecer parâmetros, objetivos e metas de desenvolvimento de resultados e busca pela qualidade. A isto encontra-se associado a competência no ensino, a uma melhor qualificação e desempenho profissional, bem como a certeza de um cidadão melhor para o mundo. (Brasil, 2004)

Segundo Peixoto (2011), uma boa avaliação deve ter organização e relação entre informações quantitativas e qualitativas “além da formulação de juízos de valor sobre a qualidade das práticas e da produção teórica de toda a instituição.” Esta pode corrigir ou modificar uma autoavaliação por exemplo e deve ter todos os seus aspectos integrados e cumprir a intenção de avaliar a instituição como fundamento. Está dividida entre interna e externa, e depende da estrutura acadêmico-administrativa, do modelo de organização.

### **2.3 O processo de auto avaliação interna**

Está clara até aqui a importância da autoavaliação para a melhoria e o aperfeiçoamento das IES, satisfazendo as metas determinadas pelo SINAES. Porém, os processos construídos para essa autoavaliação – objeto de estudo dessa pesquisa – não terminam com os relatórios finais e ou possíveis ações desencadeadas de seus resultados.

Segundo a Nota Técnica/INEP nº 65/2014, a autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela CPA. A avaliação institucional é um processo de construção coletiva e envolve toda a comunidade acadêmica para desenvolver e analisar suas atividades. Ela promove também a cultura avaliativa e auxilia nos processos de avaliação externa.

O processo de Autoavaliação institucional procura implementar uma prática de permanente reflexão autocrítica, estimulando o debate interno e externo entre todos os agentes envolvidos (alunos, docentes, gestores, técnicos-administrativos, mantenedores e comunidade). (Brasil, INEP, 2007)

Essa autoavaliação é depois complementada pelos processos avaliativos promovidos pelas comissões externas de avaliação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), fundamental por contribuir com uma visão distanciada, mas respeitando necessariamente a identidade de cada instituição.

A Autoavaliação institucional é baseada em um processo interminável de busca da qualidade dos cursos e do desempenho de cada sujeito interveniente, que pressupõe uma não acomodação, exigindo uma predisposição à mudança que acompanhe a dinâmica científica, cultural, organizacional e tecnológica. (Brasil, INEP, 2007).

O objetivo da avaliação é nortear os rumos futuros da instituição por meio da correção de problemas que serão detectados, bem como da identificação dos pontos fortes da instituição, sendo, portanto, um instrumento valioso para a consolidação dos desejos, sonhos e aspirações da comunidade acadêmica.

A ideia principal é que toda a comunidade possa participar da autoavaliação e que esta passe a ser uma atividade cotidiana na comunidade acadêmica, para que todos possam buscar formas de melhorar o seu desempenho, bem como o da instituição.

A autoavaliação de uma instituição tem por objetivo promover, conforme previsto nas suas linhas de ação, a participação da comunidade acadêmica no processo avaliativo, no sentido de (Brasil, 2004):

- I. fortalecer a disseminação de resultados e as relações com os processos decisórios, agilizando os resultados e as práticas por eles recomendadas;
- II. repensar periodicamente os projetos pedagógicos, frente à evolução e exigências do mercado; e
- III. integrar a avaliação interna e externa, para buscar melhores indicadores de melhoria dos serviços prestados e adequação de objetivos específicos na formação profissional.

Assim, avaliar significa consolidar-se enquanto instituição universitária, com papéis sociais claramente definidos em seu projeto institucional. As ações desencadeadas no âmbito da instituição visam a implementação de processos avaliativos e, em seus avanços e recuos, vem tendo por norte a realização efetiva de uma instituição capaz de oferecer respostas condizentes às necessidades da sociedade. A Autoavaliação institucional é disseminada como uma excelente ferramenta de diagnóstico e correção de rumos, acompanhamento e controle dentro de uma abordagem construtiva e dialógica.

Com o objetivo de almejar a eficácia do planejamento e da gestão organizacional, além da sua clareza e objetividade das metas a serem alcançadas, é fundamental que haja um acompanhamento efetivo e eficiente do PDI<sup>3</sup>, a fim de verificar se as ações correspondem ao planejado.

Quando a instituição tem o controle de sua avaliação, construída com o envolvimento dos participantes, torna-se, então, a avaliação, um organizador qualificado que favorece o autoconhecimento da instituição e contribui para a formação de subjetividades comprometidas com a democracia.

Esse parece ser o grande desafio aos modelos avaliativos governamentais. Propor a autoavaliação é buscar trazê-la como diagnóstico e impulsionador do processo de desenvolvimento democrático de uma instituição, ao mesmo tempo garantindo mecanismos de controle da qualidade da educação oferecida à população.

A avaliação interna ou auto avaliação, peça fundamental no processo avaliativo pelos critérios do SINAES, precisa ir além de um mero instrumento de avaliação do INEP/MEC, contemplando não apenas indicadores e critérios específicos e a elaboração de relatórios meramente burocráticos.

É preciso ir além; além das exigências do MEC, além dos resultados dos alunos perante o ENADE, além das informações coletadas pela CPA. É necessário que o processo, assim como os seus resultados, seja discutido pela comunidade acadêmica, a fim de permitir o desenvolvimento das políticas de gestão e de planejamento institucional.

Desse modo, é importante a realização de uma meta-avaliação a fim de se apurar se o processo de avaliação interna implementado pela IES atinge os objetivos propostos

---

<sup>3</sup> Plano de Desenvolvimento Institucional. Documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior, a política pedagógica institucional e as estratégias para atingir suas metas e objetivos em um período de cinco anos.



pelo SINAES e se torna um processo gerador de mudanças e de consolidação da qualidade da instituição.

#### **2.4 Meta avaliação: definições e objetivos**

A busca pela qualidade de uma IES passa predominantemente pela busca de qualidade de seus processos, e de como sua avaliação interna é conduzida. Visões de como os processos estão sendo observados, a partir da ótica de seus diversos participantes – alunos, professores, técnicos-administrativos, comunidade acadêmica – objetivam mostrar se essa qualidade processos e objetivos pretendidos foram alcançados.

Gimenez (2007, p.227) salienta que “uma boa avaliação não pode servir tão somente aos interesses dos órgãos centrais da IES – solicitantes ou administradores –, que, muitas vezes, a utilizam predominantemente para a promoção (marketing) de suas atividades acadêmicas e para a intensificação do poder estabelecido”. Segundo o autor, é fundamental a realização de uma meta-avaliação “para apreciar se o processo de avaliação interna implementada pela IES estudada transpôs as exigências legais estabelecidas pelos governos federal e estadual, e se atingiu os objetivos propostos em seu programa institucional de avaliação, tornando-se um processo gerador de mudanças e de consolidação da identidade da instituição” (Gimenez, 2007, p.227).

A definição de meta-avaliação foi sugerida por Michael Scriven (1991) como sendo a avaliação de uma avaliação. Isso significa avaliar a qualidade da própria avaliação a partir de critérios pré-estabelecidos de acordo com o tipo da avaliação realizada.

Dentre esses critérios, é consenso dos que buscam propostas, orientações educacionais e qualidade, as diretrizes propostas pelo Comitê Misto sobre Diretrizes para a Avaliação Educacional (*Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*) ou JCSEE.

Criado em 1975, o Joint Committee é uma coalizão de importantes associações profissionais nos Estados Unidos e no Canadá, que além de estabelecer padrões de avaliação, também promove revisão e atualização de seus padrões publicados (meta-

avaliações) e capacitação de formuladores de políticas, avaliadores e educadores no uso dos padrões; e serve também, como uma fonte literária de assuntos e temas sobre padrões de avaliação.

O Comitê tem por objetivo assegurar, em uma abordagem simples e de fácil assimilação, os passos para a elaboração e condução de processos avaliativos, a execução dos mesmos e também uma meta-avaliação final das avaliações realizadas (JCSEE, 2011).

O Comitê também objetiva (JCSEE, 2011, p. xx):

- Formular diretrizes com uma linguagem comum que facilite a comunicação e a colaboração num estudo avaliativo;
- Definir um conjunto de regras gerais para lidar com um grande número de problemas específicos da avaliação;
- Construir um quadro de referência conceitual com o qual se estuda o mundo da avaliação, tornando os critérios mais claros;
- Criar um conjunto de definições operacionais para guiar a pesquisa e o desenvolvimento do processo de avaliação;
- Formular uma declaração pública do que é mais moderno no campo da avaliação educacional;
- Propor uma base de auto regulação e responsabilização dos avaliadores profissionais;
- Apoiar o desenvolvimento da credibilidade do campo da avaliação educacional.

Em 1981 o JCSEE publica a primeira edição de Padrões para Avaliações de Programas, Projetos e Materiais Educacionais (*Standards for evaluations of educational programs, projects, and materials*), que foi utilizado por dez anos. Além da disseminação e aceitação internacional, o JCSEE procedeu ajustes e ampliou seu uso, estendendo seus critérios para a avaliação de programas em diversas áreas.

Em 1994, uma segunda edição foi publicada: Padrões de Avaliação de Programas (*The program evaluation standards*), cujo processo de elaboração e revisão mobilizou

várias organizações e associações patrocinadoras, com colaboração de mais de 380 participantes nacionais e internacionais.

Dez anos depois, em 2004, iniciou-se o processo de revisão e publicação da 3ª edição, através de um *survey* com os membros da JCSEE (17 organizações), trabalhos em equipe, reanálise das descrições e revisões dos padrões e certificação final concedida pelo Instituto Americano de Padrões Nacionais (*American National Standards Institute*) (JOINT COMMITTEE, 2011).

Atualmente, esta publicação de 2004 encontra-se em sua 3ª edição, lançada em 2011.

#### **2.4.1 Estrutura e importância dos padrões de avaliação**

Os padrões são as diretrizes acordadas consensualmente pelos membros do JCSEE que buscam a qualidade da avaliação. Mesmo com a ideia de rigidez que a terminologia determina, os padrões orientam – sugerem – um norte em relação à avaliação e à meta-avalição. (JOINT COMMITTEE, 2011, p. xxii).

A publicação do Joint Committe apresenta o título e a descrição sucinta de cada padrão de avaliação, a categoria à qual pertence, o seu processo de desenvolvimento, fundamento lógico e orientações de utilização, erros mais suscetíveis de acontecer e exemplos de situações práticas.

Como são produtos de profundas discussões e revisões dos seus membros, o Joint Committe “exige” apenas uma profunda qualificação e bom senso dos avaliadores, acerca do julgamento e escolha dos objetivos “para ser usada na definição e atendimento de problemas novos que o contexto da avaliação apresenta” (JOINT COMMITTEE..., 2011, p. xxii) e que não ponha em causa nenhum dos cinco grandes atributos que representam.

Os padrões de avaliação, em um total de trinta (30), são distribuídos em cinco categorias – ou atributos – considerados essenciais a uma avaliação de qualidade. São eles: Utilidade, Viabilidade, Adequação, Precisão e Responsabilização.

### **2.4.2 Padrões de utilidade**

Em número de oito, mostram a preocupação com a necessidade de atender com informações os *stakeholders*. Os resultados devem ser úteis a quem encomendou e deve ser conduzida por uma equipe competente, o que garante a credibilidade de todo o processo, a clareza dos propósitos da avaliação e a seleção das informações necessárias ao atendimento das necessidades dos interessados. Indicam também os valores que embasam os propósitos da avaliação, além de relatórios e comunicações de todo o processo. São eles:

U1 – Credibilidade do Avaliador - As avaliações devem ser conduzidas por pessoas qualificadas que estabeleçam e mantenham a credibilidade no contexto de avaliação.

U2 – Atenção às partes interessadas (*Stakeholders*) - As avaliações devem dedicar atenção a toda a gama de indivíduos e grupos investidos no programa e afetados por sua avaliação.

U3 – Propósitos Negociados da Avaliação – Os propósitos devem ser identificados e continuamente negociados com base nas necessidades das partes interessadas.

U4 – Valores Explícitos - As avaliações devem esclarecer e especificar os valores individuais e culturais que sustentam propósitos, processos e julgamentos.

U5 – Informações Relevantes - As informações da avaliação devem atender às necessidades identificadas e emergentes das partes interessadas.

U6 – Processos e Produtos Significativos - As avaliações devem construir atividades, descrições e julgamentos de forma a encorajar os participantes a redescobrir, reinterpretar ou revisar seus entendimentos e comportamentos.

U7 – Comunicação e Relatórios Oportunos e Adequados - As avaliações devem atender às necessidades contínuas de informação de seus múltiplos públicos.

U8 – Preocupação com as Consequências e a Influência das Avaliações - Deve promover o uso responsável e adaptativo, ao mesmo tempo em que protege contra consequências negativas não intencionais e uso indevido.

### **2.4.3 Padrões de viabilidade**

São quatro padrões e traduzem “contextos, culturas, custos, política, poder e recursos disponíveis” (JOINT COMMITTEE..., 2011, p. xxviii). Seus processos indicam uma

gestão efetiva, prática, realística, cuidado com o contexto e os interesses políticos e culturais envolvidos, além de aumentar a eficácia e a eficiência da avaliação:

V1 – Avaliações de Gerenciamento de Projetos - As avaliações devem usar estratégias eficazes de gerenciamento de projetos.

V2 – Procedimentos Práticos - Os procedimentos de avaliação devem ser práticos e receptivos à maneira como o programa opera.

V3 – Viabilidade Contextual - As avaliações devem reconhecer, monitorar e equilibrar a cultura e interesses políticos e necessidades de indivíduos e grupos.

V4 – Avaliações de Uso dos Recursos – As avaliações devem usar os recursos de forma eficaz e eficiente.

#### **2.4.4 Padrões de adequação**

Em número de sete, os padrões de adequação sugerem que todo o processo de avaliação será realizado observando os aspectos do que é adequado, justo, legal e correto em avaliações. Inclui desde o bem-estar e direito dos respondentes no processo até o cuidado com os resultados, seu acesso e sua influência a todos os interessados:

A1 – Orientação Responsiva e Inclusiva – As avaliações devem ser responsivas às partes interessadas e suas comunidades.

A2 – Acordos Formais – Os acordos de avaliação devem ser negociados para tornar as obrigações explícitas e levar em conta as necessidades, expectativas e contextos culturais dos clientes e outras partes interessadas.

A3 – Direitos Humanos e Respeito – As avaliações devem ser concebidas e realizadas para proteger os direitos humanos e legais e manter a dignidade dos participantes e de outras partes interessadas.

A4 – Clareza e Justiça – As avaliações devem ser compreensíveis e justas no tratamento das necessidades e propósitos das partes interessadas.

A5 – Transparência na divulgação de avaliações – deve fornecer descrições completas dos resultados, limitações e conclusões a todas as partes interessadas, a menos que isso viole as obrigações legais e de propriedade.

A6 – Conflitos de Interesses – As avaliações devem, de forma aberta e honesta, identificar e abordar conflitos de interesses reais ou percebidos que possam comprometer a avaliação.

A7 – Responsabilidade Fiscal – As avaliações devem contabilizar todos os recursos gastos e obedecer a procedimentos fiscais sólidos.

#### **2.4.5 Padrões de precisão**

Os padrões de precisão objetivam garantir a confiabilidade e a veracidade das informações, proposições e descobertas da avaliação, especialmente aquelas que apoiam interpretações e julgamentos sobre qualidade. São oito padrões que abordam tanto a descrição do programa e do contexto, informações e justificativa das conclusões e decisões, quanto às características de abrangência, validade, imparcialidade dos comunicados divulgados e dos relatórios elaborados:

P1 – Conclusões e Decisões Justificadas – As conclusões e decisões da avaliação devem ser explicitamente justificadas nas culturas e contextos em que têm consequências.

P2 – Avaliação de Informações Válidas – Esse padrão deve servir aos propósitos pretendidos e apoiar interpretações válidas.

P3 – Procedimentos de Avaliação de Informações Confiáveis – As avaliações devem fornecer informações suficientemente confiáveis e consistentes para os usos pretendidos.

P4 – Apresentação do Programa e Descrições de Contexto – As avaliações devem documentar os programas e seus contextos com detalhes e escopo apropriados para fins de avaliação.

P5 – Gerenciamento de Informações – As avaliações devem empregar métodos sistemáticos de coleta, revisão, verificação e armazenamento de informações.

P6 – Desenhos e Análises – As avaliações devem empregar desenhos e análises tecnicamente adequados que sejam apropriados para os propósitos de avaliação.

P7 – Apresentação do Raciocínio de Avaliação – O raciocínio de avaliação que leva às informações e análises a descobertas, interpretações, conclusões e julgamentos deve ser documentado de forma clara e completa.

P8 – Comunicação e Relatórios – As comunicações de avaliação devem ter escopo adequado e proteção contra equívocos, vieses, distorções e erros.

#### **2.4.6 Padrões de responsabilização**

Os três padrões objetivam a uma documentação de cada etapa (Utilidade, Viabilidade, Adequação, Precisão) realizada anteriormente; uma meta-avaliação que investiga e presta contas de todo o processo desenvolvido focado na melhoria e prestação de contas dos processos e produtos de avaliação. Utilizam todos os 27 padrões, desde que pertinentes ao que estiver sendo julgado:

R1 – Documentação de Avaliação – As avaliações devem documentar completamente seus objetivos negociados e os projetos, procedimentos, dados e resultados implementados.

R2 – Avaliação Interna – Os Avaliadores devem usar esses e outros padrões aplicáveis para examinar a responsabilidade do desenho da avaliação, procedimentos empregados, informações coletadas e resultados.

R3 – Programa de Meta-avaliação Externa – Os patrocinadores, clientes, avaliadores e outras partes interessadas da avaliação devem encorajar a realização de meta-avaliações externas usando esses e outros padrões aplicáveis.

Conforme destacado pelo próprio Comitê, esses atributos, por mais que orientem a busca pela qualidade e facilitem o processo de avaliação, não garantem essa qualidade (JCSEE, 2011), que deve ser encontrada e assimilada em cada experiência avaliativa realizada. Para isso, os livros dos padrões oferecem toda uma abordagem rica, ampla, direta e eficaz da complexidade dos processos avaliativos, seu roteiro de execução e sua utilização, que devem permitir a mobilização do saber conquistado, de todas as informações apresentadas e dos objetivos a serem conquistados.

#### ***2.4.7 Aplicação dos padrões***

Em 1994, na segunda edição publicada: Padrões de Avaliação de Programas (The program evaluation standards), o Joint Committee (1994) sugeriu um procedimento para aplicação dos padrões de avaliação, conduzindo a forma de utilização destes e orientações tanto para os meta-avaliadores, quanto aos responsáveis pela autoavaliação interna e demais interessados na pesquisa. As orientações são:

##### ***2.4.7.1 Conhecimento da estrutura e uso dos padrões de avaliação***

O Joint Committee (1994) enfatiza que a utilização dos padrões de avaliação deve ser feita após a familiarização de todo esse conteúdo pelo avaliador, cujo conhecimento – tanto conceitual, quanto prático – é decisivo para a aplicação e sucesso da avaliação.

A fim de ampliar e consolidar esse conhecimento – o comitê sugere a aplicação destes padrões mediante a observação de dois propósitos, ou abordagens de investigação – a meta-avaliação somativa, ou a meta avaliação formativa.

A meta-avaliação somativa analisa uma avaliação já concluída, com todos os seus questionários e em especial o seu relatório final. Nessa abordagem, o “avaliador deseja saber o que foi feito na avaliação, o que não foi, como também o impacto da avaliação” (JOINT COMMITTEE..., 1994, p. 11).

Esse processo implica em um julgamento amplo de toda a avaliação realizada, além da complementação de percepções, julgamentos e informações com todos os envolvidos na avaliação. O roteiro para esse processo são os próprios padrões de avaliação, que instigam os envolvidos às seguintes questões: o programa “merece crédito?; pode ser usado como está?; precisa de mais informação antes que a avaliação possa ser julgada com justiça?” (JOINT COMMITTEE..., 1994, p.12).

Já a meta-avaliação formativa orienta as avaliações que estão em processo de implementação, a partir da análise das métricas e etapas de implementação pelo grupo de interessados e condutores da avaliação. Essa técnica permite a observância de deficiências e correção de rumos da mesma, contribuindo não só na melhora da coleta de dados, como em outros aspectos para que os objetivos da avaliação sejam alcançados (LUCKESI, 2008).

Essas abordagens, segundo o Joint Committee (1994), proporcionam um valioso aprendizado, e sua frequência permitirá não só no conhecimento e internalização dos padrões, mas também no aprimoramento das técnicas e uso dos mesmos.

#### *2.4.7.2 Consciência dos objetivos da avaliação*



Para o Joint Committee (1994, pág. 10-11), tanto o avaliador ou o meta-avaliador precisam ter clareza dos objetivos da avaliação, permitindo assim a busca para se alcançar os seus propósitos. Para ajudar nesse processo, o comitê sugere algumas reflexões, que norteiam esse objetivo: quais as necessidades prioritárias do programa de autoavaliação?; quais as melhores abordagens para se chegar a esse objetivo?; quais padrões, para se chegar a um objetivo final satisfatório, eu necessito manter ou excluir?; o público-alvo participante, em suas categorias, receberão o mesmo programa de autoavaliação? O projeto final será amplamente divulgado?

#### *2.4.7.3 Contexto e clareza da avaliação*

Durante o processo de elaboração da avaliação, o *Joint Committee* (1994, p. 11) sugere que questões do projeto de investigação, o programa como um todo, política avaliativa, material utilizados, forma de aplicação, etc. passem por um processo de reflexão de todo o seu contexto avaliativo. As seguintes questões podem auxiliar nesse sentido: quem deseja a avaliação? por quê? o que será feito com os resultados? qual o prazo de entrega dos mesmos? qual o orçamento da avaliação? o que será avaliado? quais as questões políticas envolvidas?

#### *2.4.7.4 Aplicação dos padrões*

Após a delimitação dos objetivos da avaliação e de seu contexto, os avaliadores devem aplicar os padrões de avaliação de acordo com o fim desejado. Se será avaliação ou meta-avaliação. A diferenciação é necessária para orientar todo o roteiro, a observância de sua necessidade e os fins a serem alcançados, além de contemplar também a sua abordagem – formativa ou somativa.

Para uma meta-avaliação com abordagem formativa – a 3ª edição da publicação de *The program evaluation standards* (JOINT COMMITTEE, 2011) sugere a seguinte tabela com a distribuição dos 30 padrões, listados em suas respectivas categorias (utilidade, viabilidade, adequação, precisão e responsabilização), separados pelas atividades que irão orientar os avaliadores quanto a necessidade de se usar cada item, conforme a legenda:

Tabela 1 - Distribuição dos padrões de avaliação por atividade

Padrão de Avaliação		Atividade									
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
U1	Credibilidade do Avaliador										
U2	Atenção às partes interessadas (Stakeholders)										
U3	Propósitos Negociados da Avaliação										
U4	Valores Explícitos										
U5	Informações Relevantes										
U6	Processos e Produtos Significativos										
U7	Comunicação e Relatórios Oportunos e Adequados										
U8	Preocupação com as Consequências e a Influência das Avaliações										
V1	Avaliações de Gerenciamento de Projetos										
V2	Procedimentos Práticos										
V3	Viabilidade Contextual										
V4	Avaliações de Uso dos Recursos										
A1	Orientação Responsiva e Inclusiva										
A2	Acordos Formais										
A3	Direitos Humanos e Respeito										
A4	Clareza e Justiça										
A5	Transparência e Avaliações de Divulgação										
A6	Conflitos de Interesses										
A7	Responsabilidade Fiscal										
P1	Avaliação de Informações Válidas										
P2	Procedimentos de Avaliação de Informações Confiáveis										
P3	Apresentação do Programa e Descrições de Contexto										
P4	Gerenciamento de Informações										
P5	Desenhos e Análises										
P6	Apresentação do Raciocínio de Avaliação										
P7	Comunicação e Relatórios										
R1	Documentação de Avaliação										
R2	Avaliação Interna										
R3	Programa de Meta-avaliação Externa										
Legenda:											
1. Decidir se vai avaliar											
2. Negociar e formalizar acordos, contratos e orçamentos											
3. Determinar quem vai avaliar											
4. Negociar e desenvolver propósitos e questões da avaliação											
5. Descrever o Programa											
6. Planejar a avaliação											
7. Gerenciar a avaliação											
8. Coletar informação											
9. Analisar informação											
10. Comunicar e relatar a avaliação											

Fonte: Adaptada de Joint Committee (2011).

Já na abordagem somativa, a aplicação posterior dos padrões aos relatórios e aos envolvidos, possibilita o julgamento e verificação da qualidade de todo o processo. Nesse caso, o *Joint Committee* (1994) sugere uma lista de verificação dos padrões utilizados, distribuídos em suas categorias, e com uma escala que permite o julgamento do atendimento de cada padrão, de acordo com o objetivo e interesse da

pesquisa. Os quatro valores de atendimento são: a) atendido; b) parcialmente atendido; c) não atendido; e d) não se aplica.

Os responsáveis pela condução dessa meta-avaliação deverão assinalar seu julgamento de cada padrão utilizado, após análise e reflexão do relatório final. Após, cada item é confrontado por esse grupo de avaliadores e as possíveis divergências sobre determinado item devem ser discutidas para uma concordância ou uniformidade de opinião final.

#### *2.4.7.5 Decisão quanto aos resultados*

De acordo com o *Joint Committee* (1994), após a aplicação dos padrões de verificação – independentemente da abordagem utilizada – os resultados obtidos deverão ser analisados e discutidos com toda a equipe envolvida. Os pontos falhos e críticos de todo processo devem servir para propostas de melhorias dos processos, bem como lições apreendidas. Recomendações devem ser feitas, a fim de orientar futuros processos e aprendizados.

#### **2.4.8 Exemplos de aplicação de Meta Avaliações**

O modelo de meta-avaliação pode e deve ser plenamente utilizado. Apesar de toda uma trajetória de pesquisas utilizando mundialmente essa metodologia estimulada pelo JCSEE, no Brasil ainda é incipiente esse processo.

A fim de apresentar as várias possibilidades de aplicação – em qualquer área do conhecimento – destacam-se a seguir exemplos de meta-avaliações já aplicadas seguindo essa metodologia e as considerações acerca de cada experiência.

As pesquisas e artigos escolhidos foram:

- “Parâmetros e paradigmas em meta-avaliação: uma revisão exploratória e reflexiva” de Juarez Pereira Furtado e Hélène Laperrière;
- “Meta-avaliação: uma década do Processo de Avaliação Institucional do SINAES”, de Rodrigo Pinto, Simone de Mello e Pedro Melo;

- “Meta-avaliação: estudos e proposições metodológicas a partir da avaliação de políticas de urbanização de assentamentos precários” de Renato Balbim, Maria Fernanda Becker, Martha Cassiolato, Cleandro Krause e Vanessa Nadalin;
- “Meta-avaliação: caminhos para o aperfeiçoamento de práticas avaliativas no sistema de ensino naval” de Natália de Aguiar e
- “Meta-avaliação de Auditorias de Natureza Operacional do Tribunal de Contas da União” de Helga Cristina Hedler e Cláudio Vaz Torres.

#### *2.4.8.1 Parâmetros e paradigmas em meta-avaliação: uma revisão exploratória e reflexiva*

Furtado e Laperrière (2010) abordam nesse artigo algumas possibilidades da meta-avaliação no campo da avaliação de programas e serviços.

Os autores discutem algumas questões históricas e políticas envolvendo a avaliação e a meta-avaliação de programas e serviços, apresentando críticas às pretensões universalistas e igualitárias presentes em alguns posicionamentos.

Apresentam também que “a inserção da meta-avaliação nas agendas nacional e internacional não é garantia de sua efetiva utilização nem de que venha, de fato, a qualificar os processos avaliativos, mas que tudo depende de como e sob quais paradigmas irão operar as categorias que se propõem a avaliar as avaliações” (Furtado & Laperrière 2010. P. 696).

Segundo os autores, a meta-avaliação parte da identificação da avaliação como objeto de interesse, e pela sua natureza qualitativa, esse modelo pretende estabelecer um julgamento de valor, com critérios pré-definidos, com base em informações existentes ou construídas sobre uma determinada avaliação, em curso ou já realizada, para subsidiar eventuais tomadas de decisão.

Para Furtado & Laperrière (2010. p. 696), “a avaliação da avaliação não é um simples jogo de palavras ou uma indagação sobre quem avalia a avaliação. Muito mais do que isso, trata-se de avaliar os diversos componentes de um processo avaliativo e os

próprios avaliadores. Não se trata simplesmente de uma fase complementar, na qual se avalia os diversos componentes da avaliação”.

No transcorrer da discussão, os autores abordam as possibilidades que a meta-avaliação pode trazer ao campo da avaliação, tais como: fomentar a interação entre a produção teórica e a prática no campo; auxiliar no balizamento de métodos e estratégias em uma área marcada por interesses políticos e pela profusão de possibilidades metodológicas; e fomento do rigor ético e científico das práticas avaliativas.

Concluem discutindo algumas questões históricas e políticas envolvendo a avaliação e a meta-avaliação de programas e serviços, apresentando críticas às pretensões universalistas e igualitárias presentes em alguns posicionamentos.

#### *2.4.8.2 Meta-avaliação: uma década do Processo de Avaliação Institucional do SINAES*

O estudo dos autores Rodrigo Pinto, Simone de Mello e Pedro Melo, apresenta a meta-avaliação do processo de avaliação institucional das IES Brasileiras via SINAES, de 2004 a 2014, considerando o acompanhamento e a revisão do sistema.

Nesse estudo foram analisadas 66 universidades que finalizaram o seu processo de avaliação institucional e que tiveram seu credenciamento publicado no Diário Oficial da União em 2014.

O objetivo dos autores é saber se o objeto avaliado atende aos critérios estabelecidos pelos avaliadores, ou ainda, sugeridos pelos interessados nos resultados da avaliação. Citam Luckesi (2010), que define a avaliação como um julgamento de valor sobre a realidade, tendo em vista uma tomada de decisão. Esse julgamento de valor refere-se a uma afirmação qualitativa, a partir de critérios pré-estabelecidos, sendo a realidade delimitada pelo nível de qualidade efetivamente esperada.

Segundo os autores, ao se avaliar instituições, a avaliação torna-se mais complexa, abrangendo todas as dimensões institucionais de forma sistemática e deve acontecer de modo global, onde processos, ações e resultados são analisados de forma histórica e socialmente contextualizada.

Assim, uma avaliação envolve múltiplas observações e a utilização de instrumentos e critérios coerentes com o objeto examinado ao longo do processo, levando em conta suas características e particularidades.

Nesse sentido, apresentam uma meta-avaliação do processo de avaliação institucional das universidades brasileiras, promovido pelo SINAES, no período de 2004 a 2014, considerando o acompanhamento e a revisão do sistema.

Iniciam o trabalho fazendo considerações sobre a avaliação da educação superior e sobre Meta-avaliação. Após, apresentam os caminhos metodológicos traçados na pesquisa e as respectivas categorias analíticas. Na sequência, os resultados são apresentados por IES e por dimensões institucionais. Após, conclui-se com considerações finais para o aperfeiçoamento deste sistema. Por fim, as referências relacionam as principais fontes de consulta deste estudo.

À luz dessas considerações e conceitos, os autores destacam o papel da meta-avaliação – que tem a avaliação como objeto de interesse – que é “de natureza qualitativa e que pretende estabelecer um julgamento de valor, a partir de critérios pré-definidos, com base em informações existentes ou construídas sobre uma determinada avaliação (...) para subsidiar eventuais tomadas de decisão” e sugerem “que o grande entrave para um maior desenvolvimento da avaliação institucional é o tratamento dos resultados do processo avaliativo, que deveriam subsidiar decisões que promovessem a melhoria das atividades institucionais” (p. 13).

Finalizam que a meta-avaliação apresentada na pesquisa contribuiu significativamente com o Processo de Avaliação Institucional do SINAES, tendo em vista que possibilitou garantir a sua legitimidade e julgar o seu mérito e o seu valor; e que a avaliação institucional deve ser compreendida como um processo que tem por objetivo contribuir para a elevação do nível de qualidade da educação superior.

#### *2.4.8.3 Meta-avaliação: estudos e proposições metodológicas a partir da avaliação de políticas de urbanização de assentamentos precários*

Os autores Renato Balbim, Maria Fernanda Becker, Martha Cassiolato, Cleandro Krause e Vanessa Nadalin apresentam uma outra utilização da metodologia de meta-avaliação: sua aplicação ao processo de avaliação de intervenções de urbanização de assentamentos precários realizadas no âmbito do Programa Habitar Brasil-BID (HBB) do Ministério das Cidades (MCidades).

Foram analisados 27 relatórios de avaliação pós-ocupação frente a padrões de qualidade adotados internacionalmente, ampliando a compreensão da função de avaliação no ciclo da política e que contribui para o aperfeiçoamento de tal função em outros programas similares, como, por exemplo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Com isto, o procedimento mostrou-se útil não só para os formuladores de políticas públicas, ao oferecer subsídios para revisão e aprimoramento da própria avaliação, como também a possibilidade de verificar a qualidade de um processo avaliativo já desenvolvido por outros atores, permitindo que se faça um julgamento do valor daquele processo.

O estudo foi desenvolvido por um grupo de pesquisadores de diferentes formações (economistas, arquitetos e geógrafos), reunidos no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em torno de pesquisas que buscam aprimorar os processos de avaliação de políticas de desenvolvimento urbano em geral, e de urbanização de favelas em particular.

A metodologia de avaliação aqui descrita mostrou-se interessante por haver sido adaptada ao contexto de precariedade que muitas vezes envolve a formulação e execução de programas e políticas públicas no Brasil. Com isso, visou-se colaborar no aperfeiçoamento dos normativos e dos processos empregados pelos gestores da política nacional de desenvolvimento urbano.

Os autores apresentam ainda que, apesar dos relativos avanços nos processos de monitoramento e avaliação das políticas públicas no Brasil, ainda são poucas as iniciativas de estudos de meta-avaliação dessas práticas. Essa situação, segundo eles, decorre do fato de que ainda não se tem um largo histórico de conhecimento e prática de avaliação no país.

Desta maneira, este estudo inova tanto ao focar processos avaliativos na área de desenvolvimento urbano quanto ao tratar da meta-avaliação dessas iniciativas, e objetiva apresentar os avanços possíveis até o momento com as pesquisas que o Ipea vem realizando.

#### *2.4.8.4 Meta-avaliação: caminhos para o aperfeiçoamento de práticas avaliativas no sistema de ensino naval*

Nessa tese de doutorado, Natália Morais Corrêa Borges de Aguiar apresenta uma pesquisa sobre a avaliação do sistema de ensino na Marinha do Brasil (MB), que não se encontra incluída no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Esse sistema possui uma metodologia de avaliação própria, elaborada em 2005 e utilizada como ferramenta para aferir a qualidade da formação de militares e dos estabelecimentos de ensino.

O estudo analisa as contribuições da avaliação do processo ensino-aprendizagem para as revisões curriculares dos cursos conduzidos em dois centros de instrução da marinha.

Trata-se de uma pesquisa avaliativa, uma meta-avaliação, em conjunto com a metodologia de pesquisa-ação. A coleta de dados se deu por meio de entrevistas com pedagogas que atuam na supervisão e condução da avaliação dos cursos de praças do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) e análise documental.



Os dados revelaram que as alterações e revisões curriculares são propostas com poucos subsídios oriundos dos relatórios de avaliação e que ainda não há uma estreita relação entre a aferição da qualidade da formação, por meio da avaliação pós-escolar, e as revisões curriculares dos cursos avaliados.

Segundo a autora, na pesquisa-ação, durante o programa experimental de capacitação de avaliadores, foi possível discutir estratégias e reunir informações úteis para que sejam repensados os processos avaliativos vigentes na Marinha Brasileira. Os resultados da intervenção, por meio da capacitação dos envolvidos no processo avaliativo, reforçaram a importância de se melhorar a condução da avaliação pós-escolar e de se rever os procedimentos instituídos, com base nos padrões de referência para uma avaliação de qualidade – utilidade, viabilidade, ética e precisão.

A autora conclui afirmando que o preparo dos avaliadores contribuiu para uma maior participação e comprometimento dos responsáveis pela avaliação dos estagiários, para a redução de erros no preenchimento dos instrumentos avaliativos e de envio destes fora do prazo, bem como deu oportunidade de refletir sobre o conhecimento e a prática de avaliar e de meta-avaliação, não só na Marinha do Brasil, como nas demais instituições civis e militares.

#### *2.4.8.5 Meta-avaliação de Auditorias de Natureza Operacional do Tribunal de Contas da União*

Os autores Helga Cristina Hedler e Cláudio Vaz Torres propõem nesse artigo um modelo de meta-avaliação aplicado à auditoria de natureza operacional [ANOP] do Tribunal de Contas da União, meta-avaliando seus critérios, padrões, validade e confiabilidade dos procedimentos e resultados.

Após delimitarem os conceitos de auditoria, avaliação e meta-avaliação, apresentam no referencial teórico o modelo proposto pelo *Joint Committee*, considerando como parâmetros para a análise: metodologia; seleção dos sujeitos; objetivos; critérios e análise dos resultados.

Analisa dez auditorias de áreas de atuação do governo e os resultados demonstram como força das ANOPs a avaliação do contexto e checagem de características dos programas e como fragilidade a aplicação dos métodos e técnicas da auditoria.

Enfatizam que a meta-avaliação é um tipo de avaliação formativa e extremamente necessária, pois ao se avaliar determinando o mérito, custo e valor de uma determinada auditoria, essa metodologia acaba por se estender aos programas; políticas públicas; projetos privados; regulamentos públicos; intervenções públicas ou privadas.

Além disso, segundo os autores, a pesquisa avaliativa vai além desse conceito e envolve uma discussão do conceito de avaliação enquanto método, disciplina e estabelecimento de padrões científicos.

A meta-avaliação centrada na avaliação enfatiza o componente metodológico, principalmente sua utilidade e validade, podendo assumir a forma de: críticas profissionais aos relatórios de avaliações; procedimentos de re-análise de dados originais, às vezes com hipóteses diferentes; ou ainda, coletar novas informações sobre os programas.

Assim, os autores analisam os resultados de diferentes avaliações sobre os programas, até mesmo de unidades ou componentes do programa para verificar seu impacto global e como consequência, os resultados da meta-avaliação auxiliam e justificam o aumento da confiança dos gestores e tomadores de decisão dos programas no uso dos resultados das avaliações.

#### **2.4.9 Marco teórico**

O modelo de Meta-avaliação da JCSEE (2011) foi escolhido como marco teórico da pesquisa. A análise da aplicação e sua condução em uma autoavaliação interna já realizada permitirá aprimorar a forma de se avaliar as instituições de ensino superior, conhecendo as percepções de seus principais públicos e a melhoria da gestão dos resultados encontrados.

Vários autores citados no Referencial Teórico também contribuíram para o trabalho de campo, pois fizeram pesquisas usando o modelo de meta avaliação e analisaram as contribuições do método. São eles: Hedler & Torres (2009), Furtado & Laperrière (2010), Balbim, Becker, Cassiolato, Krause & Nadalin (2012), Aguiar (2013) e Pinto, Mello & Melo (2015).

### **3 Metodologia**

Este capítulo aborda o detalhamento de métodos e técnicas utilizados na pesquisa a fim de alcançar os objetivos traçados. Inclui a explicação sobre o tipo de pesquisa, a definição da unidade de análise, instrumentos para coleta de dados e as estratégias utilizadas para a análise dos dados.

#### **3.1 Caracterização da pesquisa**

Esta Dissertação tem como objetivo avaliar em que medida a meta-avaliação pode aperfeiçoar um processo de avaliação interna de uma IES, discutindo sua relevância, qualidade e aspectos que necessitam ser revistos.

A pesquisa está classificada, quanto aos fins, como descritiva, pois busca identificar e analisar o processo de autoconhecimento, de autocrítica da instituição e de auxílio para a tomada de decisões quanto às suas diferentes atividades, sejam elas pedagógicas e ou administrativas. Esse tipo de pesquisa consiste na descrição do comportamento dos fenômenos, de tal forma que sua utilização busca identificar e obter informações sobre as características de determinado problema (Collis & Hussey, 2005).

Quanto aos meios, trata-se de um estudo de caso envolvendo pesquisa quantitativa e qualitativa, pois, ao permitir o amplo exame de determinado fenômeno a partir da dinâmica existente, o estudo de caso auxilia na percepção das sensações do contexto em que é considerado (Collis & Hussey, 2005).

Para Yin (2003), a escolha do estudo caso é a estratégia preferida quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum âmbito da vida real.

Para Collis & Hussey (2005), o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga os fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto da vida real,

especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

A investigação de estudo de caso enfrenta situações tecnicamente únicas em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados. Baseia-se em várias fontes de evidências, resultando no desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e análise de dados.

Segundo Yin (2003), o estudo de caso é uma das muitas maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais, pois há uma má compreensão dos pontos fortes e fracos de fenômenos sociais complexos. O autor descreve três tipos que podem ser tomados como critérios: O caso deve ser crítico, extremo ou único ou, então, revelador.

Quando o caso em pauta é crítico para testar uma hipótese ou teoria previamente explicitada, o resultado final, embora restrito a um ou poucos casos, pode modificar a forma de se ver e entender a teoria inicial, redirecionando o foco da investigação ao seu processo de implementação.

A segunda razão que justifica a opção por um estudo de caso é o fato de ele ser extremo ou único – apresentar situações instigantes e extremamente raras que justifica a análise em profundidade de qualquer caso em que ocorram tais padrões de comportamento e para o qual não existem ainda teorias explicativas convincentes.

A terceira situação descrita por Yin (2003) é o caso revelador, que ocorre quando o pesquisador tem acesso a uma situação ou fenômeno até então inacessível à investigação científica.

Yin (2003) acrescenta, ainda, que estudos de caso são também usados como etapas exploratórias na pesquisa de fenômenos pouco investigados ou como estudos-piloto para orientar o design de estudos de casos múltiplos. Note-se que, aqui, aparece um outro critério que justifica a escolha do estudo de caso como abordagem adequada de um problema de pesquisa: tratar-se de fenômeno pouco investigado, o qual exige estudo aprofundado de poucos casos, que leve à identificação de categorias de

observação ou à geração de hipóteses para estudos posteriores. É esse o critério que norteia a execução desse trabalho de pesquisa.

Para Stake (2009), o estudo de caso a partir de suas finalidades, é distinguido em três tipos: estudo de caso intrínseco, estudo de caso instrumental e estudo de caso coletivo.

O estudo de caso é considerado intrínseco, quando se busca melhor compreensão de um caso apenas pelo interesse despertado por aquele caso particular. Segundo Stake (2009, p. 437):

Aqui, o estudo não é empreendido primariamente porque o caso representa outros casos ou porque ilustra um traço ou problema particular, mas porque, em todas as suas particularidades e no que têm de comum, este caso é de interesse em si. O pesquisador, pelo menos temporariamente, subordina outras curiosidades para que as histórias dos que “vivem o caso” emerjam. O objetivo não é vir a entender algum constructo abstrato ou fenômeno genérico, tal como letramento, ou uso de droga por adolescentes ou o que um diretor de escola faz. O objetivo não é construir teoria – embora em outras vezes o pesquisador possa fazer exatamente isto

Será instrumental, quando o interesse no caso se deve à crença de que ele poderá facilitar a compreensão de algo mais amplo (servir para fornecer insights sobre um assunto / contestar uma generalização amplamente aceita), apresentando um caso que nela não se encaixa.

O estudo de caso é coletivo, quando o pesquisador estuda conjuntamente alguns casos para investigar um dado fenômeno, podendo ser visto como um estudo instrumental estendido a vários casos. Esse trabalho, segunda as distinções propostas por Stake quanto ao seu fim, se apresenta como um estudo de caso instrumental.

O objetivo de Stake (2009), ao categorizar os estudos de caso, é enfatizar a variedade de preocupações e orientações metodológicas relacionadas aos estudos de caso, porque os estudos não encaixam nas categorias e os pesquisadores de caso buscam tanto o que é comum quanto o que é particular em cada caso, apesar do resultado final retratar algo de original em decorrência: da natureza do caso; do histórico do

caso; o contexto (físico, econômico, político, legal, estético etc.); outros casos pelos quais é reconhecido e os informantes pelos quais pode ser conhecido.

Stake (2009) acrescenta ainda que, para mostrar a peculiaridade do caso, os pesquisadores frequentemente reúnem dados sobre todos os aspectos citados.

Por se tratar de um estudo de caso, a utilização de uma única abordagem – seja qualitativa, seja quantitativa – pode ser insuficiente para abranger toda a realidade observada. Portanto, as duas podem e devem ser utilizadas como complementares, sempre que o planejamento da investigação esteja em conformidade com o método (Collis & Hussey, 2005).

Para Yin (2003), o estudo de caso qualitativo constitui uma investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto, selecionada segundo critérios predeterminados e, utilizando múltiplas fontes de dados, que se propõe a oferecer uma visão holística do fenômeno estudado.

A abordagem quantitativa permite quantificar a experiência, em que “os dados quantitativos tomarão a forma de valores numéricos que representam o número total de observações ou frequências das variáveis estudadas” (Collis & Hussey, 2005).

Nesta pesquisa, os dados quantitativos foram coletados do questionário on-line de autoavaliação institucional denominado AVALIAR<sup>4</sup> disponível no Portal Acadêmico da IES, e do relatório de autoavaliação institucional - RAI, disponível para consulta interna e externa, com um conjunto de informações essenciais.

Na abordagem qualitativa, o atributo (qualidade ou característica), considerado não numérico, recai sobre um indivíduo, fenômeno ou objeto (Minayo, 2006).

A metodologia qualitativa oferece diversas técnicas para coleta de dados. Para esta pesquisa foi escolhida uma lista de verificação dos padrões utilizados – instrumento

---

<sup>4</sup> O projeto de avaliação institucionalizado é nomeado AVALIAR – Sistema de Avaliação Institucional. Trata-se de um questionário eletrônico no qual explicita de forma simples o seu objetivo e estimula a ação dos participantes.

de meta-avaliação adaptado da publicação do *Joint Committee* (2011); entrevista sobre os pontos divergentes dessa lista de verificação; análise documental do relatório final da autoavaliação institucional da CPA da IES e observação participante.

A lista de verificação dos padrões utilizados tem por finalidade ajudar na análise dos padrões considerados importantes para o contexto da pesquisa. Apresenta os 30 padrões e suas respectivas categorias (Utilidade, Viabilidade, Adequação, Precisão e Responsabilização). Esses padrões são avaliados por uma escala, que julgam o nível de atendimento da avaliação em relação a cada padrão: a) atendido; b) parcialmente atendido; c) não atendido; e d) não se aplica.

A entrevista se caracteriza pelo objetivo de se obter dados que poderiam ser adquiridos por outra forma de coleta objetiva. Também é possível obter dados a partir da observação das atitudes, valores e opiniões expressos. Os dados podem decorrer de uma realidade mais profunda e subjetiva (Minayo 2006).

Para essa pesquisa foi realizada uma entrevista com os participantes, apenas quando surgiram divergências quanto aos critérios, motivações e decisões do preenchimento da lista de verificação dos padrões utilizados. Essa entrevista, em forma de reunião, foi gravada e os relatos estão transcritos no apêndice 2.

A análise documental, conforme Figueiredo (2007), apresenta o documento como fonte de informações, pesquisa, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador.

Para essa pesquisa, foi utilizado o RAI – Relatório de Autoavaliação Institucional, que descreve todos os passos utilizados na avaliação institucional AVALIAR e que permitem analisar as informações coletadas e o instrumento aplicado.

Por fim, foi utilizada a observação participante, na qual o pesquisador não é apenas um observador passivo. Esse contexto de pesquisa oferece oportunidades de coleta de dados que, muitas vezes, não são acessíveis por outros pesquisadores. Além



disso, pode oferecer um ponto de vista de alguém de dentro do próprio estudo de caso, o que pode ter um valor inestimável (Yin, 2003).

Para esse trabalho, a observação se deu não somente pela participação da implementação do processo de avaliação na IES, como também na análise e identificação de todos os passos utilizados e na arguição sobre os resultados alcançados, pautado sempre pela objetividade que requer esse procedimento.

### **3.2 Unidade de análise e observação**

A escolha da abordagem de um estudo de caso pode se restringir a uma única empresa, grupo de trabalhadores, acontecimento, processo ou até mesmo a um indivíduo, sendo fundamental reunir informações detalhadas sobre a unidade de análise escolhida (Collis & Hussey, 2005).

Essa pesquisa propôs como unidade de análise a Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte, dividida em 06 unidades: Afonso Pena, Barreiro, Cidade Acadêmica, Raja Gabaglia, Timbiras e Venda-Nova. Essas seis unidades apresentam perfis diferenciados, tanto em relação à concentração de cursos de uma determinada área, quanto à localização e distância entre cada uma delas.

Cada uma dessas unidades possui seu próprio diretor de unidade e sua própria estrutura administrativa, incluindo coordenadores de cursos, professores e técnico-administrativos, além da composição de sua CPA.

A CPA – Comissão Própria de Avaliação da Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte foi instituída pela Portaria 01, de 15 de fevereiro de 2016. O mandato do representante discente é de um ano, e os demais integrantes da comissão têm mandato de dois 02 anos. As especificidades do mandato e da composição da CPA estão descritas no Regimento Interno da CPA (RAI, 2018).

Os integrantes da CPA são, para cada unidade: um representante dos coordenadores, um docente, um técnico-administrativo, um discente e um representante da Sociedade Civil Organizada. As seis CPA's são presididas por um Coordenador Geral, o qual

realiza reuniões bimestrais em cada Unidade, a fim de alinhar os procedimentos e demandas para cada semestre letivo.

Para atuar pontualmente de acordo com as particularidades dessa pesquisa, a unidade de observação foi composta por integrantes das 06 CPA's, escolhidos de forma intencional conforme abaixo, mais o Coordenador Geral da CPA e os 06 Diretores de unidade, num total de 31 participantes, todos considerados aptos para o julgamento da lista de verificação para aplicação dos padrões:

- 06 Diretores de unidade
- 01 Coordenador Geral da CPA
- 06 membros da CPA, representantes dos coordenadores
- 06 membros da CPA, representantes dos docentes
- 06 membros da CPA, representantes dos técnicos-administrativo
- 06 membros da CPA, representantes dos discente

Para a etapa da pesquisa qualitativa foi encaminhada uma lista de verificação dos padrões utilizados – instrumento de meta avaliação adaptado da publicação do *Joint Committee* (2011), para preenchimento pelos 31 participantes listados acima.

### **3.2.1 Descrição da Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte**

A primeira Faculdade Pitágoras foi fundada na cidade de Belo Horizonte, no ano 2000, oferecendo o curso de graduação em Administração. No final do ano de 2001 possuía 332 alunos, ao passo que já contava com uma base ampla na Educação Básica, que somava 98.257 alunos. Atualmente, a Pitágoras está presente no Ensino Superior nos estados do Maranhão, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Maceió (RAI, 2018).

Ainda em 2001, o grupo Pitágoras criou o INED, com a proposta de oferecer ensino superior com qualidade assegurada a baixo custo. Por meio da marca INED, a Pitágoras oferecia cursos de graduação Tecnólogos, com duração que variavam entre dois anos e dois anos e meio. Foi inovadora neste segmento ao proporcionar aos seus

alunos formas diferenciadas de pagamento das mensalidades, possibilitando o acesso de significativa faixa de mercado, que até então não era atendida satisfatoriamente.

Em 2006 foi implantado o Núcleo de Pós-Graduação Pitágoras no estado de Minas Gerais, com coordenações locais em cada unidade, oferecendo cursos de especialização lato sensu nas áreas de Saúde, Gestão, Ciências Sociais e Pedagogia, além de cursos de extensão em diversas áreas.

No ano de 2007 a Pitágoras abriu o seu capital na Bolsa de Valores, criando a holding Kroton, que passa a gerir todos os processos educacionais. Em 2008 houve a entrada da Advent (fundo particular de investimentos que possui parcerias com várias empresas brasileiras e buscava uma no segmento educacional), no bloco de controle de gestão da empresa, o que trouxe recursos para novos investimentos.

Em 2010, a Kroton adquiriu o Grupo IUNI Educacional, instituição que já atuava na graduação e pós-graduação por meio das marcas: UNIC nas cidades de Sinop, Tangará da Serra, Várzea Grande, Cuiabá, Rondonópolis e Primavera do Leste, no estado do Mato Grosso, UNIME, com unidades localizadas em Lauro de Freitas, Salvador e Itabuna na Bahia; e FAMA nas cidades de Macapá e Marabá, no estado do Amapá. O processo de integração Kroton/IUNI levou seis meses, e ao final deste período a companhia estava totalmente integrada, tanto em processos quanto academicamente.

O Modelo Acadêmico inovador implantado em todas as unidades do Grupo, com o objetivo de unificação da metodologia de ensino, é amparado em tecnologia e passível de ser monitorado, com indicadores de desempenho e econômicos bem definidos. Nas últimas avaliações do MEC, foram de mais de 97% de conceitos satisfatórios (notas acima de 3, em uma escala de 0 a 5), o que comprova que este modelo acadêmico está validado.

No ano de 2011 a Kroton anunciou a Oferta de Distribuição Pública de Ações, em um processo que durou 6 meses de árduo trabalho que envolveu diversas áreas da Companhia, e trouxe recursos necessários para o projeto de crescimento esperado.

Com estes recursos, adquiriu instituições de ensino em diversos estados brasileiros. Em 14 de Julho anunciou a compra da Faculdade Atenas Maranhense – FAMA que conta com operações nos municípios de São Luís e Imperatriz, ambos no Estado do Maranhão e, em 15 de julho, era anunciada a compra da Faculdade Educacional de Ponta Grossa - União, ampliando as operações no Estado do Paraná. Em 21 de setembro adquiriu a Faculdade de Sorriso - FAIS no município de Sorriso - Mato Grosso, estado onde já possuía 10 unidades de Ensino Superior, sendo a mais próxima a unidade de Sinop, com distância aproximada de 80 quilômetros do município de Sorriso. Esta Unidade passou a chamar-se Unic Sorriso.

Em dezembro de 2011 a Kroton torna-se um dos maiores grupos de ensino superior do Brasil e o 6º maior do mundo, através da associação com a Universidade Norte do Paraná – Unopar, com sede no município de Londrina – Paraná, presente em 422 cidades, por meio de seus 469 polos de EaD e 5 campi presenciais.

Em março de 2012, a Kroton adquire o Grupo Uniasselvi - Associação Educacional Leonardo Da Vinci. Com esta operação a Companhia se torna mais completa, principalmente no Ensino a Distância. Juntas, a Kroton e a Uniasselvi tornam-se a maior companhia do setor de educação brasileiro, em número de alunos.

Atualmente, no Ensino Superior, a Kroton conta com mais de 50 campi de Ensino Presencial e presença em mais 400 localidades por meio do EaD, o que a consolida como uma instituição de escala nacional, com capacidade continuada de expansão e desenvolvimento para seus alunos e colaboradores. Hoje são mais de 400 mil alunos de Ensino Superior, sendo mais de 250 mil em Ensino a Distância e mais de 160 mil em Ensino Presencial.

Em paralelo a esse processo, o ensino médio continuou com rápida expansão ocasionando forte pressão para o acesso e consequente oferta de vagas para o ensino superior. Nesse sentido observou-se um processo de crescimento da rede privada nessa modalidade de ensino no país e principalmente do Nordeste. Essa demanda criou e cria oportunidades de acesso a uma parcela maior da população. Salienta-se ainda que a contínua expansão do ensino médio, a melhoria na qualidade de vida da

população e, ainda, o aumento da renda do trabalhador incentivou a volta das pessoas para as salas de aula do ensino superior.

O foco estratégico da Instituição é se posicionar como uma das principais instituições de Ensino Superior do país, oferecendo serviços educacionais de qualidade assegurada, com reconhecimento e inserção nas comunidades onde atua. É nessa perspectiva que a Instituição atua em Belo Horizonte mantendo o compromisso de qualidade educacional em suas demais unidades junto a seus alunos, professores e funcionários (RAI, 2018).

### **3.3 Procedimento de coleta**

Essa pesquisa teve como objetivo identificar e analisar em que medida a meta-avaliação pode aperfeiçoar o processo de avaliação interna de uma IES.

Para essa pesquisa, foram adotados métodos de coleta distintos e complementares que possibilitaram maior compreensão da verificação da qualidade de um processo avaliativo já concluído – portanto um caráter somativo – ao oferecer subsídios para a revisão e aprimoramento da própria avaliação:

- 1) Os dados quantitativos foram coletados do questionário on-line de autoavaliação institucional denominado AVALIAR e do Relatório de Autoavaliação Institucional - RAI
- 2) Para a obtenção das informações quantitativas, foi utilizada a lista de verificação dos padrões utilizados – instrumento de meta-avaliação adaptado da publicação do *Joint Committee* (2011) (Apêndice A).
- 3) Os itens que apresentaram maiores divergências de julgamento foram submetidos à uma discussão coletiva, com o intuito de compreender as análises realizadas e ajudarem na análise final dos mesmos.

- 4) Além destes métodos de coleta, ainda foi utilizada a observação participante, pois o autor da dissertação é também professor da instituição analisada e até recentemente, participante da equipe de avaliação institucional.

Esta lista de verificação dos padrões utilizados tem por finalidade ajudar na análise dos padrões considerados importantes para o contexto da pesquisa e o nível de atendimento da avaliação em relação a cada padrão.

Foram avaliadas as categorias Utilidade, Adequação e Precisão, por estarem identificadas com o propósito inicial dessa dissertação. Essa lista de verificação foi enviada por e-mail aos 31 participantes anteriormente apresentados, mas somente 28 responderam.

Foram apresentados 22 padrões distribuídos nas categorias acima e foram avaliados por uma escala de julgamento do nível de atendimento da avaliação em relação a cada um dos padrões. Os níveis de atendimento são: a) atendido; b) parcialmente atendido; c) não atendido; e d) não se aplica.

A aplicação desse instrumento aos respondentes foi precedida por um e-mail de apresentação da pesquisa e seus objetivos e as instruções para o preenchimento da lista. Foi solicitado aos participantes que os mesmos se posicionassem em relação às informações, mostrando seu grau de concordância quanto ao nível de atendimento (Apêndice A).

A base para a análise dessa lista de verificação foi o RAI – Relatório de Autoavaliação Institucional, apresentado em março de 2018. Esse relatório descreve todos os passos utilizados na avaliação institucional interna (AVALIAR) e permite analisar as informações coletadas com o instrumento aplicado.

A Autoavaliação institucional da Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte é coordenada pela sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme orientações definidas pela CONAES e INEP (INEP, 2017).

Metodologicamente, são utilizadas técnicas e instrumentos de coleta de dados para subsidiar o processo de avaliação interna. Para a confecção desse relatório de auto avaliação institucional utilizam-se indicadores de qualidade calculados com base nos dados coletados e, também, as recomendações advindas das avaliações externas, consonantes com as dimensões do SINAES. (SINAES, 2004)

Na análise da lista de verificação dos padrões utilizados, para os itens que apresentaram divergências de julgamento dos níveis de atendimento, foi realizada uma reunião com os participantes, com o intuito de não só compreender as análises realizadas e confrontar os pontos de vistas, motivos, percepções e divergências dos mesmos, como também objetivou à busca de um consenso, de forma a se registrar a possível fragilidade desse item e a busca de soluções e propostas para o mesmo.

Além disso, foram coletados dados e percepções por meio da técnica de análise documental e observação participante, com a leitura de relatórios; conversas e reuniões com os responsáveis pelo Avaliar em cada CPA, com os diretores das unidades e demais participantes do processo avaliativo.

### **3.4 Estratégia de análise e tratamento dos dados**

A tabela 2 apresenta a estratégia utilizada na análise dos dados e correlaciona os objetivos específicos propostos nesta investigação com os autores que dão sustentação teórica para o assunto abordado e os instrumentos de coleta de dados correspondentes.

Tabela 2 - Estratégia de análise de dados

<b>Objetivos Específicos</b>	<b>Autores</b>	<b>Tipo de Pesquisa</b>	<b>Coleta de Dados</b>
Apresentar a trajetória de implantação dos sistemas avaliativos educacionais implantados no Brasil	<u>Barreyro e Rothen (2008)</u> Bese (2007) BRASIL (2003) Brito (2008) Cavalcante (2000) Dias, Horiguela e Marchelli (2006) Maccarl, E. A.; Rodrigues, L. C. (2003) Peixoto (2011) SINAES, 2004 Zandavalli (2009)	Pesquisa Bibliográfica	Referencial Teórico
Descrever o modelo de meta-avaliação, seguindo o programa elaborado pelo JCSEE - <i>Joint Committee on Standards for Educational Evaluation</i> (Comitê Misto sobre Diretrizes para a Avaliação Educacional)	Gimenez (2007) Scriven (1991) JCSEE, 2011 Firme, T. P; Letichevski, A. C, 2010 Mello, S. P. T; Melo, P. A; Pinto, R. S, 2015	Pesquisa Bibliográfica	Referencial Teórico
Realizar um estudo meta-avaliativo de uma avaliação interna já concluída, a partir do seu relatório final de auto avaliação institucional	JCSEE, 2011	Pesquisa Bibliográfica; Pesquisa de Campo; Pesquisa documental	Referencial Teórico; Questionário com lista de verificação dos padrões utilizados; Relatório final de autoavaliação institucional
Investigar quais são as contribuições da meta-avaliação ao processo de avaliação interna de uma IES.	JCSEE, 2011 Hedler & Torres, 2009 Furtado & Laperrière, 2010 Balbim, Becker, Cassiolato, Krause & Nadalin, 2012 Aguiar, 2013 Pinto, Mello & Melo, 2015	Pesquisa Bibliográfica; Pesquisa de Campo; Pesquisa documental; Observação Participativa	Referencial Teórico; Questionário com lista de verificação dos padrões utilizados; Relatório final de autoavaliação institucional

Fonte: elaborado pelo autor



## **4 Apresentação e Discussão dos Resultados**

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados e a análise da pesquisa, de forma a atingir o objetivo geral e os objetivos específicos 3 e 4 dessa dissertação. Os objetivos específicos 1 e 2 – a trajetória de implantação dos sistemas avaliativos educacionais no Brasil e o modelo de meta-avaliação, seguindo o programa elaborado pelo JCSEE – foram devidamente apresentados no Referencial Teórico apresentado no capítulo 2.

Os demais objetivos e discussão dos resultados colhidos e analisados serão apresentados a seguir, divididos em quatro itens, a saber: 4.1) Apresentação do RAI – relatório de auto avaliação institucional, 4.2) Estudo meta-avaliativo, 4.3) apresentação do estudo meta-avaliativo da JCSEE, aplicado sobre o RAI - relatório de autoavaliação institucional e 4.4) contribuições da meta-avaliação ao processo de avaliação interna.

### **4.1 RAI - Relatório de Auto avaliação Institucional**

A constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte é uma exigência da Lei 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

É essa comissão a responsável por analisar as unidades, cursos e o desempenho dos estudantes. Nas avaliações são considerados aspectos que estão relacionados ao ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, desempenho dos discentes, gestão da instituição, corpo docente, entre outros. Dessa forma, a autoavaliação é um dos procedimentos de avaliação de uma IES, prevista pelo SINAES.

A cada ano, a CPA deve apresentar o Relatório de Autoavaliação Institucional, conforme determina a Nota Técnica/INEP nº 65/2014. Esse documento tem por objetivo destacar o planejamento, resultados e ações eficazes nos processos avaliativos internos e externos ocorridos no ano anterior. A atuação da CPA ocorre de

forma estratégica, de maneira autônoma, e envolve toda a comunidade acadêmica em prol do fortalecimento da cultura avaliativa desta Instituição.

O processo avaliativo é importante, pois possibilita conhecer a realidade da IES, além disso, com a análise dos resultados obtidos, permite criar meios para valorizar e ampliar as potencialidades, bem como sanar as fragilidades identificadas. Entende-se que deve ser permanente, para que se busque sempre a boa qualidade do serviço ofertado à comunidade acadêmica e local, e coadune com a melhoria da qualidade da educação superior e a expansão da sua oferta.

O Relatório de Autoavaliação Institucional da Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte, editado em março de 2019, revela que a atual composição da CPA foi instituída por meio da Portaria nº 01/2016. No relatório apresentado foram utilizados dados referentes às ações realizadas no triênio 2016-2018, tomando como base informações coletadas a partir do instrumento de medida AVALIAR.

É por meio da análise do Relatório de Avaliação Institucional que é possível avaliar os diversos padrões e as evidências necessárias à meta-avaliação. Apresentado de forma clara e detalhada, composto de tabelas, gráficos, análises sobre as fragilidades e potencialidades de cada uma das 10 dimensões instituídas pelo SINAES, é nesse instrumento – quantitativo e qualitativo, que se baseia a observação dos padrões e categorias de análise, descritas no item 4.3.

## **4.2 Estudo meta-avaliativo**

A metodologia da meta-avaliação se baseia na aplicação de uma lista de verificação de padrões utilizados – instrumento adaptado do JCSEE – além de entrevista quando do surgimento de pontos divergentes dessa lista de verificação.

A base para a realização dessa análise é o relatório de autoavaliação institucional – RAI, que descreve todos os passos utilizados quando da avaliação institucional e que contém todas as etapas, descrição da pesquisa e análise das informações coletadas.

A lista de verificação dos padrões utilizados foi encaminhada aos 31 respondentes previamente selecionados – conforme apresentado no Apêndice A, e destes, 28 responderam. Dos 22 padrões apresentados para avaliação, 19 retornaram com 100% do atributo “atendido”, conforme escala de julgamento divulgada. Tal característica sugere a boa execução da proposta da pesquisa, verificada pelos critérios metodológicos sugeridos pelo JCSEE. Cada um desses resultados será comentado na seção posterior, seguido de evidências para cada item.

Três padrões tiveram divergências em suas análises, todas pertencentes à categoria Adequação. O padrão A5 “Transparência na Divulgação de Avaliações” apresentou, quanto à escala do nível de atendimento, 10 respostas “Atendido”, três respostas “Parcialmente Atendido” e 15 respostas “Não Atendido”. O padrão A6 “Conflitos de Interesses”, apresentou 16 respostas “Atendido” e 12 respostas “Parcialmente Atendido”. Por fim, o padrão A7 apresentou duas respostas “Não Atendido” e 26 respostas “Não se Aplica”. Os resultados totais de todos os padrões, inclusive os padrões com divergências em suas qualificações estão registrados na tabela 3.

Tabela 3 - LISTA DE VERIFICAÇÃO DOS PADRÕES UTILIZADOS COM RESPOSTAS

Padrão de Avaliação	Atividade				
	Atendido	Parcialmente atendido	Não atendido	Não se aplica	
U1	Credibilidade do Avaliador	28	0	0	0
U2	Atenção às partes interessadas (Stakeholders)	28	0	0	0
U3	Propósitos Negociados da Avaliação	28	0	0	0
U4	Valores Explícitos	28	0	0	0
U5	Informações Relevantes	28	0	0	0
U6	Processos e Produtos Significativos	28	0	0	0
U7	Comunicação e Relatórios Oportunos e Adequados	28	0	0	0
U8	Preocupação com as Consequências e a Influência das Avaliações	28	0	0	0
A1	Orientação Responsiva e Inclusiva	28	0	0	0
A2	Acordos Formais	28	0	0	0
A3	Direitos Humanos e Respeito	28	0	0	0
A4	Clareza e Justiça	28	0	0	0
A5	Transparência e Avaliações de Divulgação	10	3	15	0
A6	Conflitos de Interesses	16	12	0	0
A7	Responsabilidade Fiscal	0	0	2	26
P1	Avaliação de Informações Válidas	28	0	0	0
P2	Procedimentos de Avaliação de Informações Confiáveis	28	0	0	0
P3	Apresentação do Programa e Descrições de Contexto	28	0	0	0
P4	Gerenciamento de Informações	28	0	0	0
P5	Desenhos e Análises	28	0	0	0
P6	Apresentação do Raciocínio de Avaliação	28	0	0	0
P7	Comunicação e Relatórios	28	0	0	0

Fonte: elaborado pelo autor

Essas divergências, riquíssimas para um processo de verificação da qualidade do processo avaliativo, direcionou a uma reunião e entrevista coletiva – previamente comunicado quando do acontecimento de tal situação – dentro de uma reunião formal da CPA da Faculdade Pitágoras.

Após o curso normal da reunião foi concedido um espaço para discussão das listas de verificação respondidas, tanto no que concerne à concordância dos 19 itens de verificação, quanto – e especialmente – aos três padrões que apresentaram discordância.

O objetivo, em um roteiro não estruturado, foi confrontar os pontos de vistas dos participantes e discutir os motivos, as percepções e as divergências – a partir do relatório de autoavaliação institucional que sustentou essas observações – de modo a se chegar a um consenso.

As considerações acerca dessa contribuição metodológica se encontram no tópico “análise das entrevistas sobre os padrões divergentes” do capítulo 4.3 contribuições da meta-avaliação para a autoavaliação interna, com algumas transcrições dessa reunião.

### **4.3 Apresentação do estudo meta-avaliativo**

Nesta parte da pesquisa, são apresentados os resultados obtidos em relação ao estudo meta-avaliativo do processo de autoavaliação desenvolvida pela Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte, a partir das categorias de análise Utilidade, Adequação e Precisão.

A leitura crítica do relatório de autoavaliação institucional permitiu embasar, decompor e descrever os aspectos técnicos e teóricos da avaliação desenvolvida, ajudando no processo de análise das informações coletadas de acordo com as principais características de cada padrão sugerido pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (2011).

Dessa forma, são apresentados a seguir os 22 padrões vinculados as essas categorias e que serviram de parâmetro para a reflexão e análise do relatório de autoavaliação institucional.

A descrição de cada componente, o total do julgamento proveniente da Lista de Verificação aplicada e as análises realizadas tendo como base o relatório de autoavaliação institucional são apresentados a seguir.

#### **4.3.1 Padrões de utilidade**

A principal função da categoria Utilidade é demonstrar o quão útil serão as informações coletadas, de acordo com a expectativa e satisfação das necessidades dos *stakeholders* envolvidos. Portanto, esta categoria analisa se a autoavaliação gerou informações relevantes para o conhecimento de quem são os sujeitos ou grupos envolvidos na avaliação e se as necessidades e interesses dos mesmos foram garantidos e respeitados, proporcionando assim o aperfeiçoamento e o desenvolvimento desses grupos e da instituição.

Essa categoria também procura demonstrar se a metodologia atual da pesquisa, suas dimensões e indicadores escolhidos, condução transparente do processo, envolvimento e qualificação dos responsáveis da CPA fornece melhorias e aperfeiçoamento institucional. Em número de oito, as análises destes padrões de utilidade identificadas no relatório e seus respectivos comentários são apresentados a seguir.

- **U1 - Credibilidade do Avaliador**

As avaliações devem ser conduzidas por pessoas qualificadas que estabeleçam e mantenham a credibilidade no contexto de avaliação.

#### **Análise**

Entre suas atribuições, constantes do regimento interno, a “CPA é um órgão colegiado autônomo, de natureza consultiva, deliberativa e normativa, constituída pelo fim avaliativo no âmbito das áreas acadêmica e administrativa” (RAI, 2018, p.4).

A mesma integra o princípio de avaliação disposto pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), como meio colaborativo para melhoria da qualidade de educação superior, ao “abordar com dinamismo os processos de sensibilização, coleta de dados, análise dos resultados e implantação de medidas de aprimoramento” (RAI, 2018, p.11).

Instituída pela Portaria nº 01, de 15 de fevereiro de 2016, a CPA da Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte atende ao que dispõem a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, regulamentada pela Portaria MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004, e a legislação vigente concernente à CPA.

Sua composição apresenta tanto pessoas sem experiência avaliativa, mas que apresentam forte engajamento com o processo, como integrantes com larga experiência em avaliação interna e externa, oriundos de diferentes áreas do saber. Todos os participantes são reconhecidos pela comunidade acadêmica como responsáveis pela avaliação, o que vai ao encontro à orientação da JCSEE quanto à credibilidade.

Com a unanimidade de 28 avaliações como “atendido” da lista de verificação aplicada, esse padrão demonstra claramente que a CPA – equipe responsável pela autoavaliação interna – cumpre bem a condução desse processo.

- **U2 - Atenção às partes interessadas (*stakeholders*)**

As avaliações devem dedicar atenção a todos os grupos incluídos na pesquisa e afetados por sua avaliação.

### **Análise**

A CPA da Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte apresenta em seu relatório o compromisso conforme preconizado pelo *Joint Committee* (2011), que recomenda que

sejam criadas condições para que os stakeholders se integrem de maneira segura e confortável com todo o processo avaliativo.

Segundo o relatório de autoavaliação institucional, a “ideia principal é que toda a comunidade possa participar da autoavaliação e que esta passe a ser uma atividade cotidiana na comunidade acadêmica, para que todos possam buscar formas de melhorar o seu desempenho, bem como o da instituição.” (RAI, 2018, p. 21).

Esse padrão encontra ainda correspondência na premissa do processo de autoavaliação institucional da Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte, que se pauta e se desenvolve com a consideração dos seguintes princípios básicos (RAI, 2018, p. 22):

- I. conscientização da necessidade da avaliação por todos os segmentos envolvidos;
- II. reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios adotados;
- III. envolvimento direto dos segmentos da comunidade acadêmica, da autoavaliação da instituição como um todo e de cada um dos segmentos nela envolvidos; e
- IV. conhecimento dos resultados do processo e participação na decisão acerca da sua utilização.

Assim, o papel da CPA se traduz na conversão de dados e informações em conhecimento estratégico, de forma integradora, participativa e reguladora, na produção de subsídios que contribuam ao planejamento estratégico da instituição, e que possibilite também a necessária transparência e participação de toda a comunidade acadêmica nos processos avaliativos institucionais.

Com um total de 28 respostas “atendido”, esse padrão confirma o critério de que todos os grupos envolvidos foram atendidos no programa de autoavaliação.

- **U3 - Propósitos negociados da avaliação**

Os propósitos devem ser identificados e continuamente negociados com base nas necessidades das partes interessadas.

## **Análise**

A Lei 10.861/2014, que define o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), estabelece, em seu Artigo 3º, que a avaliação institucional tem por objetivo identificar o perfil da IES e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, consolidadas em cinco eixos no Instrumento de Avaliação Institucional Externa (eixo 1: planejamento e avaliação institucional; eixo 2: desenvolvimento institucional; eixo 3: políticas acadêmicas; eixo 4: políticas de gestão e eixo 5: infraestrutura física).

Dentro dessa condição, ao longo do desenvolvimento do relatório de auto avaliação institucional, são apresentados os dados e as informações referentes aos eixos, dimensões e indicadores – em consonância com a legislação vigente – cujo objetivo é promover, conforme previsto nas suas linhas de ação, a participação da comunidade acadêmica no processo avaliativo, no sentido de (RAI, 2018, p. 21):

- I. fortalecer a disseminação de resultados e as relações com os processos decisórios, agilizando os resultados e as práticas por eles recomendadas;
- II. repensar periodicamente os projetos pedagógicos, frente à evolução e exigências do mercado; e
- III. integrar a avaliação interna e externa, para buscar melhores indicadores de melhoria dos serviços prestados e adequação de objetivos específicos na formação profissional.

Aqui outra unanimidade quanto ao valor “atendido”, o que confirma a identificação, reconhecimento e assimilação dos propósitos apresentados pela autoavaliação.

- **U4 - Valores explícitos**

As avaliações devem esclarecer e especificar os valores individuais e culturais que sustentam propósitos, processos e julgamentos.

## **Análise**



Quando a instituição tem o controle de sua avaliação, construída com o envolvimento dos participantes, a avaliação torna-se um organizador qualificado que favorece o autoconhecimento da instituição e contribui para a formação de subjetividades valorativas comprometidas com a constante melhoria educacional.

Nesse sentido, a autoavaliação institucional é baseada no processo “interminável de busca da qualidade da Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte, dos cursos, e do desempenho de cada sujeito interveniente, que pressupõe uma não acomodação, exigindo uma predisposição à mudança que acompanhe a dinâmica científica, cultural, organizacional e tecnológica” (RAI, 2018, p. 21).

A Autoavaliação institucional é disseminada como uma excelente ferramenta de diagnóstico e correção de rumos, acompanhamento e controle dentro de uma abordagem construtiva e dialógica.

Segundo a lista de verificação aplicada, esse padrão apresentou 28 avaliações julgadas como “atendido”, corroborando para a percepção de uma cultura de avaliação como atividade pedagógica integrada permanentemente na vida da Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte.

- **U5 - Informações relevantes**

As informações da avaliação devem atender às necessidades identificadas e emergentes das partes interessadas.

### **Análise**

A avaliação visa nortear os rumos futuros da instituição por meio da correção de problemas que serão detectados, bem como da identificação dos pontos fortes da instituição, sendo, portanto, um instrumento valioso para a consolidação dos desejos, sonhos e aspirações da comunidade acadêmica.

A Comissão Própria de Avaliação da Faculdade Pitágoras Belo Horizonte se orienta de acordo com as premissas estabelecidas pelo SINAES, e sua auto avaliação institucional inicia-se pelo AVALIAR, o qual aponta em seus resultados, as potencialidades e as deficiências das seis unidades que compõem a IES.

Todos os resultados são analisados para promover uma autoavaliação, autoanálise e autoconhecimento em toda a IES, a fim de potencializar os pontos positivos e superar os negativos. Essa autoavaliação se reflete no planejamento e execução de planos de ações para cada unidade observada, prevendo melhorias contínuas.

No relatório de autoavaliação institucional constam todas essas ações propostas, abordando todas as dimensões e identificando os responsáveis por cada ação, com previsão dos resultados esperados e seus respectivos prazos (RAI, 2018).

Nesse sentido, avaliar significa consolidar-se enquanto instituição universitária, com papéis sociais claramente definidos em seu projeto institucional. As ações desencadeadas no âmbito da instituição visam a implementação de processos avaliativos e, em seus avanços e recuos, vem tendo por norte a realização efetiva de uma instituição capaz de oferecer respostas condizentes às necessidades da sociedade.

Esse padrão obteve o total de julgamentos de valor “atendido”, demonstrando claramente que as informações da avaliação atendem às necessidades e aos interesses das partes interessadas.

- **U6 - Processos e produtos significativos**

As avaliações devem construir atividades, descrições e julgamentos de forma a encorajar os participantes a redescobrir, reinterpretar ou revisar seus entendimentos e comportamentos.

### **Análise**

Os resultados propostos no Relatório de Autoavaliação referente ao triênio pesquisado e seus respectivos planos de ação (RAI, 2018, p. 90 a 113) abordam as dimensões avaliadas pelo SINAES para cada unidade que compõe a Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte.

A confecção e o desenvolvimento desses planos de ação são realizados através de reuniões sistematizadas com todos os membros da CPA local, em todas as seis unidades, sendo acompanhadas e consolidadas pelo coordenador geral da CPA.

Após a proposição dos planos de ação, cabe aos membros de cada unidade efetivarem as ações propostas – conjuntamente com a direção de cada unidade – sendo estas verificadas bimestralmente pelo coordenador geral da CPA.

O aprimoramento e ou resolução dos problemas que foram descritos como deficiências em cada setor das Unidades são apresentadas no relatório anual que é enviado ao MEC; utilizados para a revisão do planejamento das ações institucionais e a elaboração do plano de trabalho de cada curso e de cada setor que compõe a Faculdade.

A aprovação dos relatórios e a socialização de seus resultados entre a comunidade acadêmica permite ações de aperfeiçoamento nas diferentes instâncias de organização e gestão da IES, objetivando a realização de uma autoanálise ampla das potencialidades e dos pontos a serem corrigidos, possibilitando ações assertivas.

Esse padrão apresentou na lista de verificação aplicada, 28 avaliações “atendido”, demonstrando que as avaliações apresentam em seus resultados, as atividades, descrições e orientações que propiciam os participantes e envolvidos a redescobrirem e reinterpretarem a instituição.

- **U7 - Comunicação e relatórios oportunos e adequados**

As avaliações devem atender às necessidades contínuas de informação de seus múltiplos públicos.

### **Análise**

O processo avaliativo da faculdade Pitágoras de Belo Horizonte, sua elaboração, execução, leitura dos resultados, detecção dos problemas e ou qualidades de cada unidade, são apresentados a cada semestre. A CPA, conforme determina a nota técnica/INEP nº 65/2014 apresenta o relatório de autoavaliação institucional e ainda demonstra as ações eficazes desse processo.

Há dois tipos de relatório, um executivo, em versão eletrônica e impressa, e um sistema de resultados – via web – de forma a facilitar a sua divulgação e análise por todos os interessados.

No relatório executivo são visualizados, por meio de gráficos e tabelas, os indicadores propostos no modelo conceitual do AVALIAR, com base na coleta de dados. Indicadores de infraestrutura, de processos e de resultados são avaliados por uma nota média na escala de 0 a 5 e pela distribuição de respondentes nos níveis alto, médio e baixo.

Para cada um desses indicadores, há um pequeno texto inicial com a síntese dos atributos que o compõem. Em seguida, o indicador da Unidade é apresentado em gráfico e tabela, e comparado com este mesmo indicador nos demais grupos de referência, isto é, as demais unidades da regional, entre as regionais da Kroton, e quanto a modalidade de Ensino (presencial e ou a distância).

Os indicadores sinalizam para os gestores os pontos fortes e as possibilidades de aprimoramento de suas respectivas instituições, para que priorizem as áreas de atuação. Para que os indicadores de percepção dos alunos sobre a instituição em que estudam, sobre seu curso e sobre as estratégias de ensino utilizadas pelos seus professores/tutores sejam representativos, é necessário que haja uma taxa mínima de participantes que responderam aos respectivos questionários aplicados.

Os critérios para a disponibilização dos relatórios são definidos com base nessas metas de participação estabelecidas na aplicação dos questionários, com pequenos ajustes, de acordo com o percentual de participação geral da Kroton.

Já no sistema de resultados, é apresentada a comparação dos indicadores nas aplicações sucessivas do AVALIAR. Com esse comparativo, o gestor e demais interessados podem avaliar se a unidade está em uma trajetória ascendente ou descendente em relação aos indicadores avaliados.

Além disso, o sistema disponibiliza uma tabela dinâmica que permite ao usuário montar diferentes relatórios com cruzamento de informações. O Sistema de Resultados está disponível para todas as instituições que participaram do AVALIAR e seu acesso é realizado através de um link.

Além disso, a CPA de cada unidade apresenta a síntese dos resultados em painéis distribuídos pela unidade, a evolução dos mesmos, além de outras informações ligadas ao ato de avaliar e às necessidades acadêmicas da unidade.

A unanimidade dos julgamentos desse padrão – 28 avaliações como “atendido” – demonstra o cuidado que a equipe responsável pela autoavaliação interna tem com a informação de suas atividades.

- **U8 - Preocupação com as consequências e a influência das avaliações**

Deve promover o uso responsável e adaptativo, ao mesmo tempo em que protege contra consequências negativas não intencionais e uso indevido.

### **Análise**

Este último padrão da categoria utilidade demonstra a preocupação da metodologia do *Joint Committee* (2011) em garantir o cuidado com o uso dos resultados, além de aprimorar o processo avaliativo.

Nesse sentido, a CPA da Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte vem buscando aprimorar sua capacidade de gerenciamento das atividades por meio dos resultados do processo de auto avaliação expressos anualmente nos relatórios. Os mesmos são permanentemente utilizados para a revisão do planejamento das ações institucionais e para a elaboração do plano de trabalho de cada curso e de cada setor que compõe a Faculdade.

Além disso, outros processos de avaliação perante o MEC e que acontecem na IES são utilizados: avaliações de credenciamento e ou credenciamento da instituição; avaliações de cursos (autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento); o ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, que com seus resultados, juntamente com a análise do Censo da Educação Superior (INEP, 2017),

geram indicadores de qualidade (ICG - Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição e CPC - Conceito Preliminar de Curso).

Todos os resultados são avaliados pelos membros da CPA, promovendo um autoconhecimento amplo das potencialidades e dos pontos a serem corrigidos na IES, a fim de promover o uso responsável e orientando de informações e ações assertivas, a fim de se buscar e propor metas, objetivos e valores que servirão de base para um novo PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional.

O total de valores “atendido” demonstra o cuidado que a CPA tem com o processo de melhoria da IES, que deve ser contínuo e capaz de ser motivador, para que os esforços conjuntos sejam reunidos para o bem coletivo e para a realização de um processo de construção que efetive os valores educacionais e socioambientais desejados.

#### **4.3.2 Padrões de adequação**

A utilização da categoria Adequação é atestar se a avaliação interna foi conduzida observando sua adequação àquilo que é válido, legal, justo e correto em avaliações, propiciando reflexões, aprendizagem e compreensão sobre as atividades realizadas dentro da instituição.

Nesse sentido, é preciso saber se o respeito aos direitos dos participantes, suas interações e o equilíbrio das necessidades de diferentes partes interessadas durante o processo foram garantidos; se foram respeitadas as preocupações morais, éticas e legais relacionadas para avaliar a qualidade da avaliação; se os contratos e acordos formais entre os interessados pela pesquisa foram feitos de forma clara, se os resultados estão acessíveis a todos e focam o julgamento equilibrado dos pontos fortes e fracos.

As análises destes padrões de Adequação – em número de sete – e seus respectivos comentários e totais atribuídos na lista de verificação aplicada, são apresentados a seguir.

- **A1 – Orientação responsiva e inclusiva**

As avaliações devem ser responsivas às partes interessadas e suas comunidades.

### **Análise**

O processo de autoavaliação utilizado pela Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte, denominado AVALIAR, é um processo sistemático importante para captar a percepção da comunidade acadêmica em relação a determinados aspectos dos cursos e da instituição, a fim de garantir a qualidade do serviço educacional. Nessa perspectiva, a proposta é obter indicadores de qualidade da imagem e dos processos da instituição e dos cursos oferecidos por ela, relacionando-os com os indicadores de perfil dos seus alunos e educadores, e da sua infraestrutura.

O modelo conceitual do AVALIAR, está estruturado “em insumos, processos e resultados, e contempla grandes dimensões propostas pelo SINAES” (RAI, 2018, p.34). Como insumos, são consideradas as características socioculturais do corpo discente, o perfil profissional dos educadores e as condições de infraestrutura da Unidade. Como processos, os indicadores de qualidade da instituição e do curso; e, como resultado, a imagem que a comunidade acadêmica tem dos cursos e da instituição (RAI, 2018).

Os indicadores de resultados fornecem um diagnóstico da qualidade das dimensões avaliadas (curso e instituição). Para representar os fatores que explicam os resultados obtidos, isto é, a qualidade da imagem do curso e da instituição, consideram-se os indicadores de processos, que proporcionam um diagnóstico dos pontos fortes e das fragilidades da instituição, quando se consideram seus processos e serviços. Os indicadores de insumos, por sua vez, mostram os recursos humanos e de infraestrutura com os quais a instituição conta para a obtenção de sua qualidade educacional.

Nesse sentido, está clara a participação das partes interessadas (corpo docente, técnicos-administrativos e discentes) em todos os aspectos e parâmetros da autoavaliação, caracterizando e confirmando a unanimidade das 28 respostas “atendido” da lista de verificação aplicada.

- **A2 – Acordos formais**

Os acordos de avaliação devem ser negociados para tornar as obrigações explícitas e levar em conta as necessidades, expectativas e contextos culturais dos clientes e outras partes interessadas.

### **Análise**

O processo avaliativo da Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte segue rigorosamente as orientações preconizadas na Lei nº 10.861, que cria e regulamenta o sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES). Assim, todas as orientações destinadas à adequação da pesquisa de autoavaliação institucional se orientam nessa premissa, permitindo ao mesmo tempo uma compreensão clara das necessidades, expectativas e contextos culturais, seja dos dirigentes da IES, seja de toda a comunidade acadêmica a ela ligada.

Dessa forma, a análise dos dados e das informações referentes aos eixos, dimensões e indicadores da legislação supracitada, é realizada com a participação da comunidade acadêmica, que avalia os processos de ensino e de aprendizagem, a atuação dos educadores e a formação dos alunos concluintes, o atendimento dado pela instituição aos alunos e a gestão da instituição. Além disso, é verificado se os valores da instituição estão em sintonia com os da Kroton, se os alunos estão com alto nível de satisfação com a instituição – a ponto de indicarem para amigos ou parentes. A infraestrutura é analisada entendendo-a não só como as condições físicas, mas também como a estrutura necessária para a aprendizagem acontecer.

As 28 alternativas assinaladas como “atendido”, durante a fase de julgamento da lista de verificação aplicada, atestam que todas as necessidades tocantes à comunidade acadêmica foram adequadamente explicitadas e avaliadas no processo auto avaliativo.

- **A3 – Direitos humanos e respeito**

As avaliações devem ser concebidas e realizadas para proteger os direitos humanos e legais e manter a dignidade dos participantes e de outras partes interessadas.

### **Análise**



Dentro do contexto e da característica da pesquisa, a CPA da faculdade Pitágoras de Belo Horizonte prima pela segurança, e pela ampla liberdade de resposta dos participantes.

A coleta de dados é realizada de forma on-line com a participação da comunidade acadêmica das Unidades da Kroton, nos meses de outubro e novembro. Os dados são obtidos por meio da aplicação de questionários, com itens de múltipla escolha, diferenciados para cada categoria de respondente.

O programa da Avaliação Institucional foi incorporado ao Portal Acadêmico, facilitando o acesso ao mesmo e disponibilizando para consulta interna e externa, com um conjunto de informações essenciais.

Os questionários são formatados para essa disponibilização on-line, preservando a identidade do respondente, que o acessa via login e senha. Todo esse trabalho é acompanhado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que mantém, durante o processo de coleta de dados, um canal aberto para dúvidas, informações, orientações e explicações sobre a pesquisa e sua importância.

Cada um dos indicadores é avaliado por, pelo menos, dois grupos de respondentes, de modo que se possa fazer a comparação entre a percepção de um grupo com a de outro grupo. Isso é importante, principalmente, quando se trata de auto avaliação para um dos grupos de respondentes. Como consequência, os itens do questionário são construídos de forma idêntica para diferentes grupos, de forma que a medida seja válida para esses grupos, mas mantendo o sigilo da origem dos dados coletados.

Por esse motivo, esse padrão recebeu o total de julgamentos para o valor “atendido”, confirmando as evidências de integridade e respeito aos participantes.

- **A4 – Clareza e justiça**

As avaliações devem ser compreensíveis e justas no tratamento das necessidades e propósitos das partes interessadas.

## **Análise**

Ao longo do desenvolvimento do relatório de autoavaliação institucional são apresentados os dados e as informações referentes aos eixos, dimensões e indicadores em consonância com a legislação do SINAES.

A avaliação se apresenta completa e justa no exame e registro dos pontos fortes e fracos de cada indicador, de modo que as metas e ações voltadas para a melhoria institucional sejam buscadas através de forças que podem ser aumentadas e nas abordagens das áreas problemáticas.

A tabela 4 apresenta os indicadores que são avaliados institucionalmente, divididos pelas dimensões e eixos conforme legislação do SINAES<sup>5</sup>:

Tabela 4 - Indicadores divididos por dimensões e eixos do SINAES

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional	
Dimensão 8 – Planejamento e Avaliação	1.1 - Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional
	1.2 - Projeto/processo de autoavaliação institucional
	1.3 - Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica
	1.4 - Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados
	1.5 - Elaboração do relatório de autoavaliação
Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional	
Dimensão 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	2.1 - Missão institucional, metas e objetivos do PDI
	2.2 - Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação
	2.3 - Coerência entre o PDI e as práticas de extensão
	2.4 - Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural
Dimensão 3 – Responsabilidade Social da Instituição	2.5 - Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural
	2.6 - Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social
	2.7 - Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social
	2.8 - Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial
	2.9 - Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais
Eixo 3 – Políticas Acadêmicas	
	3.1 - Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação

<sup>5</sup> A lei do SINAES (lei 10.861, de 14 de abril de 2004) prevê 10 dimensões que tem a finalidade contemplar a Instituição de Ensino Superior como um todo. Em 2014 estas dimensões foram reorganizadas em 5 eixos avaliativos.

Dimensão 2 – Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	3.2 - Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação stricto sensu
	3.3 - Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu
	3.4 - Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural
	3.5 - Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão
	3.6 - Políticas institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural
	Dimensão 4 – Comunicação com a Sociedade
Dimensão 9 – Política de Atendimento aos Discentes	3.8 - Comunicação da IES com a comunidade interna
	3.9 - Programas de atendimento aos estudantes
	3.10 - Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente
	3.11 - Política e ações de acompanhamento dos egressos
	3.12 - Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico
	3.13 - Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais
Eixo 4 - Políticas de Gestão	
Dimensão 5 – Políticas de Pessoal	4.1 - Política de formação e capacitação docente
	4.2 - Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo
Dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição	4.3 - Gestão institucional
	4.4 - Sistema de registro acadêmico
Dimensão 10 – Sustentabilidade Financeira	4.5 - Sustentabilidade financeira
	4.6 - Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional
	4.7 - Coerência entre plano de carreira e a gestão do Corpo Docente
	4.8 - Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo
Eixo 5 - Infraestrutura Física	
Dimensão 7 – Infraestrutura Física	5.1 - Instalações administrativas
	5.2 - Salas de aula
	5.3 - Auditório (s)
	5.4 - Sala (s) de professores
	5.5 - Espaços para atendimento aos alunos
	5.6 - Infraestrutura para CPA
	5.7 - Gabinetes/estações de trabalho para professores em Tempo Integral -TI
	5.8 - Instalações sanitárias
	5.9 - Biblioteca: infraestrutura física
	5.10 - Biblioteca: serviços e informatização
	5.11 - Biblioteca: plano de atualização do acervo
	5.12 - Sala (s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente
	5.13 - Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação
	5.14 - Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física
	5.15 - Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços
	5.16 - Espaços de convivência e de alimentação

Fonte: elaborado pelo autor

Nesse sentido, está clara a avaliação dos principais componentes especificados pelo SINAES, atendendo as necessidades e os propósitos das partes interessadas (corpo docente, técnicos-administrativos e discentes). Esse padrão também teve a unanimidade de 28 respostas “atendido” da lista de verificação aplicada.

- **A5 – Transparência na divulgação de avaliações**

A divulgação da avaliação deve fornecer descrições completas dos resultados, limitações e conclusões a todas as partes interessadas, a menos que isso viole as obrigações legais e de propriedade.

### **Análise**

Todo processo avaliativo subtende uma transparência na execução como também na divulgação dos seus resultados, garantindo que todas as descobertas e informações se tornem acessíveis às partes envolvidas e a toda a comunidade acadêmica.

Essa premissa garante a melhora da instituição, através da busca de soluções para os conflitos e necessidades, quando todos os assuntos são tratados de forma honesta e transparente. Nesse sentido, esse padrão busca a reflexão sobre como é tratado pela instituição a divulgação dos resultados e como a comunidade envolvida enxerga essa ação.

Esse padrão apresentou a primeira divergência na fase de julgamento da lista de verificação aplicada, com 10 respostas “atendido”, três respostas “parcialmente atendido” e 15 respostas “não atendido”, o que motivou uma reunião e entrevista com os participantes, a fim de se confrontar os pontos de vistas, motivos, percepções e divergências dos mesmos.

O objetivo foi a busca de um consenso, de forma a se registrar a fragilidade desse item e a busca de soluções e propostas para o mesmo. Após as considerações iniciais, ficou claro que as informações são disponibilizadas pela equipe responsável, porém, algumas análises não são totalmente explicadas, nem as mensurações e os pesos utilizados são descritos de forma inteligível.

Observou-se também, pela discussão realizada, que alguns conceitos são carentes de explicação, deixando dúvidas do real papel e imagem da instituição, em seus diversos segmentos.

Após a análise, ficou a recomendação de uma mudança nessa informação, de forma a tornar ainda mais claro o objetivo de algumas perguntas, o real interesse pelo seu resultado e a possibilidade de uso de suas informações.

- **A6 – Conflitos de interesses**

As avaliações devem, de forma aberta e honesta, identificar e abordar conflitos de interesses reais ou percebidos que possam comprometer a avaliação.

### **Análise**

Segundo orientações presentes na 3ª edição de 2011, do livro “Padrões de Avaliação de Programas” o *Joint Committee* sugere uma ampla discussão acerca dos interesses dos *stakeholders* envolvidos a fim de se evitar conflitos na elaboração e condução das perguntas, bem como de suas análises, até a efetiva entrega dos resultados.

Os conflitos envolvem pontos de vista, posicionamentos, pré-julgamentos e expectativas, que se não observados de forma aberta e objetivamente nessa fase, podem comprometer todo o andamento e a busca de informações visando qualidade para o processo.

Esse padrão também apresentou uma divergência em seus resultados, com 16 respostas “atendido” e 12 respostas “parcialmente atendido”, sendo também objeto de análise na entrevista realizada com os participantes.

Percebe-se que para quase metade dos respondentes, houve a percepção de conflito na elaboração e escolha das perguntas que representam determinadas categorias de respondentes, ao não se levar em conta opiniões e interesses desses segmentos, bem como a decisão final quanto aos objetivos finais a serem alcançados.

Em uma discussão interessante, a ser apresentada no item 4.4.1 Análise das entrevistas específicas sobre as divergências, evidenciou-se que o processo avaliativo

nem sempre consulta as bases de respondentes, seja pela impossibilidade desses segmentos apresentarem um construto lógico sobre os itens a serem avaliados, bem como do interesse desses segmentos em fazerem parte da discussão dos itens a serem avaliados.

Dessa forma, a condução do processo avaliativo, segundo os representantes dos segmentos que apresentaram divergência, deve mesmo ficar a cargo de uma equipe que pense objetivamente e logicamente os efeitos e impactos da avaliação.

Também ficou claro que esse indicador recebeu muito da carga de negação do item anterior, pois a ideia que se generalizou é que nem todos os interesses são plenamente atendidos, mesmo com todos os interesses possíveis terem sido evidenciados na lógica e no objeto avaliado da pesquisa.

- **A7 – Responsabilidade fiscal**

As avaliações devem contabilizar todos os recursos gastos e obedecer a procedimentos fiscais sólidos.

### **Análise**

Aqui uma quase unanimidade no julgamento da lista de verificação aplicada, com 26 respostas “Não se aplica” e apenas 2 respostas “Não atendido”. Para os respondentes, está clara a questão de não se conseguir avaliar os gastos utilizados com a pesquisa, e nem o seu uso responsável.

Durante a entrevista chegou-se à conclusão que esse padrão – tendo em vista uma pesquisa institucional – não se aplica, principalmente pelos valores de elaboração e execução da mesma serem apropriados pela direção executiva do grupo Kroton. Porém, reconhecem a importância desse padrão fazer parte da metodologia da pesquisa, por evidenciar a responsabilidade com o uso e o gasto de recursos.

### **4.3.3 Padrões de precisão**

Os padrões de precisão visam garantir a confiabilidade e a veracidade das informações, proposições e descobertas da avaliação. São oito padrões que abordam tanto a descrição do programa e do contexto, quanto a qualidade na coleta, análise dos dados, a precisão das informações e conclusões, as características de abrangência, validade, imparcialidade dos comunicados divulgados e dos relatórios elaborados.

- **P1 – Avaliação de informações válidas**

Esse padrão deve servir aos propósitos pretendidos e apoiar interpretações válidas.

### **Análise**

O Sistema de Avaliação Institucional da Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte, denominado AVALIAR, é um processo sistemático importante para captar a percepção da comunidade acadêmica em relação a determinados aspectos dos cursos e da instituição, a fim de garantir a qualidade do serviço educacional. Nessa perspectiva, a proposta é “obter indicadores de qualidade da imagem e dos processos da instituição e dos cursos oferecidos por ela, relacionando-os com os indicadores de perfil dos seus alunos e educadores, e da sua infraestrutura” (RAI 2018, p. 31).

O modelo conceitual do AVALIAR, está estruturado em insumos, processos e resultados, e contempla grandes dimensões propostas pelo SINAES. (RAI 2018, p. 32). como insumos, foram consideradas as características socioculturais do corpo discente, o perfil profissional dos educadores e as condições de infraestrutura da unidade. Como processos, os indicadores de qualidade da instituição e do curso; e, como resultado, a imagem que a comunidade acadêmica tem dos cursos e da instituição.

Segundo a lista de verificação aplicada, esse padrão recebeu 28 avaliações “atendido”, demonstrando a percepção de todos os envolvidos sobre a seriedade da condução e validação da pesquisa de auto avaliação institucional.

- **P2 – Procedimentos de avaliação de informações confiáveis**

As avaliações devem fornecer informações suficientemente confiáveis e consistentes para os usos pretendidos.

## **Análise**

Segundo o relatório de auto avaliação institucional, (RAI, 2018, p. 32), o modelo conceitual da autoavaliação institucional está estruturado em insumos, processos e resultados, e contempla as dimensões propostas pelo SINAES.

Para representar os fatores que explicam os resultados obtidos, isto é, a qualidade da imagem do curso e da instituição, consideram-se os Indicadores de Resultados, que fornecem um diagnóstico da qualidade das dimensões avaliadas (Curso e Instituição); os Indicadores de Processos, que proporcionam um diagnóstico dos pontos fortes e das fragilidades da instituição, quando se consideram seus processos e serviços; e os Indicadores de Insumos, que mostram os recursos humanos e de infraestrutura com os quais a instituição conta para a obtenção de sua qualidade educacional.

A partir dos resultados descritos, a CPA planeja, executa e acompanha planos de ação para o aprimoramento e/ou resolução de problemas que foram descritos como deficiências em cada setor das Unidades (RAI 2018, p. 32).

O planejamento, as ações desenvolvidas e a análise dos resultados obtidos com a autoavaliação são descritas pela CPA e enviadas no relatório anual protocolado junto ao MEC, e seu acompanhamento em reuniões bimestrais garante os propósitos iniciais de qualidade de todo o processo educacional da IES.

Todos os respondentes avaliaram como “atendido” esse padrão, demonstrando a confiabilidade e consistência da avaliação em fornecer as informações necessárias para o aprimoramento qualitativo da IES.

- **P3 – Apresentação do programa e descrições de contexto**

As avaliações devem documentar os programas e seus contextos com detalhes e escopo apropriados para fins de avaliação.

## **Análise**

O processo de Autoavaliação institucional da Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte procura implementar uma prática de permanente reflexão autocrítica, estimulando o



debate interno e externo entre todos os agentes envolvidos (alunos, docentes, gestores, técnicos-administrativos, mantenedores e comunidade) (RAI, 2018, p. 20), com vista a promover melhor desempenho dos serviços educacionais prestados à comunidade interna e externa à IES.

Os componentes da CPA, junto aos Coordenadores de Cursos, Docentes, Alunos e técnicos administrativos realizam ações articuladas para a conscientização e a sensibilização sobre a autoavaliação institucional, bem como a elaboração e organização de ações estratégicas para o envolvimento e participação de todos no processo.

Concomitantemente à essas ações, o processo de autoavaliação é complementado pelos processos avaliativos promovidos pelas comissões externas de avaliação do Ministério da Educação (MEC), contribuindo com uma visão distanciada e que ajuda a entender o contexto da IES e seu escopo de ação.

Todos os relatórios oriundos dessas avaliações in loco realizadas pelas comissões do MEC para fins de autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento e credenciamento de IES são avaliados pelos membros da CPA, objetivando-se a realização de uma autoanálise ampla das potencialidades e dos pontos a serem corrigidos na IES, possibilitando ações assertivas e que englobem os cinco eixos norteadores da autoavaliação propostos pelo MEC.

As ferramentas metodológicas descritas pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES são abordadas e aplicadas com eficiência durante o processo de autoavaliação institucional, sendo elas: sensibilização da comunidade acadêmica, aplicação dos questionários, coleta e análise dos dados, divulgação dos resultados (devolutiva) e desenvolvimento dos planos de ação.

Nesse sentido, o papel da CPA se traduz na conversão de dados e informações em conhecimento estratégico, de forma integradora, participativa e reguladora, na produção de subsídios que contribuem com o objetivo principal da instituição. (RAI, 2018, p. 43)

- **P4 – Gerenciamento de informações**

As avaliações devem empregar métodos sistemáticos de coleta, revisão, verificação e armazenamento de informações.

### **Análise**

A metodologia desta pesquisa consiste em aplicar, de forma censitária, questionários aos alunos e educadores das unidades de ensino superior do grupo Kroton.

Para que os resultados sejam representativos, são estabelecidas metas mínimas de participação. Quanto maior o percentual de respostas, mais fidedignos são os resultados de percepção dos respondentes. A tabela 5 descreve as taxas mínimas de participação de respondentes por Ensino Presencial e Ensino a Distância nas Unidades e respectivos cursos e turmas.

**Tabela 5:** Metas de Participação dos Respondentes por Unidade e Respectivos Cursos, Turmas / Período (semestre)

<b>Local de Amostragem</b>	<b>Ensino Presencial</b>
<b>Unidade</b>	60% participação geral dos alunos
<b>Curso</b>	65% participação dos alunos
<b>Turma / Período (semestre)</b>	70% participação dos alunos

Fonte: RAI, 2018, p.37

A coleta de dados é realizada de forma on-line com a participação da comunidade acadêmica das Unidades da Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte, nos meses de outubro e novembro. Os dados são obtidos por meio da aplicação de questionários, com itens de múltipla escolha, diferenciados para cada categoria de respondente.

O programa da Avaliação Institucional foi incorporado ao Portal Acadêmico, disponível para consulta interna e externa, com um conjunto de informações essenciais. Os questionários são formatados para sua disponibilização on-line, no Portal Universitário, preservando-se a identidade do respondente, que o acessa via login e senha. Todo esse trabalho é acompanhado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Cada um dos indicadores é avaliado por, pelo menos, dois grupos de respondentes, de modo que se possa fazer a comparação entre a percepção de um grupo com a de outro grupo. Isso é importante, principalmente, quando se trata de autoavaliação para um dos grupos de respondentes. Como consequência, os itens do questionário devem ser construídos de forma idêntica para diferentes grupos, de forma que a medida seja válida para esses grupos.

- **P5 – Desenhos e análises**

As avaliações devem empregar desenhos e análises tecnicamente adequados que sejam apropriados para os propósitos de avaliação.

### **Análise**

A análise estatística dos dados coletados pela aplicação dos questionários fornece informações sobre a percepção da comunidade acadêmica em relação aos indicadores avaliados. Alguns dos indicadores são denominados diretos e outros, indiretos.

Os indicadores diretos são mensurados por meio de um único item do questionário. O Estado Civil, por exemplo, é um indicador medido com base em uma única pergunta feita ao respondente.

No entanto, os indicadores indiretos não podem ser medidos com base em apenas um item do questionário. Cada um deles é caracterizado por um conjunto de itens (atributos) que compõem a avaliação do indicador relacionado. Para medir a percepção dos respondentes em relação ao indicador Laboratórios, por exemplo, foram aplicados itens para avaliar a adequação da quantidade e a atualização dos equipamentos, além da disponibilidade e das condições de funcionamento dos laboratórios e da preparação para as aulas práticas.

- **P6 – Apresentação do raciocínio de avaliação**

O raciocínio de avaliação que leva às informações e análises a descobertas, interpretações, conclusões e julgamentos deve ser documentado de forma clara e completa.

## **Análise**

A avaliação de cada indicador considera as respostas dadas aos seus itens, conjuntamente. O cálculo dos indicadores indiretos é feito com a utilização da Teoria de Resposta ao Item (TRI), um modelo matemático que estima um indicador por meio de um conjunto de itens. Este modelo parte do princípio de que estes têm pesos diferentes para a construção do indicador e, portanto, não devem ser tratados como similares.

Tais diferenças são decorrentes do nível de discriminação e do nível de dificuldade do item. Pode ser mais fácil, por exemplo, conseguir uma nota alta em um determinado item em relação a outro. Consequentemente, esse item terá um peso menor para o cálculo do indicador. Da mesma maneira, há itens que discriminam mais o indicador, ou seja, possuem um maior nível de influência e, por isso, a TRI considera que devem assumir um peso maior para a estimação da percepção dos respondentes.

Os indicadores indiretos são apresentados em uma escala de 0 a 5 para os grupos de referência. A média é uma estatística que possibilita uma análise sintética do resultado. Por outro lado, a apresentação dos resultados dos indicadores nos níveis baixo, médio e alto possibilita a análise da distribuição dos respondentes segundo a sua percepção sobre o indicador avaliado. O cálculo dos níveis (baixo, médio e alto) de cada indicador leva em consideração as respostas dadas por todos os respondentes das instituições da Kroton aos itens que o compõem, seguindo, de forma simples, estes passos:

- I. Análise do padrão de respostas dadas, por todos os respondentes da Kroton, aos itens do indicador. Então, mesmo que a escala varie de 1 a 10, as categorias de respostas classificadas no nível alto podem variar conforme a frequência de cada categoria no indicador.
- II. Cálculo da nota do indicador para cada respondente, em uma escala de 0 a 5.
- III. Determinação dos pontos de corte para a definição dos 3 níveis:
  - Baixo – notas de 0 a 2,4;
  - Médio – notas de 2,5 a 3,9;
  - Alto – notas de 4 a 5.
- IV. Atribuição do nível do indicador para cada respondente.
- V. Distribuição dos respondentes por nível.

- **P7 – Comunicação e relatórios**

As comunicações de avaliação devem ter escopo adequado e proteção contra equívocos, vieses, distorções e erros.

### **Análise**

Há dois tipos de relatório: o RAI – Relatório de Autoavaliação Institucional, em versão eletrônica e impressa, e o Sistema de Resultados na web. Além disso, a Unidade tem acesso às Tabelas de Frequência, em versão eletrônica, das notas dadas, na escala de 1 a 10, a cada item de todos os indicadores avaliados.

No relatório executivo são visualizados, por meio de gráficos e tabelas, os indicadores propostos no modelo conceitual do AVALIAR, com base na coleta de dados do triênio 2016-2018. Os indicadores de infraestrutura, de processos e de resultados são dados por uma nota média na escala de 0 a 5 e pela distribuição de respondentes nos níveis alto, médio e baixo.

Para cada um desses indicadores há um pequeno texto inicial com a síntese dos atributos que o compõem. Em seguida, o indicador da Unidade é apresentado em gráfico e tabela, e comparado com o mesmo indicador dos grupos de referência, isto é, Kroton, Modalidade de Ensino e Regional.

A comparação pode enriquecer a análise dos indicadores da Unidade. É possível identificar se eles estão semelhantes ou se há alguma disparidade com os dos grupos de referência, principalmente, com os da Kroton. Da mesma forma, entre os indicadores dos cursos entre si. Os indicadores sinalizam para os gestores os pontos fortes e as possibilidades de aprimoramento de suas respectivas instituições, para que priorizem as áreas de atuação. Para que os indicadores de percepção dos alunos sobre a instituição em que estudam, sobre seu curso e sobre as estratégias de ensino utilizadas pelos seus professores/tutores sejam representativos, é necessário que haja uma taxa mínima de participantes que responderam aos respectivos questionários aplicados.

O Sistema de Resultados apresenta a comparação dos indicadores nas aplicações sucessivas do AVALIAR. Com esse comparativo, o gestor pode avaliar se a Unidade está em uma trajetória ascendente ou descendente em relação aos indicadores avaliados. Além disso, o sistema disponibiliza uma tabela dinâmica que permite ao usuário montar diferentes relatórios com cruzamento de informações. O Sistema de resultados está disponível para todas as instituições que participaram do AVALIAR.

Constituem-se em tabelas de frequência de nota atribuída a cada item dos questionários, na escala de 1 a 10, por categoria de respondente, por curso e por turma, para diretores de Unidade, coordenadores de curso/polo e professores/tutores, conforme o grau de envolvimento.

O acesso da Unidade aos resultados desse relatório é feito por endereço eletrônico, mediante o fornecimento do código de usuário e da senha disponibilizados no período de aplicação dos questionários.

As Tabelas de Frequência são disponibilizadas independentemente da taxa de participação dos respondentes.

#### **4.4 Contribuições da meta avaliação ao processo de avaliação interna**

A base de discussão que gerou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES tinha por objetivo assegurar a avaliação como instrumento de política educacional e de participação e ética na educação superior, e a avaliação institucional como instrumento de regulação (SINAES, 2004).

Nesse sentido, e conforme o referencial teórico apresentado, o processo de auto avaliação desenvolvido por uma instituição de ensino superior deve ser um processo contínuo de autoconhecimento, autoanálise e de direcionamento da instituição, servindo de instrumento para a tomada de decisões e para a ressignificação de sua cultura avaliativa, além do fortalecimento de seu papel social.

A fim de se alcançar tamanho intento, o processo de auto avaliação deve ser foco de uma investigação de seus propósitos, dados e análises e objetividade. Ou seja, a auto avaliação não só é realizada de forma a pensar no aperfeiçoamento contínuo do

desempenho acadêmico, como também “constituir uma ferramenta para o planejamento e gestão universitária, facilitando a prestação de contas na sociedade”. (BARREYRO e ROTHEN, 2008).

As informações obtidas são utilizadas para orientação institucional dos estabelecimentos de ensino superior e são úteis para a sociedade, especialmente aos estudantes, “como referência quanto às condições dos cursos; da gestão das instituições; da política de ensino, pesquisa e extensão; responsabilidade social e corpo docente”. (Brasil, 2004)

Usando as diretrizes apresentadas no modelo meta-avaliativo, disponibilizado pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* – JCSEE, seus padrões de avaliação, categorias de observação e reflexão, é possível avaliar a autoavaliação institucional, provendo informações que instiguem uma rediscussão desse sistema de avaliação definido, suas forças e fraquezas, possibilidades e limitações.

Como contribuição desse processo, após análise dessa metodologia a partir do relatório de auto avaliação institucional, percebe-se que a meta-avaliação produz, a partir dos resultados encontrados, inferências sobre a avaliação aplicada, a real utilidade e validação dos seus atuais instrumentos, além de suscitar uma cultura avaliativa.

Por meio da avaliação é possível saber se os objetivos foram atingidos, se as ações planejadas derivaram em resultados satisfatórios, se o “objeto avaliado revelou seu mérito e seu valor” (SCRIVEN, 1991).

Várias são as formas de se meta-avaliar uma avaliação, e conforme os exemplos apresentados no capítulo 2– sua abrangência e adaptabilidade a qualquer realidade – constitui um forte ponto positivo, onde foram formuladas diversas orientações para o aprimoramento de avaliações de políticas sociais e urbanas (Furtado & Laperrière, 2010), ações de urbanização de assentamentos precários (Balbim et Al., 2012) e auditoria pública (Hedler & Torres, 2009).

Ademais, com a meta avaliação é possível discutir estratégias e reunir informações úteis para se repensar os processos avaliativos vigentes, reforçar a importância de se melhorar a condução da avaliação e rever os procedimentos instituídos – características de uma avaliação somativa, bem como utilizá-la como uma avaliação formativa, quando da implantação e desenvolvimento de um programa.

Ao se realizar uma meta-avaliação empregando as categorias Utilidade, Adequação e Precisão, teve-se como objetivo apresentar a contribuição dessa ferramenta no aperfeiçoamento de avaliação da educação superior no Brasil, corroborando todos os pressupostos teóricos trabalhados no referencial teórico, com vista a apresentar uma nova ferramenta que não só ateste a eficiência dos atuais modelos avaliativos, mas que ao mesmo tempo permita a geração de reflexões, insumos e melhorias desse processo.

Entretanto, para a realização de uma autoavaliação plena, que atenda à esse aperfeiçoamento da educação brasileira, é preciso garantir a total participação de seus agentes envolvidos, com acesso aos dados coletados ao longo de todo processo avaliativo, questionamentos e reflexões, a fim de tornar essa metodologia um instrumento gerador de informações válidas e confiáveis que propiciem o planejamento e gestão de todas as atividades acadêmicas da IES.

Nesse sentido, uma das principais contribuições da meta-avaliação será discutida no item a seguir, resultado das discussões sobre as divergências encontradas na pesquisa.

#### **4.4.1 Análise das entrevistas sobre as divergências**

Durante o processo de análise do relatório de auto avaliação institucional, à luz das categorias e padrões sugeridos pelo JCSEE, surgiram algumas divergências quanto ao total de valores atribuídos a três padrões.

Esses padrões, todos da categoria Adequação, são: A5 - Transparência e Avaliações de Divulgação, A6 – Conflitos de interesses e A7 Responsabilidade Fiscal.



O padrão A5 “Transparência na Divulgação de Avaliações” apresentou, quanto à escala do nível de atendimento, 10 respostas “Atendido”, três respostas “Parcialmente Atendido” e 15 respostas “Não Atendido”. O padrão A6 “Conflitos de Interesses”, apresentou 16 respostas “Atendido” e 12 respostas “Parcialmente Atendido”. Por fim, o padrão A7 apresentou duas respostas “Não Atendido” e 26 respostas “Não se Aplica”.

Como a metodologia da meta-avaliação se baseia na aplicação da lista de verificação dos padrões utilizados, é normal surgirem algumas incongruências nos seus resultados. Essas divergências – riquíssimas em um processo de verificação da qualidade, principalmente de um processo avaliativo – direcionou a um encontro com todos os respondentes para um confronto dos motivos, pontos de vistas e percepções destes, de modo a se chegar a um consenso, tendo como base de análise o relatório de autoavaliação institucional – RAI.

Esse debate não seguiu um roteiro estruturado – a fim de dar mais liberdade à participação de todos – e foi gravado e transcrito. Somente parte da transcrição foi adicionada no Apêndice (Apêndice B), com o intuito de registrar somente as informações referentes aos tópicos necessários para essa análise.

Dos 28 respondentes, 26 compareceram à reunião. Destes, 03 são diretores de unidade e os demais, dentro de suas atribuições na instituição, fazem parte da CPA. A cada participante da reunião foi atribuído um código para identificação na transcrição:

- 03 Diretores de unidade, identificados como D1, D2 e D3
- 01 Coordenador Geral da CPA, identificado como G1
- 06 representantes dos coordenadores, identificados como C1, C2, C3, C4, C5 e C6
- 06 representantes dos docentes, identificados como P1, P2, P3, P4, P5 e P6
- 06 representantes dos técnicos-administrativo, identificados como F1, F2, F3, F4, F5 e F6

- 04 representantes dos discentes, identificados como A1, A2, A3 e A4

De maneira geral, os participantes avaliaram positivamente a metodologia aplicada para a auto avaliação. Alguns depoimentos ratificaram a unanimidade e os resultados apurados, pela não dificuldade de preencher a lista de acordo com as diretrizes apresentadas.

Quando questionados sobre a unanimidade de 19 dos 22 padrões, o que poderia ser um problema, o respondente C3 afirmou que houve dificuldade inicial em assimilar os padrões. Ressaltou que os mesmos são claros, porém, há uma dificuldade por se tratar de uma nova metodologia.

O respondente C3 ainda completou: “não diria dúvida, até porque tudo que está ali faz todo sentido e é bem fácil identificar isso no relatório... O cuidado, a transparência, a clareza dos processos, a participação de todos... tudo tranquilo”.

P4 disse: “...é difícil pois é uma nova forma de ver a avaliação...saber que temos que ter alguns cuidados com a avaliação...como você disse da outra vez: avaliar a avaliação...nunca pensei sobre isso, mas faz todo sentido!”

O professor P3 complementou: “não estamos acostumados a ter a visão de fora, a saber – ou procurar saber - se o que estamos fazendo, está de acordo.... nem sabíamos se era algo pra estar de acordo, pra se ter um modelo...Pesquisa é pesquisa, pelo menos para mim era”.

A discussão continuou, com alguns elogios ao processo: a metodologia pode servir de parâmetro; faz com que os respondentes saiam da zona de conforto (C4); uma nova abordagem, sair do automatismo (C5).

Encerraram essa etapa da discussão afirmando que a “1ª parte, a da (categoria) utilidade, praticamente não há dúvida” (D2), porém afirma esse respondente, “alguns padrões são bem parecidos, o que pode provocar confusão”, o que muitos concordaram.

Ao serem questionados se essa confusão comprometeu a análise, D2 respondeu: “não! Refleti conforme o combinado, sobre o objetivo de cada padrão e se ele está representado no RAI... e com certeza está....por isso que digo que não tive dúvidas”.  
(D2)

Após explicação que alguns padrões são próximos, mas não são iguais, e que a própria distribuição deles por categorias já sofreu mudanças, adaptações...todos concluem, concordando com D2, que “no geral, o preenchimento da lista é bem simples” (D2).

### **Discussão das divergências**

#### Transparência na divulgação de avaliações

Ao se passar para a questão das divergências...foi lido o item A5 - Transparência na divulgação de avaliações, que apresenta a seguinte orientação: a divulgação da avaliação deve fornecer descrições completas dos resultados, limitações e conclusões a todas as partes interessadas, a menos que isso viole as obrigações legais e de propriedade.

Esse padrão apresentou 10 respostas atendido, 3 parcialmente atendido e 15 respostas não atendido. Ao serem questionados se possuem ou não acesso aos resultados e às conclusões da pesquisa, todos os respondentes responderam que possuem acesso.

O coordenador C2 explica: “as informações são disponibilizadas! Não temos dúvidas disso e é até interessante o grupo divulgar tudo, até as notas ruins... porém, tive dúvidas ao preencher esse item, pois para mim algumas análises não são claras, os cálculos e os pesos não me convencem...nada a ver com a divulgação, ou com a transparência dos dados, mas com a interpretação de alguns deles”.

O professor P1 completa: ”para mim, não há o que reclamar da divulgação, mas até hoje eu também não sei como são feitas algumas análises...na minha unidade, por exemplo, tenho quase certeza que todos responderam favoravelmente a se indicar

a faculdade para algum amigo, mas como assim tive o resultado negativo e de novo? Ano passado, tivemos esse mesmo indicador com nota ruim, melhorou um pouco, mas continua com a nota baixa...mesmo com todo esforço”.

Ao ser explicado que os dados são claros nesse quesito, inclusive o cálculo do NPS<sup>6</sup>, foi perguntado se todos sabiam o que é o NPS e como ele é calculado. Quatro respondentes (A1, A3, F5 e o coordenador C2) disseram não saber.

C2 explicou que sabe a importância desse indicador, que é uma metodologia internacional, mas questionou como é feito o cálculo, onde se vê os mesmos, pois “na prática”, aparece que o seu curso somente tem detrator. Questionou onde estão os que gostam do curso, e se a nota ruim recebida é do seu curso ou dos demais cursos da unidade.

O professor P2 comenta: “o que observo, é que o grupo adota metodologias importantes... mas de que adianta incrementar os processos, se o básico, que é treinar seus colaboradores, não é feito?”

Foi explicado o que é NPS para quem não conhecia e que o seu resultado indica claramente a percepção que os alunos (e demais respondentes) têm do curso, da unidade, da instituição.

Foi destacado, nesse momento, que o problema não é a transparência ou divulgação da avaliação, ou de sua base de cálculo, mas “que a informação sobre a base de cálculos não chega satisfatoriamente, e que é preciso melhorar a comunicação ou ter mais treinamento sobre alguns itens, pra não ficar dúvida” (G1).

P5 acrescenta: “essa ferramenta é boa pois desperta a gente para essas questões”, ao passo que G1 propõe que o próximo Avaliar tenha algumas mudanças na

---

<sup>6</sup> Net Promoter Score - Metodologia de pesquisa de satisfação. O objetivo é avaliar o quão “recomendável” a empresa é através da chamada pergunta definitiva: “De 0 a 10, qual a chance de você recomendar a nossa empresa para um amigo?”. Eficiente para descobrir se o cliente está satisfeito com os produtos e serviços oferecidos. O cálculo do NPS consiste em dividir os respondentes em três categorias de acordo com as notas que eles atribuíram: Promotores: nota 9 ou 10; Neutros: nota 7 ou 8 e Detratores: notas de 0 a 6. Para encontrar o resultado, basta aplicar a seguinte fórmula: (Promotores – Detratores) / total de respondentes.

informação, na comunicação, de forma a tornar ainda mais claro o objetivo de algumas perguntas, o real interesse pelo seu resultado e a possibilidade de uso de suas informações.

### Conflitos de interesses

O item A6 – Conflitos de interesses, apresenta a seguinte orientação: as avaliações devem, de forma aberta e honesta, identificar e abordar conflitos de interesses reais ou percebidos que possam comprometer a avaliação. Teve 16 respostas “atendido” e 12 respostas “parcialmente atendido”.

C6 justifica, perguntando em seguida: “...nem todo mundo participa na elaboração das questões, na escolha das perguntas...por exemplo, os funcionários administrativos, os alunos.... então, como saber se os interesses deles estão atendidos? Quais os objetivos das perguntas e como saber se estão sendo atendidos?”

G1 retruca: “acho que os interesses são atendidos sim, até porque, qual seria o interesse dos respondentes em uma pesquisa sobre a faculdade?”, e completa: “haveria muitos elementos a serem pesquisados, ou as perguntas já não contemplam tudo que se precisa, e é necessário saber? Eu mesmo, acho nosso questionário de uma profundidade, sem ser muito extenso, o que ajuda demais.... conseguimos fazer muito com as perguntas feitas...Agora, imagina se fossemos perguntar tudo, quanto ao cotidiano de cada função, de cada envolvido na pesquisa.... teríamos umas 100 perguntas a mais, umas quinhentas perguntas a mais”. (G1)

O diretor D1 também afirma que tudo está contemplado na pesquisa, mas pergunta quem escolheu o que estar ali. E o coordenador geral da CPA responde como é o processo de elaboração do questionário da pesquisa: “nós nos reunimos, aqui nas unidades de BH, e com todas as unidades da Regional, depois encaminhamos essa construção para o país, nos workshops que temos todo ano. (G1).

Segundo ele, “alunos, funcionários, professores...e a equipe responsável pela aplicação da pesquisa faz inúmeros pré-testes sobre as perguntas, se o texto está bom, se não fica dúvidas... (G1)

“Pegamos uma base construída de perguntas da realidade a ser investigada, às vezes consultamos a base de respondentes, outras vezes não, mas não quer dizer que os interesses de todos não estão contemplados...Algumas vezes, pela impossibilidade dos participantes apresentarem de fato o que querem que seja investigado....um construto lógico sobre os itens a serem avaliados.... – O que é preciso que se saiba sobre o papel de cada um? Quais os resultados que buscamos para saber se está funcionando ou não? (G1)

Afirma que nem todos têm interesse em discutir os itens, “muitos porque já contemplam o que se quer saber, outros, por total desconhecimento do que perguntar”, mas que não é pelo fato de se ter um questionário padronizado para o Brasil, “que não se levou em conta as necessidades de cada faculdade, no tocante à instituição”. (G1)

E acrescenta: “todas as perguntas têm um objetivo claro, que é avaliar satisfatoriamente tudo da faculdade....se eu quero saber como é o serviço da bibliotecária, tenho a pergunta sobre a biblioteca, se quero saber sobre os laboratoristas, tenho perguntas sobre o laboratório, se quero saber sobre aquilo que é importante para os alunos, tenho perguntas sobre os professores, sobre o material, sobre o AVA<sup>7</sup>, sobre o SAA<sup>8</sup>, ou seja, tudo foi contemplado”. (G1)

Encerram essa questão com o consenso de que há representatividade, que “a pesquisa deve continuar com a mesma sistemática, deve ficar a cargo de uma equipe que pense objetivamente, que pense logicamente os objetivos, os efeitos, os impactos que a avaliação deve buscar, deve ter” (D2) e o coordenador C6 acrescenta: “acredito que esse padrão sofreu negativamente o efeito da questão anterior, e a tendência foi pesar a mão quanto aos interesses, em achar que não foram contemplados, quando na verdade o foram, o são plenamente atendidos....Todas as perguntas são pontuais e exatas, e acho, pelo menos pra mim, me deixei levar pela transparência do padrão anterior, impactando os interesses desse padrão...

---

<sup>7</sup> Sistema Operacional dos Alunos

<sup>8</sup> Serviço de Atendimento ao Aluno – Secretaria Operacional da Faculdade - cuida das rotinas de acesso ao portal, matrículas, declarações, pagamentos, etc.

## Responsabilidade Fiscal

Já o padrão A7, que trata sobre Responsabilidade fiscal, o critério diz: as avaliações devem contabilizar todos os recursos gastos e obedecer a procedimentos fiscais sólidos. Teve quase unanimidade no julgamento - 26 respostas “Não se aplica” e 2 respostas “Não atendido”.

Foi explicado que de fato, há falta de informação sobre o montante, sobre o total dos gastos realizados... o que não atrapalha a execução da pesquisa; e que como o objetivo era testar a metodologia – aplicando todos os padrões das três categorias escolhidas para ver como se daria essa análise.

O professor P3 confirma: “de fato, foi isso mesmo...está claro para nós, pelo menos pra mim, que não conseguimos avaliar os gastos com a pesquisa, o que é muito bom... essa foi uma das grandes vantagens da Kroton, assumir a aplicação dos questionários, que antes era complicado... aplicar, tabular, analisar... agora não, pelo fato de ser institucional, padronizado, ajuda muito... recebemos tudo já pronto, analisado, com gráficos.... facilitou muito.” (P3)

“Não precisamos saber quanto foi gasto, apenas saber que os dados estão corretos, quantos responderam, como são feitas as análises e depois nos debruçarmos sobre os planos de ação para as melhorias... (C1)

E o coordenador C3 encerra, destacando: “De fato esse padrão não se aplica para nós, e como sugestão, tiraria ele dessa pesquisa. Porém, reconheço a importância dele fazer parte da metodologia da pesquisa, por inquirir sobre a responsabilidade com o uso e o gasto dos recursos. (C3)

## 5 Considerações finais

Neste capítulo são apresentadas as principais conclusões deste trabalho.

O objetivo desta dissertação foi analisar em que medida a meta-avaliação pode aperfeiçoar o processo de avaliação interna de uma IES. Foram realizadas para este estudo pesquisas bibliográficas, documental, de campo e observação participante.

A pesquisa embasou-se no panorama histórico das implantações de avaliações institucionais – externas e internas – das Instituições de Ensino Superior no Brasil, apresentando os principais conceitos e modelos, uma vez que o ensino superior se reveste de um importante instrumento de aperfeiçoamento e melhoria da qualidade do ensino.

Foi utilizado como marco teórico da pesquisa o modelo de meta-avaliação da JCSEE - *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*, que tem por objetivo assegurar os passos para a elaboração e condução de processos avaliativos, a execução dos mesmos e uma meta-avaliação final das avaliações realizadas (JCSEE, 2011).

Considerando-se o objetivo específico, que foi realizar um estudo meta-avaliativo de uma avaliação interna já concluída, a partir do seu relatório final de auto avaliação institucional, verifica-se que este foi atingido ao apresentar o nível “atendido” em 19 dos 22 padrões avaliados, confirmando a relevância do relatório.

O Relatório de Autoavaliação Institucional é elaborado conforme a determinação do SINAES e representa – a partir de suas informações e resultados relevantes – a comprovação da cultura avaliativa da instituição. Esses resultados são utilizados na formulação e reformulação de políticas institucionais, no estabelecimento de ações a serem desenvolvidas, visando a melhoria institucional.



Os resultados mais significativos, de acordo com a percepção dos participantes público-alvo da Faculdade Pitágoras, durante a aplicação da metodologia da JCSEE, foram:

- o processo de meta-avaliação foi proveitoso para a instituição, não só por ser experimental – suscitando novas análises sobre o processo avaliativo;
- correlação de 22 padrões da metodologia da JCSEE com a autoavaliação interna implementada, caracterizando-a em uma autoavaliação adequada;
- a análise da categoria utilidade demonstrou o quão úteis são as informações coletadas, de acordo com a expectativa e satisfação das necessidades dos grupos envolvidos;
- demonstrou também que a metodologia atual da pesquisa Avaliar, as dimensões e indicadores escolhidos, condução transparente do processo e envolvimento da CPA proporcionam melhorias e constante aperfeiçoamento institucional;
- dentro do esperado dos padrões da categoria Adequação, a avaliação interna foi conduzida de forma válida, legal e justa;
- foram garantidos o respeito aos direitos dos participantes, suas interações e necessidades;
- a confiabilidade e a veracidade das informações, proposições e descobertas da avaliação foram garantidas;
- a metodologia, os procedimentos e os indicadores utilizados foram apropriados.

Considerando o objetivo específico de investigar quais as contribuições da meta-avaliação ao processo de avaliação interna de uma IES, percebeu-se que a meta-avaliação só funciona quando há a identificação do interesse – entre todos os envolvidos – de se realizar uma autoavaliação.

A avaliação da avaliação não pode apenas resultar em “relatórios meramente burocráticos, para o cumprimento do ritual de inserção anual do relatório no e-MEC” (Frauches, 2014). Ao se avaliar uma avaliação institucional, esta torna-se mais complexa, envolvendo a consciência nos processos, nas ações e nos objetivos a se

alcançar. Trata-se de avaliar os diversos componentes de um processo avaliativo e os próprios avaliadores.

Com isto, a metodologia mostrou-se útil não só para se verificar a qualidade e utilidade de um processo avaliativo já desenvolvido, como também permitiu aos responsáveis pelos processos avaliativos subsídios para revisão e aprimoramento da própria conduta avaliativa.

Além disso, as possibilidades que a meta-avaliação pode trazer ao campo da avaliação são:

- discutir o conceito de avaliação enquanto método, disciplina e estabelecimento de padrões;
- prover as IES de informações que instiguem uma rediscussão do sistema de avaliação definido, suas forças e fraquezas, possibilidades e limitações;
- reanalisar os dados coletados, permitindo novas informações sobre os programas educacionais;
- produzir, a partir dos resultados encontrados e de inferências sobre a avaliação aplicada, a real utilidade e validação dos atuais instrumentos, além de suscitar uma cultura avaliativa;
- estender essa metodologia aos programas, políticas internas e demais projetos institucionais, por ser a meta-avaliação também um processo formativo;
- enfatizar o componente metodológico, fornecendo críticas profissionais aos relatórios de avaliações.

Baseando-se nas análises, concluiu-se que o impacto da meta avaliação é positivo, ao permitir verificar a autoavaliação como um processo contínuo de autoconhecimento da instituição, servindo de base para as necessárias tomadas de decisões pedagógicas e administrativa. Portanto, conforme descrito, a meta avaliação pode aperfeiçoar muito o processo de avaliação interna de uma IES, que é o objetivo principal desta pesquisa.

Os resultados da pesquisa também confirmam a crença do autor no papel responsável da autoavaliação e de que a meta-avaliação – tanto de um processo avaliativo, como de seu relatório final – é um importante instrumento que garante qualidade à instituição.

## **5.1 Limitações**

Algumas limitações devem ser evidenciadas com os resultados desta pesquisa, entre elas o fato de que para alguns dos respondentes um dos padrões (A5) não apresentou – mesmo com a transparência na divulgação dos seus resultados e informações disponibilizadas – entendimento suficiente quanto as análises, mensurações e pesos utilizados na pesquisa.

Observou-se no debate realizado que esse padrão não mostrou claramente e de forma inteligível a forma como são calculados os indicadores, determinando no questionamento desses resultados e deixando dúvidas quanto à sua interpretação e análise.

Em determinado padrão houve o questionamento, por quase metade dos respondentes, que determinadas categorias de respondentes não participaram ativamente na elaboração e escolha das perguntas que as representam.

Por mais que se evidencie que o processo avaliativo nem sempre consulte todas as bases de respondentes, seja pela impossibilidade desses segmentos apresentarem os itens a serem avaliados, ou também de não quererem fazer parte da discussão dos itens a serem avaliados, tal situação pode comprometer decisivamente o objetivo da avaliação.

Outra dificuldade observada é que alguns respondentes, ainda novos no processo de avaliação interna, tiveram dificuldade de preencher a lista de verificação de padrões utilizados.

Com o propósito de enriquecer este trabalho, algumas recomendações são sugeridas a seguir.

## **5.2 Recomendações**

O motivo que levou o autor a elaborar esta pesquisa foi o desejo de contribuir para a organização com estudos que demonstrassem a importância das autoavaliações institucionais.

Mesmo com uma cultura bem implantada de autoavaliação, para os próximos ciclos de autoavaliação faz-se necessário um esforço conjunto das CPA's e dos dirigentes das unidades tornar a avaliação interna – seus conceitos e perguntas – mais clara, com o real interesse pelo seu resultado e a possibilidade de uso de suas informações.

Recomenda-se ainda que o processo avaliativo consulte as bases de respondentes, permitindo a eles participarem do construto lógico e itens a serem avaliados, bem como criar e garantir o interesse desses segmentos em fazerem parte da discussão dos processos da pesquisa, bem como de seus resultados, para que sejam efetivamente empregados nas políticas de ensino e gestão da instituição.

Como sugestão final, é preciso que as CPA's continuem valorizando as experiências internas de avaliação, propiciando reflexões e instigando melhorias quanto aos processos, objetivos e metas dos próximos ciclos avaliativos.

## **5.3 Contribuições**

A realização deste trabalho de pesquisa possibilitou algumas contribuições:

- a) Para a academia: reflexão sobre o modelo de meta-avaliação e o seu impacto como importante instrumento de melhoria da qualidade de processos, além de colaborar para a disseminação e aperfeiçoamento de estudos de meta-avaliação;
- b) para a Faculdade Pitágoras: os resultados obtidos com esta pesquisa já possibilitaram a reflexão da importância da meta avaliação para a melhoria da

qualidade dos processos administrativos e acadêmicos e para o aperfeiçoamento do processo de avaliação interna;

c) a pesquisa permitiu ao autor a oportunidade de se aprofundar no tema, visando a pesquisas futuras sobre processos e implementações de métodos meta-avaliativos em diversas áreas do conhecimento.

## Referências

AGUIAR, N. M. C. B. de; *Meta-avaliação: caminhos para o aperfeiçoamento de práticas avaliativas no Sistema de Ensino Naval*. Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BALBIM, R; BECKER, M. F; CASSIOLATO, M; KRAUSE, C; NADALIN, V. *Meta-avaliação: estudos e proposições metodológicas a partir da avaliação de políticas de urbanização de assentamentos precários*. Texto para discussão 1704. Brasília: Ipea, 2012

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C.. *Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. Avaliação (Campinas)* [online]. 2008, vol.13, n.1, pp.131-152.

BERTELLI, Eliseu Miguel; EYNG, Ana Maria. *Avaliação institucional: a relação dialógica dos dados da avaliação interna e externa na melhoria educacional*. In: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 2004, Florianópolis. *Gestão Universitária na América do Sul " Alianças Estratégicas, Integração e gestão Universitária*. Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. v. 01. p. 01-15

BESE, R. M. B. *Um breve histórico da Avaliação Institucional no Brasil* Revista *Gestão Universitária* artigo 06/09/2007. Disponível em: <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/um-breve-historico-da-avaliacao-institucional-no-brasil>

BRASIL. Lei Nº 10.861 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Art. 8º. Publicada no D.O.U de 15 de abril de 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Org.). *Avaliação externa de instituições de educação superior: diretrizes e instrumento*. 1ª Brasília: INEP, 2006. 182 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação*. 4. Ed. ampliada. Brasília: INEP, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de Credenciamento, Recredenciamento e Transformação de Organização Acadêmica, na modalidade presencial*. Brasília: INEP, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 62*, Brasília: INEP, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65, Brasília: INEP, 2014.

BRASIL. Comissão Especial de Avaliação. Brasília: MEC, 2003

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96. Brasília: MEC, 1996

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei nº 11.161 de 05 de agosto de 2005.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 1 de 03 fevereiro de 2004.

BRASIL. Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB. Lei 2026/93. Brasília: MEC

BRASIL, Secretaria da Educação Básica. Formação de professores do ensino médio, etapa I – Caderno VI: Avaliação no Ensino Médio/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; [autores: Ocimar Alavarse, Gabriel Gabrowski] – Curitiba: UFDP/Setor de Educação, 2013.

BRITO, M. R. F. - O SINAES E O ENADE: *Da concepção a implantação - Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 841-850, nov. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/14.pdf> Acesso em 21 de abril de 2018

BURIASCO, R. L. C. de. *Algumas considerações sobre avaliação educacional. Estudos de Avaliação Educacional*. São Paulo, n. 22, p. 155-177, jul/dez, 2000.

CASTRO, M. | H. G. *Estado e ensino superior privado*. Revista da ABMES, ano 23, n. 34, abr. 2001.

CAVALCANTE, J. F. - *Educação superior: conceitos, definições e classificações* – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000095.pdf> Acesso em: 23 de abril de 2018.

COLLINS, J., & HUSSEY, R. (2005). *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman.

DIAS SOBRINHO, J. *A avaliação da Educação Superior*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000

\_\_\_\_\_. *Avaliação da Educação Superior, regulação e emancipação*. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. J. *Avaliação democrática: para uma universidade cidadã*. Florianópolis: Insular, 2002

DIAS, C. L.; HORIZUELA, M. de L. M.; MARCHELLI, P. S. *Políticas para avaliação da qualidade do Ensino Superior no Brasil: um balanço crítico*. São Paulo, v. 32, n. 3, p. 435-464, Dez. 2006

DOURADO, L. F. *Reforma do Estado e Políticas Públicas para a educação superior no Brasil nos anos 90*. In: Educação & Sociedade, Campinas: vol. 23, n. 80, setembro/2006.

ELLIOT, L. G.; *Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação*. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 941-964, out./dez. 2011 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/11.pdf> Acesso em: 02 de maio de 2018.

FACULDADE PITÁGORAS DE BELO HORIZONTE. (2018) *Relatório de Autoavaliação Institucional*. Belo Horizonte, MG: CPA da Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte.

FERNANDES, M. E. A.. *Progestão: como desenvolver a avaliação institucional na escola?* Módulo IX, Brasília: CONSED, 2001.

FERREIRA, N. S. C. *Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na “cultura globalizada”*. In: Revista Educação & Sociedade. Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1227-1249, Set./Dez, 2007.

FIRME, T. P; LETICHEVSKI, A. C. *O desenvolvimento da capacidade de avaliação no século XXI: enfrentando o desafio através da meta-avaliação*. Revista Meta: Avaliação Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 180 - 195, mai./ago. 2010 Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/79/94> Acesso em: 30 de abril de 2018.

FURTADO, J.; LAPERRIÈRE, H. *Parâmetros e paradigmas em meta-avaliação: uma revisão exploratória e reflexiva*. Revista Ciência e Saúde Coletiva, Abrasco, artigo 0956, Rio de Janeiro, vol. 17(3):695-705, março, 2012.

GADOTTI, M. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.

HEDLER, H. C; TORRES, C. V. *Meta-avaliação de Auditorias de Natureza Operacional do Tribunal de Contas da União*. RAC, Curitiba, v. 13, n. 3, art. 7, p. 468-486, Jul./Ago. 2009

INEP. *Avaliação das Instituições de Educação Superior*. Disponível in : . Acesso: 03/08/2017

INEP. *Instrumento de avaliação de cursos de Graduação – Presencial e a Distância*. Disponível em: <http://www.inep.org.br/download/legislacao/instrumento/Instrumento-de-Avaliacao-de-Cursos-de-Graduacao-Presencial-e-a-Distancia-Autorizacao.pdf> Acesso em: 21 de abril de 2018

JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION. *The program evaluation standards: a guide for evaluators and evaluation users: a guide for evaluators and evaluation users*. 3rd. ed. Thousands Oaks, CA: Sage, 2011.



JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION. **The program evaluation standards**: how to assess evaluations of educational programs. 2. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.

LAKATOS, E. ; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIMA, E. *O Diretor e as Avaliações Praticadas na Escola*. Brasília-DF: Kiron, 2012

LIMA, E. *Avaliação Institucional em uma escola pública de anos finais do Ensino Fundamental*. XVI ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino – UNICAMP – Campinas, 2012.

LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. *Avaliação da Aprendizagem*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JqSRs9Hqgtc>

LUZ, A. A. da.; *A avaliação no ensino superior*. Educ. rev. Curitiba, n.13, p. 55-66, Dez 1997, Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40601997000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601997000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 18 de abril de 2018.

MACCARL, E. A; RODRIGUES, L. C. *Gestão do Conhecimento em Instituições do Ensino Superior* – Revista de Negócios Studies on emerging countries. Vol 8, nº 2, 2003. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rn/article/view/318/304> Acesso em: 29 de abril de 2018

MARQUES, M. O. *Professores falantes de si na sala de aula, na escola e na constituição pedagógica*. In: OLIVEIRA, Valeska Fortes (org). *Imagens de professor: significações do trabalho docente*. Ijuí: Unijuí, 2009.

MELLO, S. P. T; MELO, P. A; PINTO, R. S. *Meta-avaliação: uma década do Processo de Avaliação Institucional do SINAES – AVALIES* – Anais do Simpósio Avaliação da Educação Superior, 17 e 18 de set de 2015 – Porto Alegre – Rio Grande do Sul – UFRGS. Acesso em 02 de maio de 2018

MEYER, V. Jr. *A busca da qualidade nas instituições universitárias*. Enfoque. Rio de Janeiro: v. 10, p. 18-21, set. 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais)

MOROZ, M; GIANFALDONI, M. H. T. A. *O Processo de pesquisa: iniciação*. Brasília: Plano, 2002.

PEIXOTO, M. C. L. *Avaliação Institucional externa no SINAES: Considerações sobre a prática recente*. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 1, p. 11-36, mar. 2011 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n1/v16n1a02.pdf> Acesso em: 29 de abril de 2018

PIMENTEL, A. *O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica*. Cadernos de Pesquisa, n.114, p.179-195, nov., 2001.

PINTO, R; MELLO S. DE; MELO, P. *Meta-avaliação: uma década do Processo de Avaliação Institucional do SINAES*. Anais do Simpósio Avaliação da Educação Superior. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 17 e 18 de setembro de 2015.

SCHWARTZMAN. Simon. *DOIS PONTOS. Avaliação do Ensino Superior: da consciência da necessidade à prática*. Brasília: Teoria e Prática em Educação, v. 37/38, 1987

SEMESP. Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior. Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2018.

SILVA, A. L. – *Embates Paradigmáticos: Discutindo o Avalies/SINAES – UFPE e IFPE*. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – Grupo de Trabalho Política da Educação Superior - Disponível em: [http://www.anped11.uerj.br/35/GT11-2495\\_int.pdf](http://www.anped11.uerj.br/35/GT11-2495_int.pdf) Acesso em: 21 de abril de 2018.

SILVA, J. F. *Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo*. São Paulo: Mediação, 2003.

SILVEIRA. F. L; *Avaliação do Ensino: Os Enfoques Objetivo e Qualitativo*. Revista Educação e Seleção – Fundação Carlos Chagas - Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/es/artigos/169.pdf> Acesso em: 19 de abril de 2018

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior* – Março de 2004 - Disponível em: <http://portal.INEP.gov.br/documents/186968/484109/Sistema+Nacional+de+Avalia%C3%A7%C3%A3o+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Superior+%28Sinaes%29+bases+para+uma+nova+proposta+de+avalia%C3%A7%C3%A3o+da+educa%C3%A7%C3%A3o+superior/04b7d252-20dc-44b3-a20c-d79b44ef54c7?version=1.0> Acesso em: 20 de abril de 2018.

SINAES- Lei nº 10.861 – Vídeo – Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lezz4UaO75U>. Acesso em: 19 de abril de 2018

SORDI, M. R. L. de; LUDKE, M. *Da Avaliação da Aprendizagem à Avaliação Institucional: aprendizagens necessárias*. Avaliação, Campinas, Sorocaba, SP, v. 14, n. 2 p. 313-336, jul, 2009.

STAKE, Robert. *A Arte de Investigação com Estudos de Caso*: Editora Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2009. 187 p.

VASCONCELLOS, C. S. dos. *Avaliação: concepção dialética – libertadora do processo de avaliação escolar*. 15 ed. São Paulo: Libertad, 2005

VERGARA, S. C. *Projetos e Relatórios de pesquisa em administração*. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

YIN, R. K. (2003). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

ZANDEVALLI, C. B; *Avaliação da Educação Superior no Brasil: Os antecedentes históricos do SINAES*. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n2/a08v14n2.pdf> Acesso em: 19 de abril de 2018

## Apêndice A – Email encaminhado aos 31 participantes – CPA e Diretorias

Olá!

Conforme divulgado na última reunião da CPA da Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte, você está recebendo uma lista de verificação a ser preenchida conforme instruções (a seguir), e que auxiliará na coleta de informações da pesquisa “**Meta-avaliação como instrumento de aperfeiçoamento de um processo de avaliação interna de uma IES**”.

Essa lista de verificação dos padrões utilizados é um instrumento de meta-avaliação adaptado da publicação do Comitê Misto sobre Diretrizes para a Avaliação Educacional (*Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*) ou JCSEE, utilizado amplamente nos Estados Unidos e Europa e que auxilia na análise dos padrões considerados importantes para o contexto de uma avaliação e o nível de atendimento de cada item (ou padrão) utilizado.

Essa pesquisa tem como foco identificar e analisar em que medida a meta-avaliação pode aperfeiçoar o nosso processo de avaliação interna, provendo com informações que instiguem uma rediscussão da sua relevância, qualidade e aspectos que necessitam ser revistos, visando seu aprimoramento.

### **Instruções**

Nessa lista você deverá preencher para cada padrão de avaliação o seu julgamento do nível de atendimento de cada item, utilizando a seguinte escala: **atendido, parcialmente atendido, não atendido e não se aplica**.

A descrição de cada categoria e de seus padrões segue após a tabela abaixo, e é importante que você julgue cada item de acordo com a sua percepção do nível de atendimento, após cuidadosa leitura do Relatório de Autoavaliação Institucional - RAI.

Os itens que apresentarem maiores divergências de julgamento serão submetidos à uma entrevista – individual ou coletiva – com o intuito de compreender as análises realizadas e ajudarem na análise final dos mesmos.

### LISTA DE VERIFICAÇÃO DOS PADRÕES UTILIZADOS

Padrão de Avaliação		Atividade			
		Atendido	Parcialmente atendido	Não atendido	Não se aplica
U1	Credibilidade do Avaliador				
U2	Atenção às partes interessadas (Stakeholders)				
U3	Propósitos Negociados da Avaliação				
U4	Valores Explícitos				
U5	Informações Relevantes				
U6	Processos e Produtos Significativos				
U7	Comunicação e Relatórios Oportunos e Adequados				
U8	Preocupação com as Consequências e a Influência das Avaliações				
A1	Orientação Responsiva e Inclusiva				
A2	Acordos Formais				
A3	Direitos Humanos e Respeito				
A4	Clareza e Justiça				
A5	Transparência e Avaliações de Divulgação				
A6	Conflitos de Interesses				
A7	Responsabilidade Fiscal				
P1	Avaliação de Informações Válidas				
P2	Procedimentos de Avaliação de Informações Confiáveis				
P3	Apresentação do Programa e Descrições de Contexto				
P4	Gerenciamento de Informações				
P5	Desenhos e Análises				
P6	Apresentação do Raciocínio de Avaliação				
P7	Comunicação e Relatórios				

As categorias analisadas são: **Utilidade, Adequação e Precisão** e cada uma apresenta sua descrição e os seguintes padrões:

#### Padrões de utilidade

Em número de oito, indicam os valores que embasam os propósitos da avaliação, além dos relatórios e comunicações de todo o processo:

**U1 – Credibilidade do avaliador** - As avaliações devem ser conduzidas por pessoas qualificadas que estabeleçam e mantenham a credibilidade no contexto de avaliação.

**U2 – Atenção às partes interessadas (stakeholders)** - As avaliações devem dedicar atenção a todos os grupos investidos no programa e afetados por sua avaliação.

**U3 – Propósitos negociados da avaliação** – Os propósitos devem ser identificados e continuamente negociados com base nas necessidades das partes interessadas.

**U4 – Valores explícitos** - As avaliações devem esclarecer e especificar os valores individuais e culturais que sustentam propósitos, processos e julgamentos.

**U5 – Informações relevantes** - As informações da avaliação devem atender às necessidades identificadas e emergentes das partes interessadas.

**U6 – Processos e produtos significativos** - As avaliações devem construir atividades, descrições e julgamentos de forma a encorajar os participantes a redescobrir, reinterpretar ou revisar seus entendimentos e comportamentos.

**U7 – Comunicação e relatórios oportunos e adequados** - As avaliações devem atender às necessidades contínuas de informação de seus múltiplos públicos.

**U8 – Preocupação com as consequências e a influência das avaliações** - Deve promover o uso responsável e adaptativo, ao mesmo tempo em que protege contra consequências negativas não intencionais e uso indevido.

### **Padrões de adequação**

São sete padrões que sugerem que todo o processo de avaliação será realizado observando os aspectos do que é adequado, justo, legal e correto em avaliações:

**A1 – Orientação responsiva e inclusiva** – As avaliações devem ser responsivas às partes interessadas e suas comunidades.

**A2 – Acordos formais** – Os acordos de avaliação devem ser negociados para tornar as obrigações explícitas e levar em conta as necessidades, expectativas e contextos culturais dos clientes e outras partes interessadas.

**A3 – Direitos humanos e respeito** – As avaliações devem ser concebidas e realizadas para proteger os direitos humanos e legais e manter a dignidade dos participantes e de outras partes interessadas.

**A4 – Clareza e justiça** – As avaliações devem ser compreensíveis e justas no tratamento das necessidades e propósitos das partes interessadas.

**A5 – Transparência na divulgação de avaliações** – deve fornecer descrições completas dos resultados, limitações e conclusões a todas as partes interessadas, a menos que isso viole as obrigações legais e de propriedade.

**A6 – Conflitos de interesses** – As avaliações devem, de forma aberta e honesta, identificar e abordar conflitos de interesses reais ou percebidos que possam comprometer a avaliação.

**A7 – Responsabilidade fiscal** – As avaliações devem contabilizar todos os recursos gastos e obedecer a procedimentos fiscais sólidos.

### **Padrões de precisão**

Os oito padrões de precisão objetivam garantir a confiabilidade e a veracidade das informações, proposições e descobertas da avaliação, especialmente aquelas que apoiam interpretações e julgamentos sobre qualidade:

**P1 – Conclusões e decisões justificadas** – As conclusões e decisões da avaliação devem ser explicitamente justificadas nas culturas e contextos em que têm consequências.

**P2 – Avaliação de informações válidas** – Esse padrão deve servir aos propósitos pretendidos e apoiar interpretações válidas.

**P3 – Procedimentos de avaliação de informações confiáveis** – As avaliações devem fornecer informações suficientemente confiáveis e consistentes para os usos pretendidos.

**P4 – Apresentação do programa e descrições de contexto** – As avaliações devem documentar os programas e seus contextos com detalhes e escopo apropriados para fins de avaliação.

**P5 – Gerenciamento de informações** – As avaliações devem empregar métodos sistemáticos de coleta, revisão, verificação e armazenamento de informações.

**P6 – Desenhos e análises** – As avaliações devem empregar desenhos e análises tecnicamente adequados que sejam apropriados para os propósitos de avaliação.

**P7 – Apresentação do raciocínio de avaliação** – O raciocínio de avaliação que leva às informações e análises a descobertas, interpretações, conclusões e julgamentos deve ser documentado de forma clara e completa.

**P8 – Comunicação e relatórios** – As comunicações de avaliação devem ter escopo adequado e proteção contra equívocos, vieses, distorções e erros.

Apêndice B – Transcrição da reunião realizada com os 26 participantes – CPA e Diretorias

Boa tarde a todos!

O objetivo dessa reunião, conforme avisado anteriormente, foi a de entender e direcionar os conflitos que poderiam surgir quando do preenchimento da lista de verificação. Mas quero também falar sobre as concordâncias... Cada um de vocês está recebendo a síntese dos padrões avaliados...esse quadro será apresentado no trabalho final.

Conforme instruções e orientações que passei, o preenchimento deveria ser de acordo com o julgamento de vocês quanto ao relatório final de auto avaliação. Durante esse processo, perguntei se havia alguma dúvida quanto à essa lista e pelo visto, ninguém teve problemas.

*- De fato, a lista é bem completa! (F2)*

*- Ela tem tudo! (D1)*

*- Não tive dúvidas quanto ao preenchimento... (C1)*

Ok! A unanimidade de 19 dos 22 padrões, mostra uma tendência, que até deveria me incomodar...pois como diria Nelson Rodrigues, toda a unanimidade é burra. Porém, não acho que foi o caso, até porque algumas questões avaliadas já são internalizadas pelo grupo.

Porém, gostaria de ouvir vocês, sobre as concordâncias...

Vocês estão tranquilos sobre os padrões?

Alguém teve alguma dúvida, por menor que seja?

*- No começo foi difícil assimilar os padrões, pois eles são claros, mas.... difíceis, por assim dizer. Concordo com tudo, mas é difícil pensar nessa linha de pensamento apresentada pela metodologia que você apresentou. (C3)*

*- Não diria dúvida, até porque tudo que está ali faz todo sentido e é bem fácil identificar isso no relatório.... o cuidado, a transparência, a clareza dos processos, a participação de todos...tudo tranquilo....(C3)*

*- É difícil pois é uma nova forma de ver a avaliação.....saber que temos que ter alguns cuidados com a avaliação....como você mesmo já disse da outra vez: avaliar a avaliação....nunca pensei sobre isso, mas faz todo sentido! (P4)*



- Não estamos acostumados a ter a visão de fora, a saber – ou procurar saber - se o que estamos fazendo, está de acordo.... nem sabíamos se era algo pra estar de acordo, pra se ter um modelo...(P3)

- Pesquisa é pesquisa, pelo menos para mim era...(P3)

- Mas é legal esse processo.... pois serve de parâmetro ao que fazemos aqui.... (C4)

- Geralmente, as cartas já estão na mesa.... seguimos um modelo, que já estava aqui quando chegamos....foi aprimorado, tira uma coisa, acrescenta outra, mas é algo que já é padrão....e esse modelo desconstrói isso, ele faz a gente sair da zona de conforto (C4)

- Foi o que eu quis dizer de ver de uma outra forma....saber que é possível não termos um modelo ideal... (P4)

Mas o modelo é o ideal, não? Pela quantidade de concordância, não fazemos diferente, ou fazemos?

-Não fazemos, mas quem garantia isso antes? (C5)

-Aí vem um padrão internacional, que nem sabia que existia, e de repente, me vejo analisando algo que faço há pelos menos, 12, 13 anos.... (C5)

Mas isso é ruim?

-Não!!! (alguns não)

-É apenas uma nova abordagem, uma reflexão ao que fazemos....sempre gosto disso....me faz sair do automatismo.... (C5)

-Como disse, é legal sair dessa zona de conforto....saber que há algo novo, mais aprendizado, mais dinamismo...isso é bom! (C4)

E os demais, alguma questão a mais?

(Tempo)

-De fato, a 1ª parte, a da utilidade, praticamente não há dúvida...acho que toda pesquisa séria tem que ter essa base.... (D2)

-Mas tem hora que um padrão é quase igual ao outro, não? Isso me confundiu um pouco... (D2)

-A mim também...(P5)

-Também....(vários)

Mas essa confusão comprometeu a análise?

- Não, refleti, conforme o combinado, sobre o objetivo de cada padrão e se ele está representado no RAI... e com certeza está....por isso que digo que não tive dúvidas (D2)

De fato, alguns padrões são próximos, mas não são iguais.... a própria distribuição deles por categorias já sofreu mudanças, adaptações...como exemplo, uma categoria que não foi utilizada para essa pesquisa, a de responsabilização, foi criada agora em 2011...

*-No geral, o preenchimento da lista é bem simples.... deveria ser tão fácil assim? (D2)*

Fácil como?

*-Fácil....não há nenhum questionamento, alguma etapa, verificação... (D2)*

Tem...estamos fazendo agora

*-Rs... sim... mas é apenas preencher e pronto? (D2)*

Não é apenas preencher...é mais do que isso...A escolha de vocês, por viver pesquisa a mais tempo é decisiva para esse tipo de análise...vocês, alguns mais, outros menos, vivem avaliação interna, vivem a CPA há muito tempo...ninguém melhor do que vocês para responderem essa questões, que são baseadas exclusivamente no processo de elaboração, condução e análise da pesquisa.

*-Concordo...vivemos pesquisa há muito tempo.... mesmo com as últimas mudanças\*, que ficou mais fácil, mas o trabalho é o mesmo....assim, não tive, tivemos dificuldade....pode perguntar qualquer informação sobre a pesquisa, que de olhos fechados te respondo....(C1)*

*\*(se refere à padronização do questionário pelo grupo e a disponibilização do questionário no portal*

Bacana! Mais alguém com alguma dúvida, comentário, sobre o processo de preenchimento da lista de verificação.?

(Silêncio)

Vamos então à questão das divergências...que foram 3

Os itens A5 - Transparência e Avaliações de Divulgação, A6 – Conflitos de interesses e A7 Responsabilidade Fiscal.

Vamos por partes.

O item A5 - Transparência e Avaliações de Divulgação tem como orientação, o seguinte: A divulgação da avaliação deve fornecer descrições completas dos resultados, limitações e conclusões a todas as partes interessadas, a menos que isso viole as obrigações legais e de propriedade.

Teve, conforme vocês podem observar, 10 respostas atendido, 3 parcialmente atendido e 15 respostas não atendido...

Pergunto...você e os demais participantes não tem acesso aos resultados da pesquisa? Às conclusões?

*-Temos! (todos responderam)*

(Risos)

Como assim todos concordam que tem acesso.... e os 15 votos não atende???

*- As informações são disponibilizadas! Não temos dúvidas disso e é até interessante o grupo divulgar tudo, até as notas ruins... porém, tive dúvidas ao preencher esse item, pois para mim algumas análises não são claras, os cálculos e os pesos não me convencem...nada a ver com a divulgação, ou com a transparência dos dados, mas com a interpretação de alguns deles... (C2)*

*- Para mim, não há o que reclamar da divulgação, mas até hoje eu também não sei como são feitas algumas análises...na minha unidade, por exemplo, tenho quase certeza que todos responderam favoravelmente a se indicar a faculdade para algum amigo, mas como assim tive o resultado negativo e de novo? Ano passado, tive esse mesmo indicador com nota ruim, melhorou um pouco, mas continua com a nota baixa...mesmo com todo esforço. (D3)*

*- Na minha unidade também...fizemos campanha, sensibilização, colocamos os alunos veteranos para nos ajudar, mas melhoramos pouco nesse indicador...(D1)*

Mas os dados são claros nesse quesito, inclusive o cálculo do NPS, que é o que vocês estão falando...vocês estão contestando a coleta dos dados, ou a sistemática do cálculo? Vocês sabem o que é o NPS e como ele é calculado?

(Somente 4 não levantaram a mão: A1, A3, F5 e C2)

(Entre risos e perplexidades, o coordenador explicou...)

*- Olha, sempre divulgo a importância desse indicador, sei que ele é uma metodologia internacional, sei que é bem útil, que é a nossa imagem sendo compartilhada pelos alunos e demais respondentes, mas como é o cálculo disso? Onde a gente vê? (C2)*

No relatório de análise da pesquisa aparece a descrição e a composição do cálculo...

*- Eu sei, mas é mais do mesmo, o que, na prática isso quer dizer, que só tenho detrator? E os que gostam do curso? Recebo uma nota ruim pelo meu curso, ou pelos demais cursos da unidade? Por mais que seja um bom coordenador, e os alunos gostem da minha gestão, estou sendo penalizado pelo meu curso ou pela soma dos demais cursos? (C2)*

*- O que observo, é que o grupo adota metodologias importantes, você mesmo está sugerindo mais uma, mas de que adianta incrementar os processos, se o básico, que é treinar seus colaboradores, não é feito? (P2)*

Na verdade não é uma sugestão....pode até vir a ser e é isso que esse estudo busca: demonstrar que essa metodologia serve para confrontar uma pesquisa, analisar sua implementação, clareza dos processos, se não há nenhuma dúvida quanto aos objetivos dela e se estamos conseguindo apurar tudo... Para os que disseram que não conhecem o que é NPS, rapidamente explico: O NPS é a abreviação de Net Promoter Score, é uma metodologia que mede, entre outras coisas, a imagem da instituição.... o quanto nossos alunos, professores, coordenadores e funcionários indicam a instituição. Ela dá os resultados por Instituição, unidade, curso...e seu cálculo é bem simples: percentual de promotores – quem indica, menos o percentual de detratores, quem não indica.

Assim, conforme foi o resultado, ele indica, claramente, a percepção que os seus alunos têm do curso, da unidade, da instituição.

*- Vixi....então estou lascado, a maioria é detrator....tenho que melhorar isso. (C2)*

Mas, de acordo com a análise, o problema não é a transparência ou divulgação da avaliação, ou de sua base de cálculo, ok?

*Nesse caso, acredito que todos estão tranquilos quanto a isso... (P3)*

Mas ficou uma dúvida, o que é interessante.... precisamos, a partir dessa discussão sobre esse padrão, chegar à um consenso...o que vocês sugerem?

*Acho que temos que relatar que as vezes a informação sobre a base de cálculos, não chega satisfatoriamente.... é preciso melhorar essa comunicação, ou ter mais treinamento sobre alguns itens, pra não ficar dúvida, até para saber o que fazer depois... Sei que a maioria que respondeu não atendido, foi nessa linha.... por não saber como é a base de dados, a base de cálculo... (G1)*

*Nesse sentido, essa ferramenta é boa pois desperta a gente para essas questões... temos a apresentação dos dados, que é sempre muito rápida, mas quase nunca temos a origem da pergunta, o objetivo dela, - é explicado, mas muito rápido, e esses encontros podem ajudar a resolver isso... (P5)*

*Proponho que o próximo Avaliar tenha algumas mudanças na informação, na comunicação, de forma a tornar ainda mais claro o objetivo de algumas perguntas, o real interesse pelo seu resultado e a possibilidade de uso de suas informações. Ganharemos todos. (G1)*

Posso entender essa colocação como decisão de todos?

*Pode... (alguns).*

Ok! Agora quanto ao próximo item A6 – Conflitos de interesses, a orientação diz: As avaliações devem, de forma aberta e honesta, identificar e abordar conflitos de interesses reais ou percebidos que possam comprometer a avaliação.

Teve 16 respostas “atendido” e 12 respostas “parcialmente atendido”

Alguém pode explicar sua dúvida?

*Quando estávamos respondendo essa questão na unidade, trocamos algumas ideias e chegamos à conclusão que nem todo mundo participa na elaboração das questões, nas escolhas das perguntas...por exemplo, os funcionários administrativos, os alunos.... então, como saber se os interesses deles estão atendidos? Quais os objetivos das perguntas e como saber se estão sendo atendidos? (C6)*

Interessante...vocês trocaram ideias quanto a todas as questões avaliadas, ou somente nessas divergentes?

*Na verdade, nem na anterior, lá na unidade acho que foi só essa.... aliás, foi só essa....nas demais não tive dúvida, mas nessa, como saber se não há conflito de interesses? (C6)*

Os interesses são atendidos? (C6)

Não são?

*Não sei...? como saber? (C6)*

*Acho que os interesses são atendidos sim, até porque, qual seria o interesse dos respondentes em uma pesquisa sobre a faculdade? (G1)*

*Haveria muitos elementos a serem pesquisados, ou as perguntas já não contemplam tudo que se precisa, e é necessário saber? Eu mesmo, acho nosso questionário de uma profundidade, sem ser muito extenso, o que ajuda demais.... conseguimos fazer muito com as perguntas feitas...Agora, imagina se fossemos perguntar tudo, quanto ao cotidiano de cada função, de cada envolvido na pesquisa.... teríamos umas 100 perguntas a mais, umas quinhentas perguntas a mais... (G1)*

*Também acho que está tudo contemplado ali, mas quem escolheu o que estar ali? (D1)*

*Uai, não foi a equipe da CPA? (P2)*

*De fato, nós nos reunimos, aqui nas unidades de BH, e também com todas as unidades da Regional, depois encaminhamos essa construção para o país, nos workshops que temos todo ano... (G1)*

*A ideia é apresentar correções, conduções, objetivos mais claros... tanto o é, que votei como atendido esse item, por acompanhar bem de perto esse processo. (G1)*

*Além do mais, alunos, funcionários, professores e vocês sugerem perguntas...e a equipe responsável pela aplicação da pesquisa faz inúmeros pré-testes sobre as perguntas, se o texto está bom, se não fica dúvidas... (G1)*

*Nesse caso, e eu não sabia, há a participação de todos? (C6)*

*Sim, e não...nem todos participam, como aqui agora...nem todos falam, ou interagem e isso, pessoas que estão diretamente envolvidas com a CPA, agora imagina em cada unidade do país? (G1)*

*Pegamos uma base construída de perguntas da realidade a ser investigada, às vezes consultamos a base de respondentes, outras vezes não, mas não quer dizer que os interesses de todos não estão contemplados...Algumas vezes, pela impossibilidade dos participantes apresentarem de fato o que querem que seja investigado...um construto lógico sobre os itens a serem avaliados.... (G1)*

*O que é preciso que se saiba sobre o papel de cada um? Quais os resultados que buscamos para saber se está funcionando ou não? (G1)*

*Nem todos tem interesse em discutir os itens, muitos porque já contemplam o que se quer saber, outros, por total desconhecimento do que perguntar... (G1)*

*Não é pelo fato de se ter um questionário padronizado para o Brasil, que não se levou em conta as necessidades de cada faculdade, no tocante à instituição... (G1)*

*Todas as perguntas tem um objetivo claro, que é avaliar satisfatoriamente tudo da faculdade....se eu quero saber como é o serviço da bibliotecária, tenho a pergunta sobre a biblioteca, se quero saber sobre os laboratoristas, tenho perguntas sobre o laboratório, se quero saber sobre aquilo que é importante para os alunos, tenho perguntas sobre os professores, sobre o material, sobre o AVA, sobre o SAA, ou seja, tudo foi contemplado.... (G1)*

*Nesse caso, acredito que há representatividade....alguém discorda do que é perguntado na pesquisa? (D2)*

*(silêncio)*

*Há algo que deveria entrar, estar ali, que não tem? (D2)*

*(silêncio)*

*Então eu acho que é assunto encerrado...nesse caso, a pesquisa deve continuar com a mesma sistemática, deve ficar a cargo de uma equipe que pense objetivamente, que*

*pense logicamente os objetivos, os efeitos, os impactos que a avaliação deve buscar, deve ter... (D2)*

*Quero acrescentar algo.... acredito que esse padrão sofreu negativamente o efeito da questão anterior, e a tendência foi pesar a mão quanto aos interesses, em achar que não foram contemplados, quando na verdade o foram, o são plenamente atendidos....(C6)*

*Todas as perguntas são pontuais e exatas, e acho, pelo menos pra mim, me deixei levar pela transparência do padrão anterior, impactando os interesses desse padrão... (C6)*

*É possível voltar atrás??? (rs) (C6)*

Não...mas esse é o objetivo desse encontro.... clarear essas percepções e alinhar as respostas, de forma a destacar o que funciona e o que não funciona bem na pesquisa, de forma a se evitar erros – ou problemas futuros. Apontar melhorias de forma a não se ter mais dúvidas com o processo!

Quanto ao padrão A7, que trata sobre Responsabilidade fiscal, o critério diz: As avaliações devem contabilizar todos os recursos gastos e obedecer a procedimentos fiscais sólidos.

Entendo que a quase unanimidade no julgamento desse item - 26 respostas “Não se aplica” e 2 respostas “Não atendido” – se deveu pela total falta de informação sobre o montante, o total dos gastos realizados....o que de fato não atrapalha a execução da pesquisa...

Porém, como estou testando a metodologia em sua integridade, ou seja, aplicar todos os padrões de cada uma das três categorias escolhidas – a metodologia permite adequar à cada realidade – resolvi manter esse padrão para ver como se daria essa análise.

*De fato, foi isso mesmo...está claro para nós, pelo menos pra mim, que não conseguimos avaliar os gastos com a pesquisa, o que é muito bom.... (P3)*

Essa foi uma das grandes vantagens da Kroton, assumir a aplicação dos questionários, que antes era complicado.... aplicar, tabular, analisar.... (P3)

Agora não, pelo fato de ser institucional, padronizado, ajuda muito...recebemos tudo já pronto, analisado, com gráficos.... facilitou muito... (P3)

Não precisamos saber quanto foi gasto, apenas saber que os dados estão corretos, quantos responderam, como são feitas as análises e depois nos debruçarmos sobre os planos de ação para as melhorias... (C1)

De fato esse padrão não se aplica para nós, e como sugestão, tiraria ele dessa pesquisa. Porém, reconheço a importância dele fazer parte da metodologia da pesquisa, por inquirir sobre a responsabilidade com o uso e o gasto dos recursos. (C3)